



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

[A](#) [B](#) [C](#) [D](#) [E](#) [F](#) [G](#) [I](#) [L](#)
[M](#) [N](#) [O](#) [P](#) [Q](#) [R](#) [S](#) [T](#) [U](#) [V](#) [Z](#)

Abordagem (Approach)

Estudo prévio de uma situação ou processo.

Abordagem integrada do desenvolvimento (Comprehensive development framework)

Abordagem desenvolvida pelo [Banco Mundial](#) para coordenar todos os actores no processo de desenvolvimento, com vista à implementação de um quadro coerente de reformas macro-económicas, estruturais e sociais, na óptica da redução da [pobreza](#).

Abordagem sectorial (Sectoral approach)

Apoio fornecido a um sector ou sub-sector numa perspectiva de cooperação de longo prazo. A ajuda concedida por esta via tem estreita articulação com as prioridades políticas definidas pelo receptor para esse sector.

Abordagem sectorial ampla (Sector-wide approach)

Método de trabalho de e entre governo, doadores e algumas [ONGD](#), em que parte significativa dos fundos para um dado sector é concedida para apoiar uma política de sector e um programa de despesas previamente acordada, sob liderança do governo, usando abordagens comuns em todo o sector.

Aborto inseguro (Unsafe abortion)

Interrupção provocada de uma gravidez em condições de insegurança para a saúde física ou psíquica da mulher.

Nota: o aborto inseguro é uma das principais causas de morte materna e de elevadas taxas de morbilidade e infertilidade entre as mulheres em idade fértil, cujo impacto negativo na saúde pública, desenvolvimento e capacitação é reconhecido nos Programas de Acção (PoA) das Conferências Internacionais do Cairo, em 1994, e Pequim, em 1995, e por agências internacionais, nomeadamente a [Organização Mundial de Saúde](#), a International Planned Parenthood Federation e a Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

A Declaração de Tbilisi, de 1990, e o [Acordo de Cotonou](#) (2000) contextualizam também o aborto inseguro e a gravidez não desejada como problemas sociais e de saúde pública graves.

A prevenção e redução do recurso ao aborto inseguro é um dos objectivos dos programas de saúde sexual e reprodutiva, por vezes designados também de Planeamento Familiar. A criação de condições para reduzir a insegurança, (nomeadamente a clandestinidade e algumas práticas tradicionais) e a promoção de cuidados pós-aborto (nomeadamente para o uso de contracepção segura) devem também integrar os objectivos destes programas.

A perspectiva de [género](#), o acesso a serviços de saúde reprodutiva, a métodos contraceptivos seguros e a reposição atempada de *stocks* e o envolvimento masculino devem ser incluídos nos objectivos destes programas.

Acompanhamento / Monitorização

(Monitoring)

Processo contínuo de recolha sistemática de informações, segundo indicadores escolhidos, para fornecer aos gestores e aos detentores de interesse (*stakeholders*) de uma [intervenção de desenvolvimento](#) em curso, os elementos sobre os progressos realizados, os objectivos atingidos e os recursos afectados.

Termos relacionados: [acompanhamento/monitorização dos desempenhos](#), [indicador](#), [reportar](#).

Acompanhamento/monitorização dos desempenhos

(Performance monitoring)

Processo contínuo de recolha e análise de informação, com vista a apreciar a execução de um projecto, programa ou política face aos resultados esperados.

Aconselhamento de Jovens

(Youth Counselling)

Serviços para adolescentes não só na área da saúde sexual e reprodutiva e educação sexual, correspondendo a uma necessidade em matéria de saúde dos jovens, mas também de acompanhamento social mais amplo. Podem ser realizados directamente ou por telefone (linhas telefónicas de ajuda) e assegurados por profissionais ou jovens com formação específica.

São serviços gratuitos, desburocratizados, confidenciais e podem funcionar em parcerias inter-institucionais, com intervenção inter-pares, em escolas, serviços de saúde, no serviço militar ou espaços comunitários e de lazer frequentados por jovens.

Permitem a promoção de comportamentos saudáveis, nomeadamente face ao VIH, previnem a gravidez indesejada, violência, toxicoddependências, entre outros. Indirectamente têm importância para os processos de inclusão e promoção social dos rapazes e raparigas.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Acordo de assistência

(Stand-by arrangement)

Decisão do [Fundo Monetário Internacional](#) através da qual é assegurada a um membro a possibilidade de fazer aquisições (saques) até determinado montante e durante um período de tempo específico, normalmente 1 ou 2 anos, desde que esse membro respeite os termos estabelecidos no acordo.

Acordo de Cotonou

(Cotonou Agreement)

Acordo de Parceria que regula as relações entre a [União Europeia](#) e os [Estados de África, Caraíbas e Pacífico](#) entre 2000 e 2020.

Sucessor da Convenção de Lomé, tem como objectivo central a redução dos níveis de pobreza através de uma abordagem integrada, baseada no desenvolvimento económico, no desenvolvimento social e humano e na integração regional.

Termos relacionados: [Ajuda programada](#), [Convenção de Lomé](#), [Fundo Europeu de Desenvolvimento](#), [programação deslizando](#).

Para mais informações, ver <http://www.europa.eu.int/comm/development/cotonou>

Acordo Geral sobre o Comércio e os Serviços (GATT)

(General agreement on Tariffs and Trade)

Acordo assinado em 1947, ao qual foram aderindo diversos países, totalizando 122.

Com sede em Genebra (Suíça), estabelecia um conjunto de regras de conduta para as relações comerciais e era um fórum para as negociação multilaterais sobre problemas do comércio internacional. Realizava “rounds” (negociações) sobre o comércio mundial. Os primeiros “rounds” trataram de questões relacionadas com a redução de tarifas mas depois passaram a incluir outras áreas como medidas não tarifárias e anti-dumping.

A última negociação foi realizada no Uruguai (Uruguai round), em 1986-94, que conduziu à criação da [Organização Mundial do Comércio](#), que o substituiu a partir de 1995.

Actividade

(Activity)

Ações realizadas ou trabalhos feitos com vista à produção de realizações específicas. A actividade mobiliza recursos tais como fundos, assistência técnica e outros tipos de meios.

Trabalho ou acção específica que envolve recursos humanos, materiais e técnicos.

Termo relacionado: [Intervenção de desenvolvimento](#).



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

**Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
(AMGI)**

**(Multilateral Investment
Guarantee Agency (MIGA))**

Instituição do grupo do [Banco Mundial](#), criada em 1988, que tem como objectivo encorajar o investimento directo externo nos países em desenvolvimento, para melhorar o nível de vida das populações e reduzir a [pobreza](#). Dá garantias de longo prazo aos investidores por perdas causadas por riscos não comerciais e promove a criação/reforço de capacidades e serviços de aconselhamento para ajudar os países pobres a atrair o investimento externo.

Para mais informação, ver <http://www.miga.org>

**Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento
(APAD)**

Organismo extinto com a criação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

Para mais informação, ver <http://www.ipad.mne.gov>.

Agenda 21

(Agenda 21)

Plano de acção para o desenvolvimento sustentável adoptado na Cimeira do Rio, em Junho de 1992. Apela a todos os países para adoptarem uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável.

Para mais informação, ver <http://www.un.org/esa/sustdev/agenda21.htm>

Agregado familiar / Família

(Household)

Conjunto de pessoas que constituem uma família e que vive sob o mesmo tecto e/ou em economia comum.

Ajuda

(Aid)

Termo que inclui os fluxos considerados como [ajuda pública para o desenvolvimento](#) ou como [ajuda pública](#).

Termo relacionado: [Cooperação para o desenvolvimento](#).

Ajuda a programas

(Program aid)

Ajuda destinada a apoiar o país beneficiário a implementar vastos programas de desenvolvimento num determinado sector, como a agricultura, a educação, os transportes, etc.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Essa ajuda pode ser fornecida em dinheiro ou em géneros, com ou sem restrições quanto à utilização precisa desses fundos, mas com a condição de o beneficiário implementar um programa de desenvolvimento a favor do sector em causa.

A ajuda a programas abarca ainda o apoio orçamental e o financiamento da [balança de pagamentos](#).

Esta rubrica engloba, também, todas as despesas para programas sectoriais que sejam financiados em paralelo ou relacionados com os programas de ajustamento estrutural definidos pelo [Banco Mundial](#) e [FMI](#).

Ajuda alimentar

(Food aid)

Transferência de recursos para um país ou região, sob a forma de alimentos, bens doados ou vendidos com pelo menos 25% de concessionalidade, assim como na forma de donativos monetários ou créditos (com um período de reembolso de três anos ou mais) destinados à aquisição de alimentos.

Distribuição gratuita de alimentos às populações de regiões e/ou países com graves problemas de fome, que resultam de constrangimentos estruturais (por exemplo, climáticos).

É habitualmente fornecida através de organizações internacionais, em particular o [Programa Alimentar Mundial](#) (PAM) e por [ONGD](#).

Não inclui a ajuda alimentar de emergência.

Ajuda alimentar de emergência

Ver: [ajuda de emergência](#) e [ajuda humanitária](#).

Ajuda aos refugiados, repatriados e deslocados

(Humanitarian aid / Refugees aid)

Ajuda humanitária destinada a fomentar a auto-suficiência mínima entre a fase de emergência e o estabelecimento definitivo das populações. Ajuda ao regresso do local de origem (repatriamento) e reencontro de famílias separadas.

Termos relacionados: [ajuda de emergência](#) e [ajuda humanitária](#).

Ajuda bilateral

(Bilateral aid)

Transacções bilaterais realizadas por um país doador directamente para o país beneficiário. Também inclui a ajuda fornecida por via das [ONGD](#) nacionais e internacionais.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Termo relacionado: [Cooperação bilateral](#).

Ajuda de emergência

(Emergency aid)

Ajuda destinada às vítimas de catástrofes naturais ou de circunstâncias excepcionais que têm efeitos idênticos. É habitualmente canalizada através de organizações internacionais e por [ONGD](#) e inclui desde medicamentos a abrigos, roupa, alimentos e outros apoios essenciais às populações afectadas.

Há, também, serviços bilaterais de cooperação que por vezes são deslocados para as áreas de catástrofe (exemplo: bombeiros, militares, pessoal do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM)).

Termo relacionado: [ajuda humanitária](#).

Ajuda humanitária

(Humanitarian aid)

Ajuda destinada a situações de excepção que põem em causa a vida das populações. Procura resolver situações de curto prazo resultantes de catástrofes quer naturais quer provocadas pelo homem. Inclui ajuda alimentar, de emergência e aos refugiados.

Termo relacionado: [ajuda de emergência](#).

Ajuda ligada

(Tied aid)

Ajuda que é acordada com a condição de os serviços, bens ou equipamentos serem adquiridos no país doador.

Ajuda multilateral

(Multilateral aid)

Fundos públicos colocados à disposição de organismos multilaterais os quais os utilizam em actividades de desenvolvimento e/ou em países beneficiários.

Termo relacionado: [cooperação multilateral](#).

Ajuda não ligada / ajuda desligada

(Untied aid)

Ajuda fornecida sem pré-condições de aquisição dos serviços, bens ou equipamentos. O receptor pode, livremente, adquiri-los onde quiser.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Ajuda parcialmente ligada

(Partially untied aid)

Ajuda em que os bens e serviços associados devem ser adquiridos no país doador ou num grupo restrito de outros países o qual inclui sobretudo países em desenvolvimento.

Ajuda programada

Ajuda, no quadro da União Europeia, negociada e definida antecipadamente com os Estados ACP, com base em critérios de natureza geográfica, demográfica e macro-económica. Traduz-se na definição de Programas Indicativos Nacionais e/ou Programas Indicativos Regionais.

Determina os programas e os projectos de desenvolvimento a apoiar pela Comunidade, bem como a respectiva ajuda financeira. Também inclui o apoio ao ajustamento estrutural.

Termos relacionados: [Acordo de Cotonou](#), [Convenção de Lomé](#), [Estados ACP](#), [Fundo Europeu de Desenvolvimento](#), [programação deslizando](#).

Ajuda projecto

(Project aid)

Ajuda cuja afectação de recursos se faz a um projecto concreto (exemplo: construção de uma escola).

Ajuda pública (AP)

(Official aid)

Fluxos que preenchem as condições de elegibilidade para serem APD mas cujos beneficiários figuram na Parte II da lista do [CAD](#):

Antilhas Holandesas, Aruba, Bahamas, Belarus, Brunei, Bulgária, Coreia, Cyprus, Emiratos Árabes Unidos, Estónia, Gibraltar, Hong Kong, Hungria, Ilhas Cayman, Ilhas Falkland, Ilhas Virgin, Israel, Kuwait, Latvia, Líbia, Lituânia, Macau, Nova Caledónia, Qatar, República Checa, República Eslovaca, Singapura, Polinésia Francesa, Polónia, Roménia, Rússia, Taipé, Ucrânia.

Ajuda pública líquida

(Net official assistance)

Total de donativos e empréstimos concessionais transferidos dos países doadores para os receptores, deduzidos todos os pagamentos dos empréstimos durante um certo período (negociável).

Ajuda pública para o desenvolvimento (APD)

**(Official development assistance
(ODA))**



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Conjunto dos fluxos destinados aos países em desenvolvimento e a instituições multilaterais vindos de organismos públicos, incluindo o Estado e as autoridades locais, ou das suas agências executoras, e cuja operação responda aos seguintes critérios:

- a) ter por objectivo principal a promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar dos países em desenvolvimento;
- b) ter um carácter concessional e compreender um elemento de dádiva de pelo menos 25%.

Alcance da avaliação

(Evaluation scope)

Focalização de uma avaliação em termos de questões a serem respondidas, limitações e o que ela deve ou não analisar. Dito de outra forma, é o âmbito da avaliação.

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)

(United Nations High Commissioner for Refugees)

Criado em 1951 pela [Assembleia Geral](#) das [Nações Unidas](#), iniciou as suas actividades no ano seguinte. O Comissariado depende das contribuições voluntárias dos governos e dos privados para dar assistência a mais de 20 milhões de vítimas de guerras e perseguições.

As Nações Unidas atribuíram ao ACNUR o mandato de conduzir e coordenar a acção internacional para protecção dos [refugiados](#) e procura de soluções para os problemas com eles relacionados. A principal missão do ACNUR é procurar assegurar os direitos e o bem-estar dos refugiados. Deve empenhar-se em garantir que qualquer pessoa possa, em caso de necessidade, beneficiar do direito de asilo noutro país e possa, caso o deseje, regressar ao seu país de origem.

Ao prestar assistência aos refugiados no regresso ao seu país de origem ou na sua instalação num outro país, o ACNUR também deve procurar soluções duradouras para os problemas dessas pessoas.

O ACNUR conduz a sua acção de acordo com o seu Estatuto, guiando-se pela Convenção das Nações Unidas de 1951 Relativa aos Refugiados e seu Protocolo de 1967. O direito internacional dos refugiados constitui o quadro normativo essencial das actividades humanitárias do ACNUR.

O Comité Executivo do ACNUR e a Assembleia Geral das Nações Unidas autorizaram igualmente a Organização a intervir em benefício de outros grupos de pessoas. Nestes grupos incluem-se os apátridas, as pessoas cuja nacionalidade é controversa e, em certos casos, as pessoas deslocadas dentro do seu próprio país.

O ACNUR procura reduzir as situações de deslocação forçada encorajando os Estados e outras instituições a criar condições conducentes à protecção dos direitos humanos e à resolução pacífica das disputas. Perseguindo esse mesmo objectivo, o ACNUR procura activamente a consolidação da reintegração dos refugiados que regressam aos seus países de origem, procurando prevenir a recorrência de situação geradoras de refugiados.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

O ACNUR oferece protecção e assistência às pessoas sob o seu mandato de uma forma imparcial, com base nas suas necessidades e sem distinção de raça, sexo, religião ou opinião política. No quadro de todas as suas actividades, o ACNUR dá uma atenção especial às necessidades das crianças e procura promover a igualdade de direitos da mulher.

Nos seus esforços para proteger os refugiados e promover soluções para os seus problemas, o ACNUR colabora de modo estreito com governos, organizações regionais, internacionais e não governamentais. A participação dos refugiados nas decisões que se reflectem na sua vida é um princípio essencial da acção do ACNUR.

Na sua acção em benefício dos refugiados e pessoas deslocadas, o ACNUR promove igualmente os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas: [manutenção da paz](#) e segurança internacionais; desenvolvimento de relações amistosas entre as Nações; e encorajamento do respeito pelos [direitos humanos](#) e pelas liberdades fundamentais.

Para mais informação, ver <http://www.unhcr.ch>

Amortização

(Amortization)

Reembolso de uma parte do empréstimo. Não inclui as taxas do empréstimo.

Análise

(Analysis)

Processo para tratar e interpretar informação relativa a uma acção, projecto, intervenção ou programa.

Análise / Revista / Levantamento

(Survey)

Recolha sistemática de informação sobre uma determinada população, normalmente através de entrevistas ou questionários feitos a uma amostra dessa população.

Análise custo-benefício

(Cost-benefit analysis)

Abordagem de avaliação na qual se compara os benefícios de uma intervenção com os respectivos custos ou os impactes positivos com os impactes negativos. É usada para comparar os custos e os benefícios de programas alternativos quando tanto os custos como os benefícios são expressos em termos monetários.

Análise de custos

(Cost-benefit analysis)

Identificação e determinação de todos os custos de uma acção, projecto, intervenção ou programa.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Análise de riscos

(Risk analysis)

Análise ou apreciação de factores (designados por pressupostos no quadro lógico) que contribuem/podem contribuir para alcançar os objectivos de uma intervenção de desenvolvimento, condicionando ou não a realização desses objectivos.

Exame detalhado das potenciais consequências não desejadas e negativas que uma acção de desenvolvimento pode ter na vida humana, na saúde, na propriedade ou no ambiente.

Processo que se destina a identificar de forma sistemática as consequências não desejadas e os riscos, com quantificação da sua probabilidade de aparecimento e do seu impacte previsível.

Aperfeiçoamento

(Improvement)

Acção de melhorar, de aperfeiçoar.

Apoio à balança de pagamentos

(Balance of payments support)

Apoio financeiro, normalmente na forma de donativos, para aliviar o défice externo de um país em desenvolvimento.

Apoio à exportação

(Export support)

Ver: [créditos à exportação](#).

Apoio à importação

(Import support)

Forma de ajuda ao desenvolvimento concebida para ajudar a reduzir o défice da balança de pagamentos do país receptor. Habitualmente assume a forma de donativo em moeda para cobrir os custos de bens importados ou para o país doador adquirir e financiar várias categorias de bens do exterior os quais são depois oferecidos ao país receptor.

Apreciação

(Assessment)

Determinação de todas as características de uma intervenção de desenvolvimento, dos seus pontos fortes e fracos.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Apreciação da pobreza (Poverty assessment)

Documento sobre a situação da [pobreza](#) num país receptor que inclui uma análise das famílias, um perfil da pobreza e uma apreciação sobre o país beneficiário. Inclui, ainda, informação sobre a participação dos parceiros do desenvolvimento e dos detentores de interesse.

Apreciação de necessidades (Needs assessment)

Instrumento que permite extrair informação sobre as diversas necessidades das populações e sua hierarquização, tendo em conta as suas opiniões.

Faz parte integrante das análises de [género](#).

Apreciação prévia (Appraisal)

Exame crítico do relatório de identificação que escolhe e hierarquiza as diferentes soluções do ponto de vista da pertinência, viabilidade técnica, financeira e institucional e rentabilidade socioeconómica.

Apreciação global da pertinência, viabilidade e sustentabilidade provável de uma intervenção de desenvolvimento antes que a decisão de financiamento seja tomada.

Nota: nas agências e bancos de desenvolvimento, o objectivo desta apreciação prévia é fornecer aos decisores os elementos necessários para decidir se a acção representa uma utilização adequada dos recursos da organização.

Termo relacionado: [avaliação prévia](#).

Apropriação (Ownership)

Assunção das responsabilidades por uma determinada [intervenção de desenvolvimento](#), por parte do seu beneficiário.

A apropriação implica a autoridade formal e informal assim como a assunção da responsabilidade efectiva de gestão de qualquer intervenção de desenvolvimento.

Sem apropriação não há [sustentabilidade](#) de uma intervenção de desenvolvimento.

Aquisição (Acquisition)

Obtenção, por contrato, com fundos adequados, de bens e serviços.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Áreas transversais

(Cross-cutting issues)

Áreas que devem ser alvo de atenção em todos os níveis da ajuda e em todas as fases desde a programação à avaliação: incluem-se as questões do [género](#), do respeito pelos [direitos humanos](#), a [boa governação](#) e a [democratização/ participação](#).

Asilo

(Asylum)

Protecção que um Estado concede no seu território a um indivíduo que sofre a perseguição de outro Estado.

Assembleia Geral

(General Assembly)

Órgão das [Nações Unidas](#) que comporta todos os seus membros (actualmente 189). É uma espécie de Parlamento das Nações.

Cada Estado tem direito a um voto. Funciona por sessões: uma anual (ordinária) entre Setembro e Dezembro, e sessões extraordinárias (convocadas pelo Secretário Geral, quando as circunstâncias o exigem, a pedido do [Conselho de Segurança](#) ou da maioria dos seus membros.

É um fórum internacional de discussão dos problemas económicos e abarca praticamente todos os domínios da acção internacional para o desenvolvimento.

Destas sessões resultam “Declarações”, “Programas de acção”, “estratégias”, “cartas”, as quais não têm carácter vinculativo, ou seja, a Assembleia Geral não pode obrigar nenhum Estado a implementar as suas decisões.

Para mais informações, ver <http://www.onuportugal.pt> e <http://www.un.org>

Assistência técnica

(Technical assistance)

Transferência, adaptação, mobilização e utilização de serviços, saberes, conhecimentos e tecnologia. Esta assistência pode cobrir uma multitude de funções tais como o aconselhamento ao nível das políticas, o desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais ou o fornecimento de serviços.

Fornecimento de *know-how* técnico através de peritos, voluntários e consultores, em projectos e programas de cooperação financeira. É uma componente importante da cooperação técnica mas nas estatísticas do CAD/OCDE não é desagregada. A definição do CAD/OCDE também inclui a cooperação profissional e o desenvolvimento institucional.

Termo relacionado: [cooperação técnica](#).



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID) (International Development Association)

Instituição membro do [grupo do Banco Mundial](#), criada em 1960, que se dedica a apoiar os países mais pobres do mundo, concedendo empréstimos em condições mais favoráveis que o BIRD. O seu objectivo central é a redução da pobreza.

Faz estudos analíticos e presta serviços de coordenação da assistência. Desde os anos 80 também apoia os programas de ajustamento estrutural.

Actualmente 79 países têm acesso aos créditos da AID: Afeganistão, Albânia, Angola, Arménia, Azerbaijão, Bangladesh, Benin, Bolívia, Bósnia-Herzegovina, Burkina Faso, Burundi, Botão, Cabo Verde, Camarões, Camboja, Chade, Comores, Congo (República do), Congo (República Democrática do), Costa do Marfim, Djibuti, Dominica, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Gana, Geórgia, Grenada, Guiana, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Honduras, Iémen, Índia, Indonésia, Jugoslávia, Kiribati, Laos, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Maldivas, Mali, Mauritânia, Moçambique, Moldávia, Mongólia, Myanmar, Nepal, Nicarágua, Niger, Nigéria, Paquistão, Quénia, Quirguízia (República da), Ruanda, São Tomé e Príncipe, Salomão (Ilhas), Samoa, Santa Luzia, São Vicente, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sri Lanka, Sudão, Tadjiquistão, Tanzânia, Togo, Tonga, Uganda, Uzbequistão, Vanuatu, Zâmbia, Zimbabwe.

Para mais informação, ver <http://www.worldbank.org/ida/>

Atelier / grupo de trabalho em sala (Workshop)

Reuniões de grupo estruturadas onde os vários detentores de interesse de uma intervenção de desenvolvimento partilham conhecimentos e trabalham para uma visão comum sobre um tema específico, utilizando técnicas próprias.

Atribuição / Imputação (Attribution)

Confirmação de uma relação causal entre as mudanças observadas (ou que se espera observar) e uma acção específica.

Nota: a atribuição refere-se à responsabilidade da mudança por parte da acção avaliada. Representa a parte dos efeitos observados que é atribuível a uma intervenção específica ou à acção de um ou mais parceiros. Pressupõe que se tenha em consideração outras intervenções, factores exógenos (antecipados ou não) e choques externos.

Auditoria (Audit)

Actividade de controlo em matéria de qualidade, realizada de forma objectiva e independente e destinada a melhorar as operações de uma organização e a aumentar o seu valor. A auditoria ajuda uma organização a alcançar os seus objectivos graças a uma abordagem sistemática e rigorosa para apreciar e melhorar a eficácia da gestão de riscos, do controlo e dos processos de governação.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Nota: deve ser feita uma distinção entre a auditoria regular (de controlo, exemplo: controlo financeiro) que se centra sobretudo na conformidade com os procedimentos e regulamentos em vigor e a auditoria do desempenho que se interessa pela pertinência, a economia, a eficácia e a eficiência. A auditoria interna fornece uma apreciação dos controlos internos exercidos por uma unidade prestando contas à direcção, enquanto a auditoria externa é realizada por um organismo independente.

Auto-avaliação (Self-evaluation)

Avaliação efectuada por quem tem a responsabilidade de conceber e implementar uma intervenção de desenvolvimento.

Avaliabilidade (Evaluability)

Medida segundo a qual uma actividade ou programa é avaliado de forma fiável e credível.

Nota: a apreciação da avaliabilidade supõe um exame prévio da actividade proposta para verificar se os seus objectivos estão definidos de forma adequada e se os resultados são verificáveis.

Avaliação (Evaluation)

Apreciação sistemática e objectiva de um projecto, programa ou política, em curso ou terminado, quanto à sua concepção, execução e resultados. O propósito é determinar a pertinência e o grau de cumprimento dos objectivos, a eficiência em matéria de desenvolvimento, a eficácia, o impacte e a sustentabilidade. Uma avaliação deve fornecer informações credíveis e úteis permitindo integrar as lições da experiência nos processos de decisão dos beneficiários e dos doadores de fundos.

O termo “avaliação” também se refere a um processo tão sistemático e objectivo quanto possível através do qual se determina a importância e o alcance de uma intervenção de desenvolvimento prevista, em curso ou concluída.

Nota: em certos casos a avaliação supõe a definição de normas adequadas, a apreciação dos desempenhos relativamente a essas normas, a apreciação dos resultados esperados e alcançados e a identificação das lições relevantes.

Termo relacionado: [exame](#).

Avaliação a meio percurso (Mid-term evaluation)

Avaliação conduzida a meio da execução de uma intervenção de desenvolvimento.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Termos relacionados: [avaliação formativa](#), [avaliação no percurso](#).

Avaliação conjunta

(Joint evaluation)

Avaliação em que participam diferentes organismos doadores e/ou os parceiros.

Nota: pode haver vários graus de parceria consoante os parceiros cooperem mais ou menos no processo de avaliação, juntem os seus recursos de avaliação e trabalhem conjuntamente os relatórios da avaliação. As avaliações conjuntas podem ajudar a tratar problemas de atribuição de competências, apreciando a eficácia dos programas e estratégias, a complementaridade dos esforços suportados pelos diferentes parceiros, assim como a qualidade da coordenação da ajuda, etc.

Avaliação de conjunto(s)

(Cluster evaluation)

Avaliação de um conjunto de actividades, projectos ou programas interrelacionados.

Avaliação de impacte

(Impact evaluation)

Tipo de avaliação que se centra nos impacte ou resultados de longo prazo, positivos e/ou negativos, esperados ou não, de uma intervenção de desenvolvimento.

Avaliação de processos

(Process evaluation)

Avaliação da dinâmica interna da organização encarregue de executar a intervenção, dos seus instrumentos e políticas de actuação, dos seus mecanismos de prestação de serviços, das suas práticas de gestão e das ligações entre estes elementos.

Termo relacionado: [avaliação formativa](#).

Avaliação de programa

(Program evaluation)

Avaliação de um conjunto estruturado de intervenções para atingir objectivos de desenvolvimento específicos à escala de um sector, país, região ou global.

Nota: um programa de desenvolvimento tem uma duração limitada e implica actividades múltiplas que podem dizer respeito a áreas transversais, temas e/ou zonas geográficas.

Termos relacionados: [avaliação de programa nacional](#).



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Avaliação de programa nacional / Avaliação da ajuda a um país (Country program evaluation/
Country assistance evaluation)

Avaliação das intervenções de desenvolvimento de uma ou mais agências doadoras e da estratégia de ajuda que lhe está subjacente, num país receptor.

Avaliação de programa sectorial (Sector program evaluation)

Avaliação de uma série de intervenções de desenvolvimento num ou em vários países, as quais contribuem para alcançar determinado objectivo de desenvolvimento.

Nota: um sector inclui actividades de desenvolvimento habitualmente agrupadas numa perspectiva de acção pública tais como a saúde, a educação, a agricultura, os transportes, etc.

Avaliação de projecto (Project evaluation)

Avaliação de uma intervenção individual de desenvolvimento, concebida para atingir objectivos específicos com recursos e um plano de trabalho determinados, muitas vezes no quadro de um programa mais abrangente.

Nota: a análise custo-benefício é um dos principais instrumentos da avaliação para os projectos que apresentam benefícios mensuráveis. Quando os benefícios não podem ser quantificados a análise custo-eficácia é a abordagem mais adequada.

Avaliação externa (External evaluation)

Avaliação de uma intervenção de desenvolvimento conduzida por serviços e/ou pessoas exteriores ao doador de fundos e à organização responsável pela sua execução.

Avaliação final / Avaliação ex-post (Ex-post evaluation)

Avaliação de uma intervenção de desenvolvimento após a sua conclusão.

Nota: este tipo de avaliação pode ser realizado logo após a conclusão da intervenção ou algum tempo depois. O objectivo é identificar os factores de sucesso ou de fracasso, apreciar a sustentabilidade dos resultados e os impactes, e tirar conclusões que possam ser generalizadas a outras intervenções.

Avaliação formativa (Formative evaluation)

Avaliação que visa melhorar o desempenho e que é habitualmente realizada durante a execução de um projecto ou programa.



Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

Glossário da Cooperação

Nota: as avaliações formativas podem igualmente ser conduzidas por outras razões, tais como a verificação da conformidade e do respeito das obrigações legais, ou como parte de uma avaliação mais ampla.

Termo relacionado: [avaliação de processos](#).

Avaliação independente **(Independent evaluation)**

Avaliação realizada por serviços ou pessoas que não estão ligadas aos responsáveis pela concepção e execução da intervenção de desenvolvimento.

Nota: a credibilidade de uma avaliação depende, em parte, da independência com que é conduzida. A independência implica liberdade relativamente aos poderes políticos e às pressões da organização. É caracterizada pelo acesso livre e completo à informação e por uma autonomia total para realizar a investigação e elaborar as conclusões e recomendações.

Avaliação interna **(Internal evaluation)**

Avaliação conduzida por um serviço e/ou pessoas que dependem dos responsáveis pela intervenção de desenvolvimento, do financiador, dos parceiros ou da organização executora.

Termo relacionado: [auto-avaliação](#).

Avaliação no percurso **(On-going evaluation)**

Avaliação de uma intervenção de desenvolvimento quando ela está ainda a ser implementada, visando nomeadamente introduzir as alterações que se revelem necessárias.

Termos relacionados: [avaliação a meio percurso](#), [avaliação formativa](#).

Avaliação participativa **(Participatory evaluation)**

Método de avaliação segundo o qual os representantes das agências doadoras e os detentores de interesse (*stakeholders*) (incluindo os beneficiários) trabalham em conjunto para conceber e conduzir uma avaliação e dela retirar conclusões.

Avaliação prévia / Pré-avaliação / Avaliação ex-ante **(Ex-ante evaluation)**

Avaliação efectuada antes da implementação de uma intervenção de desenvolvimento.

Termo relacionado: [apreciação prévia](#).



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Avaliação qualitativa

(Qualitative evaluation)

Avaliação que apenas utiliza dados qualitativos.

Avaliação sectorial

(Sector evaluation)

Avaliação que diz respeito não só à avaliação ao apoio sectorial a um país (projectos que contribuem para o mesmo objectivo global), mas também à avaliação conjunta de vários programas dentro do mesmo sector (programas que têm diferentes objectivos globais, mas que se destinam ao mesmo sector).

Avaliação de todo o tipo de intervenções de desenvolvimento que fazem parte do mesmo sector económico.

Termo relacionado: [avaliação de programa sectorial](#).

Avaliação sumativa

(Summative evaluation)

Estudo conduzido no fim de uma intervenção (ou numa fase da intervenção) para determinar em que medida os resultados esperados foram alcançados. A avaliação sumativa visa fornecer informações sobre a validade do programa.

Termo relacionado: [avaliação de impacte](#).

Avaliação temática

(Thematic evaluation)

Avaliação de um certo número de intervenções, todas orientadas para uma prioridade específica de desenvolvimento, que se aplica de forma transversal aos países, regiões e sectores.

Avaliador

(Evaluator)

Pessoa ou organismo que assume a responsabilidade de realizar uma avaliação.

Termo relacionado: [equipa de avaliação](#).

ASEAN

(ASEAN)



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Organização regional político-económica, fundada em 1967, com sede em Jacarta, Indonésia, entre a Indonésia, Malásia, Singapura, Tailândia e Filipinas. O Brunei aderiu em 1984,

Tem como objectivo acelerar o desenvolvimento económico, social e cultural dos Estados-membros; criar uma comunidade económica na região; promover a coexistência mútua dentro dos domínios económico e técnico; promover a paz e a estabilidade regional.

Balança comercial

(Balance of trade)

Parte da conta corrente da [balança de pagamentos](#), que diz respeito à diferença entre importações e exportações. A balança comercial é favorável, num dado período, quando as exportações superam as importações e deficitária no caso inverso.

Balança de pagamentos

(Balance of payments)

Conjunto das transacções da economia de um país com o resto do mundo durante um certo período de tempo.

Contas nacionais que contabilizam as transacções feitas com o exterior. Inclui a [balança comercial](#) e a balança de serviços que mostra o movimento das exportações e importações, as quais incluem todo o tipo de serviços.

Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD)

(African Development Bank)

Instituição financeira internacional, fundada em 1963, com sede em Abidjan, Costa do Marfim. Conta com 53 Estados Africanos e 24 não Africanos como membros, entre os quais Portugal.

Tem como objectivo promover o desenvolvimento económico e social dos países africanos, combatendo a pobreza e melhorando os níveis de vida dos africanos.

Na realidade trata-se de um grupo, constituído pelo Banco Africano de Desenvolvimento, Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) e Nigeria Trust Fund (NTF).

Para mais informações, ver <http://www.afdb.org>

Banco Asiático de Desenvolvimento (BAoD)

(Asian Development Bank)

Instituição financeira de desenvolvimento multilateral, criada em 1966, que se dedica à redução da pobreza na Ásia e no Pacífico. Integra 59 membros e tem sede em Manila.

Esta instituição promove a melhoria da qualidade de vida das pessoas fornecendo empréstimos e assistência técnica para uma série de actividades de desenvolvimento. É uma instituição sem fins lucrativos e os seus clientes são sobretudo governos.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Centra-se na promoção do crescimento económico sustentável, na boa governação e na luta contra a pobreza. As suas actividades concentram-se:

- ? na protecção do ambiente;
- ? na promoção do género e do desenvolvimento;
- ? no desenvolvimento do sector privado;
- ? na cooperação regional.

Para mais informação, ver www.adb.org

Banco Europeu de Investimento (BEI)

**(European Investment Bank
(EIB))**

Instituição financeira da [União Europeia](http://www.europa.eu), tem como principal tarefa contribuir para a integração, desenvolvimento equilibrado e coesão económica e social dos Estados-membros.

Para além disso, o Banco tem como correponsabilidade implementar as componentes financeiras dos acordos concluídos no âmbito da ajuda pública para o desenvolvimento da União Europeia e das políticas de cooperação.

Para mais informações, ver <http://www.eib.org>

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIAD)

**(Inter-American Development
Bank)**

Banco regional de desenvolvimento, estabelecido em 1959 pela Organização dos Estados Americanos, com o objectivo de acelerar o desenvolvimento económico e a integração da América Latina. Tem sede em Washington (EUA). Concede empréstimos a longo prazo e assistência técnica para a realização de projectos de desenvolvimento económico, social e institucional na América Latina e Caraíbas.

Para mais informação, ver <http://www.iadb.org>

Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD)

**(International Bank for
Reconstruction and
Development (IBRD))**

Geralmente conhecido como [Banco Mundial](http://www.worldbank.org), é uma agência especializada das Nações Unidas que faz parte do grupo do Banco Mundial. Criada em 1945, em conjunto com o FMI, como parte dos acordos de Bretton Woods assinados no ano anterior. Tinha inicialmente como função fornecer capitais para a reconstrução da Europa no pós-guerra.

Actualmente concede empréstimos e apoio ao desenvolvimento a países de rendimento médio e baixo com o objectivo de reduzir a pobreza, ou seja, concede empréstimos a países que não têm acesso ao capital privado ou quando os seus termos de financiamento são demasiado onerosos para eles. Embora mais baratos que os créditos da banca comercial, não são considerados créditos concessionais.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Tem desempenhado um importante papel na renegociação da dívida dos países em desenvolvimento, desde finais dos anos 80.

Para mais informação, ver <http://www.worldbank.org/>

Banco Mundial (BM)

(World Bank) (WB)

Principal instituição multilateral, encarregue de financiar o desenvolvimento económico, criado em Bretton Woods, em 1944. Tem sede em Washington (EUA).

Na realidade trata-se de um grupo que compreende cinco organizações: [Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento](#), [Associação Internacional para o Desenvolvimento](#), [Sociedade Financeira Internacional](#), [Agência Multilateral de Garantia de Investimentos](#) e [Centro Internacional para a Resolução de Diferendos relativos a Investimentos](#).

Ver: [Grupo do Banco Mundial](#).

Para mais informação, ver <http://www.worldbank.org/>

Bancos de desenvolvimento multilateral

(Multilateral development banks)

Bancos multilaterais vocacionados para a problemática do desenvolvimento. Destaca-se o grupo do [Banco Mundial](#).

Beneficiários

(Beneficiaries)

Indivíduos, grupos ou organizações que é suposto beneficiarem de uma intervenção de desenvolvimento, directamente ou não, intencionalmente ou não.

Termo relacionado: [público alvo](#).

Bens públicos internacionais

(International public goods)

Bens cujos benefícios não podem ser facilmente confinados a um consumidor, ou seja, são bens cujos benefícios são universais em termos de países, pessoas e gerações.

Consideram-se actualmente três categorias :

- 1) bens públicos tradicionais – ar, oceanos e florestas – que são sobre-utilizados;
- 2) bens públicos produzidos pelo homem – liberdade de expressão, abolição da escravatura e condenação da tortura – que tendem a ser sub-utilizados; e,
- 3) bens resultantes de políticas globais, tais como estabilidade financeira, que dependem dos esforços conjuntos de todos os países. Estes bens tendem a ser sub-fornecidos devido à ausência de condições de envolvimento político em todos os lugares.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Boa governação

(Good governance)

Forma de exercício do poder num país caracterizado por aspectos como a eficiência, a transparência, a prestação de contas, a participação da sociedade civil e o [Estado de direito](#), que revelam a determinação do governo em utilizar os recursos disponíveis em prol do desenvolvimento económico e social.

Bolo comum

(Common pools)

Nova abordagem da cooperação na qual o receptor começa por definir a sua estratégia, programas e projectos, centrados na luta contra a pobreza, através da participação interna e do diálogo com os doadores. Pode depois apresentar os seus planos aos doadores os quais colocarão num “common pool” o financiamento. Este “common pool” de APD, associado aos recursos internos, vai financiar a estratégia de desenvolvimento do país. O nível de financiamento de cada doador dependerá da sua apreciação quer da estratégia e dos programas, quer da capacidade de implementação e de acompanhamento efectivo do progresso e das despesas dos mesmos pelo receptor.

Bolsa de estudo

(Scholarship)

Quantia pecuniária concedida pelo Estado ou por outra entidade a estudantes ou investigadores.

Bolseiro

(Scholarship)

Pessoa a quem foi concedido um subsídio, uma bolsa, para estudo, missão científica ou literária.

Bons ofícios

(Good offices)

Procedimento quando, para a manutenção da paz, uma nação intervém de forma amigável entre duas partes cujas divergências podem conduzir a um conflito armado e dá sugestões de formas e meios para clarificar as diferenças.

Cabimentação

Cabimento financeiro de uma intervenção de desenvolvimento no âmbito de uma determinada rubrica orçamental.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Cobertura financeira de uma despesa.

Cadeia de resultados

(Results chain)

Sequência de relações de causa-efeito que leva uma intervenção de desenvolvimento a atingir os seus objectivos. A cadeia de resultados começa pela disponibilização dos recursos e continua pelas actividades e seus produtos. Conduz aos efeitos e impactes e culmina numa assimilação dos ensinamentos. Em algumas agências de ajuda o público alvo faz parte da cadeia de resultados.

Termos relacionados: [pressupostos](#), [quadro de resultados](#).

Cansaço da ajuda

(Aid fatigue)

Cansaço e decepção relativamente aos resultados da ajuda pública ao desenvolvimento, por parte dos doadores e em particular dos contribuintes, o que contribui para a sua diminuição.

Capacidade

(Capacity)

Conceito que é muito utilizado nos estudos actuais de desenvolvimento, como reverso de um outro, o de vulnerabilidade. Define-se como as opções que uma pessoa pode fazer face à realização de acções ou ao alcançar estados de existência com os quais consegue bem-estar ou fazer face a uma calamidade. É uma força ou recurso de que uma comunidade dispõe e que lhe permite fundar as bases do desenvolvimento, assim como fazer face a catástrofes.

Capacidade de indivíduos e organizações desempenharem as suas funções de forma eficaz, eficiente e de maneira sustentável.

Atributos, competências e recursos de uma organização que lhe permitem empreender a sua missão. As capacidades de uma organização podem ser agrupadas em quatro categorias: financeira, física, humana e organizacional.

Capacidade de absorção

(Absorbitive capacity)

Capacidade dos países que recebem ajuda a utilizarem de forma eficiente.

Capacitação /empoderamento

(Empowerment)

Processo de conquistar ou possuir controlo sobre si mesmo, sobre a ideologia e os recursos que determinam poder.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Concessão de um sentimento de auto-realização ou autoridade a um indivíduo, grupo de indivíduos ou organização.

Actualmente consideram-se três níveis de capacitação: *enhacement* (capacitação do próprio indivíduo por recursos externos); *empowerment* (capacidade que o indivíduo tem de aproveitar o recurso externo rompendo com a dependência e criando a sua própria autonomia) *empowerment development* (capacidade que o indivíduo tem de sair da primeira fase de autonomia para uma fase mais avançada de capacidade para aumentar a sua qualidade de vida a todos os níveis ou, dito de outra forma, o seu índice de desenvolvimento humano).

Capacitação/empoderamento de género (Gender empowerment)

Processo de tomada de consciência sobre as desigualdades entre mulheres e homens no acesso aos recursos e ao poder.

Capacitação/empoderamento de jovens e mulheres (Youth and women empowerment)

A tradução portuguesa de *empowerment* reconhecida pela Academia das Ciências significa emergência do poder das mulheres, processo que conforme o contexto, poderá ser expresso através de expressões como obtenção do poder, aumento do poder, reforço do poder.

A mesma expressão tem sido utilizada em documentos relativos a políticas de juventude com o significado de capacitação. No entanto um possível compromisso corresponde ao “criar condições para o exercício da participação social e política”. A promoção da autonomia, liderança e afirmação individual, social e política de mulheres e jovens.

No Plano de Acção de Pequim a capacitação é transversal aos vários objectivos estratégicos, nomeadamente: *As mulheres e a pobreza, Educação e formação das mulheres, As mulheres e a Saúde, A violência contra as mulheres, As mulheres e os conflitos armados.*

Capital humano (Human capital)

Conhecimentos, capacidades e experiência das pessoas, que as tornam economicamente produtivas. O capital humano pode ser aumentado através do investimento na educação, cuidados de saúde e formação profissional, aumentando a qualidade de vida.

Stock de destrezas acumuladas e experiências que tornam os trabalhadores mais produtivos.

Capital social (Social capital)

Conjunto de normas, redes e organizações constituídas sobre as relações de confiança e reciprocidade, que contribuem para a coesão, o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade,



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

bem como para a capacidade dos seus membros poderem actuar e satisfazer as suas necessidades de forma coordenada em benefício mútuo.

Relacionamento institucional, atitudes e valores que governam as interações entre pessoas numa sociedade e contribuem para o desenvolvimento económico e social.

Cenário em ausência de intervenção (Counterfactual)

Situações ou condições em que hipoteticamente se encontrariam as pessoas, organizações ou grupos, se a intervenção de desenvolvimento não tivesse sido realizada.

Centro das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos - Habitat (UNCHS (Habitat))

Ver: [Programa das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos - Habitat](#)

Centro Internacional para a Resolução de Diferendos relativos a Investimentos (CIADI) (International Centre for Settlement of Investment Disputes)

Organização internacional, criada em 1966, no quadro do [Grupo do Banco Mundial](#), que tem como objectivo promover a conciliação e arbitragem nas disputas entre os investidores estrangeiros e os países de acolhimento do investimento.

Para mais informação, ver <http://worldbank.org/icsid/about/main.htm>

Ciclo do projecto (Project cycle)

Conjunto de fases pelas quais passa um projecto desde a programação até à avaliação final.

Em regra, existem as seguintes fases: [programação](#), [identificação](#), [instrução](#), [financiamento](#), [execução](#) e [avaliação](#).

Termo relacionado: [diagramas de árvores](#).

Clube de Paris (Paris club)

Associação informal de ministros das finanças e dos bancos centrais dos países credores onde são negociados, entre outros assuntos, os acordos bilaterais para o reescalonamento das dívidas dos países muito endividados.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Clube do Sahel

(Sahel club)

Associação criada em 1976, com sede em Paris, com o objectivo de promover a coordenação das políticas a longo prazo e programas em sectores chave do desenvolvimento relacionadas com a produção de alimentos e com o controlo da desertificação nos Estados-membros do CILSS ([Comité permanente inter-Estados de luta contra a desertificação do Sahel](#)) - Burkina Faso, Cabo Verde, Chade, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Níger e Senegal, em associação com os países da [OCDE](#).

Coerência

(Coherence)

Traduz-se na inexistência de efeitos de política que são contrários aos resultados pretendidos ou aos objectivos de uma política. As actividades externas devem ser consistentes no seu todo, no contexto das relações externas, políticas, económicas e de desenvolvimento.

Em conjunto com a [complementaridade](#) e a [coordenação](#) faz parte dos 3C, elemento essencial da política da EU em matéria de cooperação para o desenvolvimento, consignado no Artigo 130u do Tratado de Maastricht. Os 3C visam melhorar a eficácia da ajuda da Comissão, racionalizar a afectação de recursos, evitar as duplicações ou as contradições entre actividades, diminuir os custos de transacção e os custos para as administrações dos países receptores.

Cofinanciamento

(Co-financing)

Financiamento parcial de uma intervenção de desenvolvimento.

Colaboração

(Collaboration)

Acto de cooperar ou trabalhar em conjunto numa intervenção de desenvolvimento.

Comércio justo

(Fair trade)

Tipo de comércio que possibilita o acesso dos produtores pobres dos países em desenvolvimento aos mercados dos países desenvolvidos, assente em relações de equidade e solidariedade e que se orienta para a redução da pobreza.

Comida ou dinheiro por trabalho

(Food or cash for work)

Projectos ou programas de ajuda alimentar em que esta só é concedida como retribuição pela realização de algum trabalho de utilidade pública.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (CEPAL) (Economic Commission for Latin America and Caribbean)

Comissão estabelecida em 1948 pelo [Conselho Económico e Social](#), com sede em Santiago do Chile.

É uma das cinco comissões regionais das [Nações Unidas](#). Inicialmente tinha como objectivo contribuir para o desenvolvimento económico da América Latina, coordenar as actividades conducentes à promoção e reforço das relações económicas dos países entre si e com as outras regiões do mundo. Posteriormente, o seu trabalho alargou-se para os países das Caraíbas e incluiu o objectivo de promoção do desenvolvimento social.

Para mais informações, ver <http://www.eclac.org>

Comissão Económica para África (CEA) (Economic Commission for Africa)

Estabelecida em 1958, tem sede em Addis Abeba (Etiópia). Apoia o desenvolvimento económico e social dos seus 53 membros, promovendo a integração regional e a cooperação internacional para o desenvolvimento em África.

Encontra-se directamente ligada ao [Conselho Económico e Social](#), através da Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelo planeamento e desenvolvimento económico e social, e reúne vários órgãos intergovernamentais e comités.

Estabeleceu o [BAfD](#), hoje considerado o líder financeiro multilateral de desenvolvimento no continente.

Facilitou o estabelecimento de uma série de organizações regionais, tais como:

- ? [Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental](#) (ECOWAS);
- ? Área de Comércio Preferencial da África Austral (PTA), agora transformada em Comunidade dos Estados da África de Leste e da África Austral (COMESA).

Fornece assistência técnica em muitas áreas e promove o desenvolvimento da sociedade civil, incluindo ONG, associações profissionais e redes intelectuais.

Procedeu a uma reforma e reestruturação interna em 1996, alargando o seu papel para abranger as seguintes áreas:

- ? aconselhamento e análise de políticas;
- ? catalisador de consensos;
- ? cooperação técnica e capacitação institucional;
- ? reforço do papel das Nações Unidas em África.

Para mais informação, ver www.uneca.org



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Comissão Europeia (CE)

(European Commission (EC))

A Comissão Europeia é uma instituição da [União Europeia](#), que dispõe de poderes de iniciativa, de execução, de gestão e de controlo. É a guardiã dos Tratados e representa o interesse comunitário. É composta por um órgão colegial de 20 membros independentes (2 membros para cada um dos seguintes países: Alemanha, Espanha, França, Itália e Reino Unido; 1 membro para cada um dos restantes países). A Comissão é nomeada, de comum acordo, pelos Estados-membros, por um período de 5 anos, e é sujeita a uma votação de investidura do [Parlamento Europeu](#), perante o qual é responsável. O órgão colegial dos membros da Comissão é assistido por uma administração composta por direcções-gerais e serviços especializados, cujo pessoal se encontra repartido essencialmente entre Bruxelas e o Luxemburgo.

Para mais informações, ver <http://www.europa.eu.int/comm>

Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC)

Órgão sectorial de apoio ao Governo na área da política da cooperação para o desenvolvimento, funcionando no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

À CIC compete:

- a) Apoiar o Governo na definição da política de cooperação com os países em desenvolvimento;
- b) Promover o planeamento articulado dos programas e projectos de ajuda pública ao desenvolvimento;
- c) Promover a coordenação da execução dos programas e projectos de cooperação de iniciativa pública.

Comité de Ajuda para o Desenvolvimento (CAD)

**(Development Assistance
Committee (DAC))**

Comité da [OCDE](#) que lida com as questões da cooperação para o desenvolvimento.

Desempenha um importante papel na consultoria e elaboração das políticas de cooperação bilateral para o desenvolvimento, no sentido de aumentar o nível e a eficácia da [APD](#). Para além de constituir um centro de informação, documentação e assessoria, define directrizes da Ajuda para os países membros. É um dos principais núcleos (a par do BM e do PNUD) de elaboração da política de cooperação para o desenvolvimento.

Os membros actuais do CAD são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça. São membros com estatuto de observador permanente o FMI, o Banco Mundial e o PNUD. Portugal foi um dos membros fundadores, em 1961, tendo-se retirado após o 25 de Abril de 1974, regressando em 1991 (3 de Dezembro).

Para mais informação, ver <http://www.oecd.org/dac/>



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Comité de Ligação

(Liaison Committee)

Organismo que reúne as plataformas nacionais europeias, junto da [União Europeia](#).

Comité permanente inter-Estados de luta contra a desertificação do Sahel

(CILSS)

Organização criada em 1973, com sede em Ouagadougou (Burkina Faso), entre os 9 países do Sahel: Burkina Faso, Cabo Verde, Chade, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Níger e Senegal.

Tem como objectivo combater os efeitos da desertificação na região do Sahel, através da irrigação, da produção de alimentos, do combate à desertificação e da criação de reservas alimentares.

Ver também, [Clube do Sahel](#)

Competências

(Skills)

Capacidade para/de mobilizar conhecimentos/saberes em actos a fim de intervir numa situação de forma adequada.

Especialização num determinado saber ou área de intervenção/investigação.

Complementaridade

(Complementarity)

Existência de sinergias entre os diversos actores, com vista à articulação e coerência das suas políticas de cooperação.

Atendendo a que em matéria de cooperação há partilha de competências aos diversos níveis, é importante que os diferentes actores salvaguardem os valores comuns e os interesses fundamentais que os ligam (reforço da segurança, manutenção da paz, segurança internacional, reforço da democracia, do Estado de direito e dos direitos humanos).

Cada sector, actuando na sua área específica deve ter em atenção as intervenções dos outros actores da cooperação por forma a não existir sobreposição e/ou duplicação de tarefas e actividades, desperdício de recursos. A complementaridade pressupõe a concentração ou a especialização de cada actor, para evitar a dispersão ineficaz e dispendiosa de recursos. A complementaridade implica transparência e troca de informação entre os diferentes actores.

Em conjunto com a [coerência](#) e a [coordenação](#) faz parte dos 3C, elemento essencial da política da EU em matéria de cooperação para o desenvolvimento, consignado no Artigo 130u do Tratado de Maastricht. Os 3C visam melhorar a eficácia da ajuda da Comissão, racionalizar a afectação de recursos, evitar as duplicações ou as contradições entre actividades, diminuir os custos de transacção e os custos para as administrações dos países receptores.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Compromisso

(Commitment)

Uma obrigação, expressa de forma escrita e com a indicação dos fundos necessários, feita por um doador oficial para fornecer ajuda específica a um país receptor ou organização multilateral.

Obrigação firme, estipulada num contrato ou acordo similar e suportada pela abertura de créditos ou afectação de fundos públicos. Para essa obrigação o governo ou o organismo público do país declarante compromete-se a fornecer, ao país ou ao organismo multilateral beneficiário, os recursos de um montante específico, no âmbito de condições financeiras específicas e destinadas a fins específicos.

Comunidade Britânica

(Commonwealth)

Comunidade criada em 1926, com sede em Londres, entre o Reino Unido e as suas 48 colónias, as suas dependências e as da Austrália e a Nova Zelândia.

Tem objectivos de natureza política e é uma forma de manter as relações de Estado entre o Reino Unido e as suas antigas colónias.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

(Community of the Portuguese Speaking Countries)

Comunidade de países de língua oficial portuguesa, constituída a 17 de Julho de 1996, por decisão da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Institucionalizou-se, desta forma, uma Comunidade de quase 200 milhões de falantes de língua portuguesa, tornando-se assim, o fora multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e empresarial e da cooperação entre os seus sete Estados-membros.

Timor Leste tem estatuto de membro observador da CPLP, até Maio de 2002, momento a partir do qual passará a ser membro de pleno direito.

Para mais informação, ver <http://www.cplp.org/>

Comunidade Económica da África Oriental

Comunidade criada em 1967. Integra o Quênia, a Tanzânia e o Uganda.

Tem como objectivos o fomento da cooperação industrial e comercial e a promoção da integração dos transportes, comunicações e alfândegas. Inactiva desde a morte de Jomo Kenyatta, foi reactivada em 1981.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Comunidade Económica da África Ocidental (CEAO)

O Tratado de Abidjan que instituiu a CEAO foi assinado em 16 de Abril de 1973, tendo entrado em vigor a 1 de Janeiro de 1974.

São países membros o Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Mauritânia, Níger e o Senegal. A Guiné e Togo estão presentes como países observadores. Com excepção da Costa do Marfim, todos os restantes membros estão na categoria de Países Menos Avançados.

Alguns dos países dentro desta área de integração, antigos territórios franceses da África Ocidental, tinham estabelecido, em 1959, a União Aduaneira da África Ocidental (UDAO) para passar, em 1966, a União Aduaneira dos Estados da África Ocidental (UDEAO).

Os objectivos desta Comunidade visam a integração económica dos países membros, substituindo a UDEAO.

Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)

Em Dezembro de 1981, 10 Estados da África Central (Burundi, Camarões, República Centro Africana, Chade, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Ruanda, São Tomé e Príncipe e Zaire) assinaram a Declaração de Libreville instituindo a Comunidade Económica dos Estados da África Central.

O objectivo do Tratado é o de eliminar os obstáculos ao comércio - direitos aduaneiros e restrições quantitativas – e estabelecer uma pauta aduaneira comum e uma política comercial comum para países terceiros.

Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

Comunidade criada em 1975, com sede em Lagos, Nigéria, Tem como membros: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo.

Tem como objectivos a promoção do comércio, da cooperação e da independência económica dos Estados-membros.

Comunidade Francesa

Comunidade de países criada em 1958, em Paris.

Tem como membros: Chade, Congo, França, Gabão, Guiné-Bissau, Madagáscar, República Centro Africana, Senegal.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Visa manter as relações políticas, económicas, sociais e culturais, na sequência da União Francesa com os antigos territórios coloniais de França.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community) (SADC)

O Tratado da SADC foi assinado em Agosto de 1992, em Windhoek (Namíbia). São membros da Comunidade: Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe e Maurício.

Tem como objectivos, entre outros, o crescimento e desenvolvimento económico, o combate à pobreza e a maximização da produção e do emprego. Actualmente está a consolidar-se, sob a principal orientação da África do Sul.

Concepção do projecto (Project design)

Trabalho realizado na fase de identificação de um projecto, onde se elaboram as ideias do [projecto](#), os objectivos ([geral](#) e [específico](#)), os [resultados](#) e as [actividades](#).

Concepção, desenho, esboço (Design)

Levantamento das necessidades, dos problemas e das respectivas soluções que conduzem ao desenho de uma [intervenção de desenvolvimento](#) ou de uma [avaliação](#).

Conclusões (de uma avaliação) ((Evaluation) Conclusions)

Síntese dos factores de sucesso e de fracasso de uma intervenção avaliada, com uma atenção especial nos [resultados](#) e [impacte](#), esperados ou não, e mais genericamente nos outros pontos fortes e fracos. Uma conclusão ancora-se em dados e em análises elaboradas a partir de uma cadeia transparente de argumentos.

As conclusões fazem sobressair os factores de sucesso e de fracasso de uma intervenção avaliada, dando uma atenção particular aos resultados e impactes, esperados ou não, e de uma forma mais geral a quaisquer outros pontos fortes e fracos. Uma conclusão remete para os dados e para as análises elaboradas através de uma cadeia transparente de argumentos.

Condicionalidade (Conditionality)

Conjunto de condições que o doador impõe ao receptor para poder receber Ajuda.

Embora a condicionalidade sempre tenha estado presente, de uma forma ou outra, na cooperação para o desenvolvimento, pode dizer-se que ela evoluiu no conteúdo e marcou as



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

características da cooperação. Depois da condicionalidade simples das primeiras décadas de desenvolvimento, nos anos 80 surge a condicionalidade complexa: a primeira geração de condicionalidade aparece associada aos problemas da dívida externa e aos [programas de ajustamento estrutural](#) – é suposto os receptores realizarem reformas profundas e precisas nas políticas económicas se quisessem receber ajuda; a segunda geração surge em finais dos anos 80, inícios dos anos 90, e está relacionada com o alargar da intervenção da esfera económica para a esfera política – condicionalidade política – com três condições básicas – [democracia](#), [direitos humanos](#) e [boa governação](#).

Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) (United Nations Conference on Trade and development)(UNCTAD)

Estabelecido em 1964 como corpo intergovernamental permanente, é o principal órgão da [Assembleia Geral](#) das [Nações Unidas](#) para tratar das questões do comércio, investimento e desenvolvimento.

Conhecida como a porta-voz dos países em desenvolvimento no sistema das Nações Unidas, procura maximizar o comércio, o investimentos e as oportunidades de desenvolvimento dos países em desenvolvimento e apoiar os seus esforços de integração na economia global, numa base mais equitativa.

Para mais informação, ver <http://www.unctad.org>

Conferência do Milénio (Millennium Summit)

Conferência promovida pelas [Nações Unidas](#), em Setembro de 2000, na qual foram definidos os objectivos de desenvolvimento até 2015.

Termo relacionado: [objectivos internacionais de desenvolvimento](#).

Conferência Intergovernamental (CIG) (Intergovernmental Conference)

Esta expressão designa um processo de negociação entre os governos dos Estados-membros cujos resultados permitem alterar os Tratados. Reveste-se de uma importância crucial para a integração europeia, já que as transformações da estrutura institucional e jurídica - ou, simplesmente, do conteúdo dos Tratados - resultaram sempre de conferências intergovernamentais (ex.: Acto Unico Europeu e Tratado da [União Europeia](#)).

Ao longo da história da Comunidade Europeia, realizaram-se seis conferências intergovernamentais, quatro das quais depois de 1985. A CIG de 1996 foi a sexta conferência intergovernamental, no âmbito da qual se realizaram reuniões periódicas, em princípio, uma vez por mês, a nível dos ministros dos Negócios Estrangeiros. Foi lançada em 29 de Março de 1996 e concluída no Conselho Europeu de Amsterdão (16-17 de Junho de 1997), com a adopção do Tratado de Amsterdão. A preparação dos trabalhos esteve a cargo de um grupo composto por um representante de cada Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Estados-



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

membros e pelo membro da Comissão responsável pelo pelouro das questões institucionais. O Secretariado-Geral do Conselho assegurou a organização prática destes trabalhos.

O Parlamento Europeu foi sempre informado, ao longo dos trabalhos da conferência, acerca da evolução das discussões e pôde defender os seus pontos de vista sobre todas as questões debatidas, sempre que considerou oportuno fazê-lo.

Na medida em que o Tratado de Amsterdão não introduziu todas as reformas institucionais necessárias para garantir a eficácia dos trabalhos das instituições após o alargamento, o Conselho Europeu previu, aquando da cimeira de Colónia de Junho de 1999, a convocação de uma sétima CIG no ano 2000.

É de referir que as negociações com vista à adesão dos novos Estados-membros à União Europeia se realizam sob a forma de conferências intergovernamentais bilaterais entre a União Europeia e cada país candidato. As conferências intergovernamentais sobre a adesão da Estónia, Hungria, Polónia, República Checa, Eslovénia e Chipre foram formalmente abertas em 30 de Março de 1998. A primeira reunião ministerial de negociação com estes seis países candidatos teve lugar em 10 de Novembro de 1998.

Conselho da União Europeia

(European Union Council)

O Conselho da União (Conselho de Ministros ou Conselho) é a principal instituição decisória da [União Europeia](#). O Conselho reúne os ministros dos quinze Estados-membros responsáveis pelas matérias inscritas na ordem de trabalhos: negócios estrangeiros, agricultura, indústria, transportes, etc. No entanto, é de sublinhar que o facto de existirem diferentes formações ministeriais em função das questões abordadas não põe em causa o princípio da unicidade de representação desta instituição.

Cada país da União Europeia exerce, rotativamente, a presidência durante seis meses. As suas decisões são preparadas pelo Comité dos Representantes Permanentes dos Estados-membros (Coreper), assistido por grupos de trabalho compostos por funcionários das administrações nacionais. O Conselho é assistido por um Secretariado Geral. No âmbito do primeiro pilar, as decisões do Conselho são adoptadas com base em propostas da Comissão.

Após a entrada em vigor do Tratado de Amsterdão, o Secretário Geral passou a ser o Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum, com a assistência dum Secretário Geral Adjunto, nomeado pelo Conselho por unanimidade e encarregado da gestão do Secretariado Geral do Conselho.

Além disso, a votação por maioria qualificada no Conselho passa a ser aplicada à maior parte das novas disposições (medidas de incentivo em matéria social e de emprego, saúde pública, medidas de luta contra a fraude) e à adopção do programa-quadro em matéria de investigação. Há quem pense que a extensão da votação por maioria qualificada deveria ser mais consequente a fim de evitar qualquer risco de bloqueio, que existe sempre que se recorre à tomada de decisões por unanimidade. Na perspectiva do alargamento da União Europeia, a Bélgica, a França e a Itália consideraram que a extensão da maioria qualificada era uma questão crucial e decidiram incluir em anexo à Acta Final da Conferência Intergovernamental uma declaração a esse propósito. O debate sobre esta questão será relançado durante uma nova conferência intergovernamental que será convocada um ano, pelo menos, antes de a União Europeia passar a ter mais de vinte países membros, a fim de rever inteiramente a



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

composição e o funcionamento das instituições.

Conselho de Segurança

(Security Council)

É o órgão das [Nações Unidas](#) responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais. por isso, pode reunir a qualquer momento, sempre que há ameaça da paz.

É constituído por 15 membros, 5 dos quais permanentes – China, EUA França, Federação Russa e Reino Unido. Os restantes membros são eleitos pela [Assembleia Geral](#) de 2 em 2 anos.

As decisões requerem 9 votos a favor (nenhum dos membros permanentes se pode opor ou vetar).

Pode adoptar medidas de força como sanções ou embargos. Os Estados-membros são obrigados a cumprir as decisões do Conselho de Segurança, que podem ir ao ponto de pôr em movimento forças armadas para a manutenção da paz.

Faz recomendações à Assembleia Geral sobre a escolha de um novo Secretário Geral ou sobre a adesão de um novo membro.

Para mais informações, ver <http://www.onuportugal.pt> e <http://www.un.org>

Conselho de Tutela

(Trusteeship Council)

Órgão estabelecido pelas [Nações Unidas](#) para, conjuntamente com a [Assembleia Geral](#) e o [Conselho de Segurança](#), sob autoridade dos quais se encontra, exercer o controlo internacional da administração dos territórios sob tutela.

O número de membros varia – há três categorias: membros permanentes do Conselho de Segurança, membros eleitos por 3 anos e Estados que administram os territórios sob tutela.

O Conselho de Tutela suspendeu as suas actividades em Novembro de 1994, com a independência (em Outubro de 1994) de Palau, o último território sob tutela. Por isso, decidiu abandonar a obrigação de reunir anualmente e acordou voltar a reunir apenas quando se considerar necessário.

Para mais informações, ver <http://www.onuportugal.pt> e <http://www.un.org>

Conselho Económico e Social (ECOSOC)

**(Economic and Social Council
(ECOSOC))**

Órgão das [Nações Unidas](#) encarregue de exercer, sob autoridade da [Assembleia Geral](#), as funções da Organização em matéria de cooperação económica e social internacional – coordena o trabalho de todo o sistema das Nações Unidas nesta área. Desde 1998, também passou a incluir temas humanitários.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Constituído por 54 membros, eleitos pela Assembleia Geral, de 3 em 3 anos. Os 5 membros permanentes têm sempre feito parte deste órgão. Para os restantes aplica-se o princípio da repartição geográfica.

Reúne mensalmente e produz relatórios e recomendações.

Tem órgãos subsidiários como, por exemplo, a Comissão dos Direitos Humanos.

Tem cinco Comissões regionais, que visam promover o desenvolvimento económico e fortalecer as relações económicas de cada uma dessas regiões.

Para mais informações, ver <http://www.onuportugal.pt> e <http://www.un.org>

Conselho Europeu

(European Council)

Esta expressão designa as reuniões periódicas dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados-membros da [União Europeia](#). O Conselho Europeu foi instituído pelo comunicado final da Cimeira de Paris, de Dezembro de 1974, tendo-se reunido, pela primeira vez, em 1975 (10 e 11 de Março de 1975, em Dublin). A realização de Conselhos Europeus sucedeu à prática das conferências cimeiras europeias, que caracterizou o período de 1961 a 1974. O Acto Único Europeu consagrou juridicamente a sua existência e o Tratado da União Europeia conferiu-lhe estatuto oficial. O Conselho Europeu reúne-se, pelo menos, duas vezes por ano e conta com o Presidente da Comissão como membro de pleno direito. O seu objectivo consiste em impulsionar, sempre que necessário, o desenvolvimento da União Europeia e definir as orientações políticas gerais.

Consolidação/construção da paz

(Peace building)

Actividades que se desenvolvem na sequência do conflito e que se centram nas causas que lhe estão subjacentes. Pressupõem a colaboração entre os diversos actores da cooperação e dos intervenientes no conflito em prol da [boa governação](#), [Estado de direito](#), [democratização](#) e respeito pelos [Direitos Humanos](#). Ex.: remoção de minas, reconstrução de serviços administrativos, sanitários, educativos, inserção profissional dos ex-combatentes, etc., afectados pelo conflito.

Significa medidas de identificação e de apoio e estruturas que solidificarão a paz e criarão confiança e interacção entre os antigos inimigos, no sentido de evitar o reacender do conflito. Muitas vezes envolve a organização de eleições, supervisionadas ou conduzidas pelas [Nações Unidas](#), a reabilitação das infra-estruturas físicas e as instituições como escolas e hospitais, e a reconstrução económica.

Consolidação da democracia

(Democracy building)

Diz respeito a intervenções que:

- ? promovam a ajuda ao processo eleitoral e sua supervisão;
- ? levem ao reforço dos sistemas judiciários;



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

- ? fomentem a boa gestão dos assuntos públicos (corresponde às actividades que favorecem a responsabilização, a eficiência e a eficácia do sector público), bem como uma administração eficaz do aparelho administrativo.
- ? promovam os [Direitos Humanos](#).

Consórcio

(Joint venture)

Colaboração entre duas ou mais empresas, frequentemente uma de um país desenvolvido e outra de um país em desenvolvimento, com o objectivo de estabelecer uma empresa conjunta.

Acordo de parceria entre duas ou mais ONGD dos países da UE mutuamente responsáveis pela execução de uma intervenção de desenvolvimento.

Constatações / Achados

(Finding)

Afirmações factuais sobre uma ou várias avaliações que permitem verificar factos.

Consultores

(Consultants)

Pessoas qualificadas que dão pareceres e tratam assuntos da sua especialidade.

Termo relacionado: [peritos externos](#).

Consultoria

Fornecimento de serviços especializados de aconselhamento.

Contrato

(Contract)

Acordo escrito entre duas ou mais entidades, que é válido por lei. É um acordo mútuo sobre as expectativas e responsabilidades de ambas as partes.

Contribuições voluntárias

(Voluntary contributions)

Fundos públicos colocados à disposição de organismos multilaterais. Uma contribuição pode ser aqui contabilizada se a instituição beneficiária consagrar toda ou parte das suas actividades ao desenvolvimento e aos países beneficiários da ajuda.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Controle financeiro

(Financial control)

Função de gestão que consiste em verificar se todos os documentos estão correctos, se as despesas foram autorizadas e estão de acordo com as disposições legais e/ou contratuais.

Análise dos custos e despesas efectuadas com uma intervenção e sua comparação com os respectivos orçamentos.

Convenção de Lomé

(Lomé convention)

Acordo amplo e colectivo de cooperação entre os países da União Europeia e da África, Caraíbas e Pacífico. Define a política de cooperação para o desenvolvimento entre estes dois grupos de países.

A primeira Convenção foi assinada em 1975, substituindo a Convenção de Yaundé. A última foi assinada em 1995 (Lomé IV revista). Em 2000 foi substituída pelo Acordo de Cotonou.

Termos relacionados: [Acordo de Cotonou](#), [ajuda programada](#), [Estados ACP](#), [Fundo Europeu de Desenvolvimento](#).

Par mais informação, ver <http://www.europa.eu.int/comm/>

Cooperação bilateral

(Bilateral co-operation)

Cooperação em que os governos doadores canalizam os seus fundos de Ajuda directamente para os receptores, sejam estes governos ou outras organizações.

Termo relacionado: [ajuda bilateral](#).

Cooperação descentralizada

(Decentralised co-operation)

Num sentido restrito, significa a cooperação realizada pelas administrações sub-estatais (municípios, regiões, etc.). Num sentido amplo, trata-se de uma nova abordagem da cooperação caracterizada pela descentralização das iniciativas e da relação com os países em desenvolvimento, pela inclusão de uma grande variedade de novos actores da sociedade civil e por uma verdadeira participação dos actores dos países beneficiários no seu próprio desenvolvimento.

Nota: no caso português é frequente falar-se num “modelo de cooperação descentralizada”, na medida em que há inúmeros organismos da Administração central (Ministérios, Secretarias de Estado, etc.) que desenvolvem actividades de cooperação, competindo ao IPAD a sua coordenação.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Cooperação financeira

(Financial co-operation)

Transferências concedidas para financiar actividades orientadas para o desenvolvimento do país receptor, canalizadas sob a forma de recursos financeiros, ou seja, créditos ou donativos tais como mercadorias e serviços.

Podem distinguir-se 3 tipos: subvenções e créditos, através de projectos e programas (por exemplo, investimentos em equipamentos físicos); ajuda em bens necessários ao desenvolvimento do país receptor e que este não pode importar; financiamento de reformas estruturais (como os apoios ao ajustamento estrutural e a anulação/reescalamento da dívida).

Cooperação intermunicipal

Estabelecimento de relações de cooperação entre duas ou mais comunidades e onde os principais actores são os municípios ou seus equivalentes, de acordo com a organização administrativa dos diferentes países. Nestas relações entre parceiros podem envolver-se outros actores tais como ONG, outras organizações da sociedade civil, associações empresariais/industriais, escolas, etc.

É, normalmente, de longo prazo, assente em protocolos/acordos de gemação e/ou de amizade, colaboração/cooperação, com o objectivo de promover o conhecimento mútuo e o desenvolvimento sustentável. Pode conduzir à criação de redes.

Integra a [cooperação descentralizada](#).

Cooperação institucional

(Institutional co-operation)

Cooperação de longo prazo, regular e com acordo (gemação, protocolo, etc.) assinado, entre duas instituições similares. É um instrumento para o desenvolvimento institucional, consubstanciado no reforço da capacidade institucional.

Cooperação multilateral

(Multilateral co-operation)

Cooperação em que os governos enviam os fundos de Ajuda para organizações multilaterais para que estas os utilizem no financiamento das suas próprias actividades.

Termo relacionado: [ajuda multilateral](#).

Cooperação para o desenvolvimento

(Development cooperation)

Determinar o conteúdo da cooperação para o desenvolvimento remete antes de mais para aquilo que são as prioridades do desenvolvimento. Por isso, não há uma definição única, completa e sempre válida deste conceito. Este conceito evoluiu ao longo do tempo, em termos



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

de conteúdo, de acordo com o pensamento e os valores dominantes sobre o desenvolvimento e o sentido da co-responsabilidade dos países ricos relativamente à situação dos países pobres.

É um conceito mais amplo que o de [Ajuda Pública para o Desenvolvimento](#) (APD). Na conjuntura actual há um consenso sobre a necessidade de repensar os esquemas da cooperação para o desenvolvimento, em consequência das mudanças internacionais (quer no quadro do pensamento sobre o desenvolvimento, quer do fenómeno da globalização) e do cansaço da ajuda.

Cooperação técnica

(Technical co-operation)

Actividades financiadas por um doador com o objectivo essencial de aumentar o nível de conhecimento, qualificações, competências técnicas ou capacidades produtivas da população do país em desenvolvimento, isto é, aumentar o *stock* de capital intelectual desse país, ou a sua capacidade em utilizar de forma mais eficaz os factores doados. O pessoal de cooperação técnica inclui peritos, cooperantes, professores e voluntários.

Termo relacionado: [assistência técnica](#).

Cooperante

Técnico de um país doador que exerce funções no país receptor, no âmbito de uma intervenção de desenvolvimento.

Pessoa, geralmente com conhecimentos técnicos específicos, que colabora no desenvolvimento económico, social e cultural de um país receptor de ajuda, participando numa intervenção de desenvolvimento.

Cooperar

(Co-operate)

Trabalhar ou agir conjuntamente para determinado fim específico.

Coordenação

(Co-ordination)

Actividades de dois ou mais parceiros do desenvolvimento que procuram mobilizar os recursos de ajuda ou harmonizar as suas políticas, programas, procedimentos e práticas no sentido de maximizar a eficácia dos recursos da ajuda na promoção do desenvolvimento. A coordenação pode, assim, ocorrer a diferentes níveis (internacional, regional, nacional, sub-nacional e sectorial) em diferentes contextos (políticas/princípios/prioridades, procedimentos, práticas) e variar na intensidade (consulta, cooperação, colaboração).

Em conjunto com a [complementaridade](#) e a [coerência](#) faz parte dos 3C, elemento essencial da política da EU em matéria de cooperação para o desenvolvimento, consignado no Artigo 130u



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

do Tratado de Maastricht. Os 3C visam melhorar a eficácia da ajuda da Comissão, racionalizar a afectação de recursos, evitar as duplicações ou as contradições entre actividades, diminuir os custos de transacção e os custos para as administrações dos países receptores.

Corporações transnacionais (Transnational corporations)

Companhias que operam em mais do que um país mas que mantém a sede e o controlo num determinado país.

Credibilidade (Credibility)

Característica de uma informação que leva as pessoas a acreditarem nela.

Crédito (Credit)

Confiança ou solvabilidade de uma pessoa ou organização.

Empréstimo concedido.

Operação através da qual uma instituição financiadora põe uma determinada soma à disposição de uma pessoa ou organização, mediante o compromisso desta lhe pagar os juros e lhe restituir, na data fixada, uma soma equivalente à que lhe foi fornecida.

Créditos à exportação (Export credits)

Empréstimos que têm como objectivo o comércio e que não representam um instrumento negociável. Podem estender-se ao sector público ou privado. Se se destinarem ao sector privado, devem ser apoiados por garantias públicas.

Créditos de ajuda ligada (Tied aid credits)

Empréstimos públicos ou apoiados publicamente, créditos ou pacotes de financiamentos associados em que a aquisição de bens e serviços a que se destinam só pode ser feita no país doador ou num grupo de países no qual não se incluem a maior parte dos países receptores.

Termo relacionado: [ajuda ligada](#).

Créditos mistos (Mixed credits)



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Forma de ajuda ligada às exportações do país doador para exportação de bens para os países em desenvolvimento.

Crescimento económico

(Economic growth)

Mudança quantitativa ou expansão da economia de um país. Convencionalmente é medido como a percentagem de aumento do PNB ou do PIB durante um ano.

Conceito semelhante ao de desenvolvimento económico mas algo mais preciso e menos amplo no seu significado. Crescimento remete para o aumento quantitativo através do qual se mede o comportamento da economia: rendimento nacional, produto nacional bruto, etc. Também são indicadores de crescimento económico outras variáveis mais específicas que servem para mostrar a presença de um processo de crescimento (emprego, investimento, produção, etc.).

O crescimento é, portanto, um componente essencial do desenvolvimento económico, mas não cobre totalmente o significado deste último conceito pois desenvolvimento implica também um crescimento harmonioso dos diversos sectores produtivos, a criação de infra-estruturas físicas e jurídicas, a existência de mão-de-obra adequadamente capacitada e outros factores diversos, muitos dos quais não se podem medir com mínimo de rigor.

Crescimento económico a favor dos pobres

(Pro-poor economic growth)

Estratégia centrada no crescimento económico combinado com uma política activa de redistribuição do rendimento.

Crescimento económico orientado para os grupos mais desfavorecidos da sociedade, tendo como principal objectivo o alívio da [pobreza](#) e o aumento do nível de vida dos pobres.

Criação/reforço de capacidades

(Capacity building)

Desenvolvimento de capacidades que envolve o desenvolvimento dos recursos humanos e de organizações e a emergência de uma política abrangente que conduza ao desenvolvimento sustentável.

Processo através do qual os indivíduos, grupos, organizações, instituições e sociedades aumentam as suas capacidades para compreender e lidar com as suas necessidades de desenvolvimento, num contexto amplo e de forma sustentável.

Termo relacionado: [desenvolvimento de capacidades](#).

Critério

(Criteria, criterion)

Conjunto de características sobre as quais assenta uma avaliação.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Curto prazo (Short term)

Período inferior a um ano.

Custo directo (Direct cost)

Custo que contabiliza as despesas de uma intervenção de desenvolvimento.

Custo indirecto (Indirect cost)

Custo que não foi considerado nas despesas de uma intervenção de desenvolvimento e que não entra para o cálculo da taxa de rentabilidade interna.

Custo local (Local cost)

Custo de uma contribuição em moeda local.

Custo-eficácia (Cost effectiveness)

Análise económica que incide na relação entre os custos de obter uma unidade de serviço, uma unidade de produto ou uma unidade de resultado de uma intervenção, comparando-os com os de outra(s) intervenção(ões). Ou seja, este tipo de análise permite comparar formas alternativas de alcançar um objectivo. Permite seleccionar a alternativa cujas actividades realizam o objectivo ao menor custo.

Custos recorrentes (Recurring costs)

Custos incorporados ao funcionamento de uma intervenção de desenvolvimento.

Dados da situação prévia (Baseline data)

Dados que descrevem a situação prévia a uma intervenção de desenvolvimento e que servem como ponto de partida para medir o desempenho da intervenção.

Um estudo de situação prévia deve ser uma análise que descreve a situação antes de receber Ajuda, servindo depois para determinar o resultado e o cumprimento de uma intervenção de desenvolvimento e é uma importante referência para a avaliação.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Declaração de Petersberg (Missões de Petersberg)

A Declaração de Petersberg, de 19 de Junho de 1992, constitui um elemento primordial da vontade de desenvolver a União da Europa Ocidental (UEO) enquanto componente de defesa da União Europeia e enquanto meio para fortalecer o pilar europeu da Aliança Atlântica (NATO). As três partes desta declaração definem as linhas directrizes para o desenvolvimento futuro da UEO.

Nesta declaração, os Estados-membros da UEO manifestam-se prontos a colocar à disposição da UEO unidades militares provenientes de qualquer dos ramos das suas forças convencionais, com vista à realização de missões militares sob a autoridade da UEO. Foram definidos os diferentes tipos de missões militares que podem ser realizadas pela UEO: para além de contribuírem para a defesa comum no âmbito da aplicação do artigo 5º do Tratado de Washington e do artigo V do Tratado de Bruxelas alterado, as unidades militares dos Estados-membros da UEO poderão ser utilizadas para:

- ? missões de carácter humanitário ou de evacuação de cidadãos;
- ? missões de manutenção da paz;
- ? missões executadas por forças de combate para a gestão de crises, incluindo operações de restabelecimento da paz.

Estas Missões "de Petersberg" foram inseridas pelo Tratado de Amsterdão no novo artigo 17º do Tratado da União Europeia.

A declaração de Petersberg indica igualmente que a UEO está disposta a apoiar, caso a caso e em conformidade com os seus procedimentos específicos, a aplicação eficaz de medidas de prevenção de conflitos e de gestão de crises, nomeadamente as actividades de manutenção da paz da CSCE (que entretanto se transformou em OSCE) ou do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Paralelamente, a declaração pronuncia-se a favor de uma sólida parceria transatlântica e salienta a importância da aplicação da declaração relativa à UEO (n.º 30) em anexo ao Tratado de Maastricht. Na terceira parte da declaração, que é consagrada ao alargamento da UEO, os países membros definem os direitos e as obrigações dos Estados europeus que fazem parte da União Europeia e da Aliança Atlântica como futuros membros, observadores ou membros associados.

Democracia

(Democracy)

Regime político assente na supremacia do poder executivo.

Sistema político em que os cidadãos escolhem os seus dirigentes por votação directa, em actos eleitorais.

Democratização

(Democratization)



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Estabelecimento progressivo de princípios de igualdade entre todos os cidadãos e da valorização do contributo individual.

Estabelecimento progressivo de um sistema político em que os cidadãos escolhem os seus dirigentes por votação directa, em actos eleitorais.

Descabimentação

Retirada a cobertura financeira a determinada verba.

Termo relacionado: [descatificação](#).

Descatificação

Ver: [descabimentação](#).

Desembolsos

(Disbursement)

Transferência de fundos ou aquisição de bens e serviços para um receptor.

Quitação de um empréstimo para um receptor.

Desembolsos líquidos

(Net disbursements)

Transferência líquida de fundos ou aquisição de bens e serviços para um receptor.

Desempenho / Performance

(Performance)

Medida segundo a qual uma intervenção de desenvolvimento, ou um parceiro, age segundo os critérios, as normas e as orientações específicas ou obtém os resultados de acordo com os objectivos previamente estabelecidos.

Desenvolvimento

(Development)

Termo que ganha importância depois da II Guerra Mundial e cujo significado tem vindo a evoluir desde então. O conceito de desenvolvimento tem, pois, um conteúdo histórico. Cada sociedade e cada época tem a sua própria formulação, que responde às convicções, expectativas e possibilidades que predominam no momento.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Actualmente é um conceito amplo, um processo multidimensional, centrado na erradicação da pobreza e no desenvolvimento social, tendo como elemento central as pessoas enquanto destinatárias principais dos benefícios desse processo.

Desenvolvimento de capacidades

(Capacity development)

Processo através do qual os indivíduos, grupos, organizações, instituições e sociedades desenvolvem as suas capacidades individual e colectivamente para desempenhar funções, resolver problemas e estabelecer e alcançar objectivos.

O desenvolvimento de capacidades pode ser visto como um processo de melhoria da capacidade de as organizações e os sistemas desempenharem as suas tarefas de forma eficaz, eficiente e sustentável. Isto envolve o fortalecimento das capacidades dos indivíduos, das organizações e das ligações entre eles.

Desenvolvimento e [criação/reforço de capacidades](#) são frequentemente utilizadas como sinónimos.

Desenvolvimento dirigido pelas comunidades

(Community-driven development)

Processo de desenvolvimento em que o controlo das decisões e dos recursos está nas mãos de grupos comunitários. Frequentemente, estes grupos trabalham em parceria com doadores/financiadores, poderes locais, sector privado, ONGD e agências governamentais.

É uma forma de fornecer serviços e infra-estruturas sociais, organizar a actividade económica e a gestão de recursos, capacitar os pobres, melhorar a governação e aumentar a segurança dos pobres.

Desenvolvimento económico

(Economic development)

Mudança qualitativa e reestruturação na economia de um país em conexão com o progresso tecnológico e social. O principal indicador é o PNB per capita. Está intimamente ligado ao crescimento económico.

Desenvolvimento humano

(Human development)

Processo de expansão das escolhas dos indivíduos e do seu nível de bem-estar. Essas escolhas não são nem finitas nem estáticas. Mas, atendendo ao nível de desenvolvimento, há 3 condições essenciais: a possibilidade de viver uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários para ter um nível de vida condigno. Contudo, o desenvolvimento humano não termina aqui. As pessoas também valorizam a liberdade política, económica e social, as oportunidades para serem criativas e produtivas, a auto-estima e a defesa dos direitos humanos. O rendimento é um meio, o desenvolvimento humano um fim.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Termo relacionado: [desenvolvimento humano sustentável](#).

Desenvolvimento humano sustentável

(Sustainable human development)

Desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais para a eliminação da pobreza, criação de condições de vida e de emprego, progressos em matéria de equidade de género e de protecção ambiental.

Termo relacionado: [desenvolvimento humano](#).

Desenvolvimento institucional

(Institutional development)

Capacidade de um país ou região utilizar os seus próprios recursos (humanos, financeiros e naturais) de forma eficiente, equitativa e durável.

Processo que visa fortalecer a capacidade das sociedades. Diz respeito não apenas às organizações mas também à estrutura política, social, económica legal e cultural que determina o funcionamento das organizações. Não diz respeito apenas ao Estado mas também ao sector privado e à sociedade civil.

Desenvolvimento participativo

(Participatory development)

Processo em os indivíduos têm um papel activo e determinante na tomada de decisões e na concretização de intervenções que influenciam a sua vida.

Desenvolvimento sustentável

(Sustainable development)

Existem actualmente duas interpretações de desenvolvimento sustentável: um conceito mais amplo que diz respeito ao desenvolvimento económico, ecológico e social sustentável e um conceito mais estrito que diz respeito sobretudo ao desenvolvimento ecologicamente sustentável.

A primeira interpretação foi subscrita pela Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento (WCED, 1987) que define o conceito como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”. Requer que as estratégias de desenvolvimento sejam não só ecologicamente sustentáveis no longo prazo, mas também compatíveis com os valores e instituições sociais, incentivando a participação no processo de desenvolvimento da base para o topo (“grassroots”).



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Em termos gerais, o seu principal objectivo é reduzir a pobreza absoluta das pessoas pobres do mundo através da garantia de meios de vida duradouros e seguros que minimizem o esgotamento de recursos, a degradação ambiental, ruptura cultural e instabilidade social.

Em contraste, um conceito de desenvolvimento económico ecologicamente sustentável definido mais estritamente é: desenvolvimento económico sustentável requer a maximização dos benefícios líquidos do desenvolvimento económico, sujeito à manutenção dos serviços e qualidade dos recursos naturais ao longo do tempo.

O conceito de desenvolvimento sustentável designa um crescimento económico susceptível de satisfazer as necessidades das nossas sociedades em termos de bem-estar, a curto, médio e, sobretudo, longo prazo. Pressupõe que o desenvolvimento deve satisfazer as necessidades do presente sem comprometer as perspectivas das gerações futuras. Em termos concretos, esta forma de desenvolvimento implica criar as condições propícias para um desenvolvimento económico a longo prazo, em moldes que assegurem a protecção do ambiente. Na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social de Copenhaga (Março de 1995), foi salientada a necessidade de lutar contra a exclusão social e de proteger a saúde dos cidadãos.

O Tratado de Amsterdão inscreveu expressamente o desenvolvimento sustentável no Preâmbulo do Tratado da União Europeia.

Deslocados

(Displaced)

Pessoas que são forçadas a abandonar o seu local habitual de residência, por razões de segurança (de origem natural ou provocada pelo homem).

Desmilitarização

(Demilitarization)

Orientação da economia de um país para a produção em sectores fora da área militar.

Sociedade que não aposta num serviço militar obrigatório.

Detentores de interesse

(Stakeholders)

Agências, organizações, grupos ou indivíduos que têm um interesse directo ou indirecto numa intervenção de desenvolvimento, ou na sua avaliação.

Diagnóstico rural rápido

(Rapid rural appraisal)

Abordagem que inclui diversos métodos e técnicas para a recolha rápida de informação resultante dos conhecimentos que as comunidades têm sobre as suas próprias condições de vida, com o objectivo de os agentes externos a utilizarem para definir projectos de desenvolvimento.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Diagramas de árvores

(Tree diagrams)

Instrumentos visuais de objectivos múltiplos utilizados para limitar e hierarquizar os problemas, objectivos ou decisões. A informação é organizada num diagrama em forma de árvore que inclui a identificação do aspecto central, factores e resultados desses factores. (Por exemplo, há árvores de problemas e árvores de objectivos.)

São instrumentos que tornam explícitas as relações hierárquicas de causa-efeito clarificando a lógica global de uma intervenção de desenvolvimento.

São instrumentos muito utilizados no ciclo do projecto, sobretudo na identificação dos projecto, podendo também ser utilizadas na avaliação.

Termo relacionado: [ciclo do projecto](#).

Diplomacia preventiva

(Preventive diplomacy)

Ações para evitar que disputas que emergem entre partes culminem em conflito e/ou para limitar o alcance deste se ele ocorrer.

Directrizes / normas

(Guidelines)

Sugestões processuais que procuram ajudar os actores da cooperação e/ou os avaliadores a realizarem as intervenções e/ou avaliações de acordo com os padrões estabelecidos, no sentido de evitar erros/falhas na sua execução.

Direitos Humanos

(Human rights)

Conceito que tem evoluído desde o Séc. XVIII, podendo identificar-se três gerações de direitos humanos: a primeira tem a ver com a ideia de dignidade como algo inerente à pessoa humana; a segunda, ligada à Revolução Francesa, diz respeito aos direitos civis e políticos (liberdade de religião, de expressão, direito de voto, direito de não sofrer maus tratos, etc.), ou seja direito face ao Estado; a terceira geração surge nos anos 70, com um novo conjunto de direitos: direito ao desenvolvimento, direito à paz, direito ao ambiente, direito a beneficiar do património comum da humanidade, direito à ajuda humanitária.

A universalização dos DH ocorre após a II Guerra Mundial e, actualmente colocam-se-lhe alguns desafios: o estabelecimento de um conceito amplo e omnipresente dos DH; o fracasso de um verdadeiro conceito universal dos DH; a influência da globalização nos DH e; a melhoria dos mecanismos de protecção dos DH quer na esfera nacional, quer na internacional.

O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias consagrou, na sua jurisprudência, os princípios estabelecidos na Convenção Europeia de Protecção dos Direitos Humanos do Conselho da Europa. O respeito pelos Direitos Humanos foi confirmado no Preâmbulo do Acto



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Único de 1986, sendo depois inscrito no artigo 6º (antigo artigo F) do Tratado da União Europeia, o qual se baseia na Convenção Europeia de Protecção dos Direitos Humanos do Conselho da Europa e nas tradições constitucionais dos Estados-membros.

Com a entrada em vigor do Tratado de Amsterdão, a garantia do respeito pelos direitos fundamentais foi reforçada. O novo Tratado prevê, nomeadamente, que o Tribunal de Justiça é competente para assegurar o respeito pelos direitos fundamentais, tal como estão consagrados no artigo 6º, nas actividades das instituições europeias. Paralelamente, as medidas a adoptar em caso de violação por um Estado-membro dos princípios em que assenta a União passam a estar definidas com a inserção numa cláusula de suspensão.

Direitos Sexuais e Reprodutivos

Resultam do *cruzamento* realizado entre os Direitos Humanos e as Necessidades e Direitos das pessoas em matéria de saúde sexual e saúde reprodutiva.

Têm como objectivo fundamental a promoção e protecção dos direitos e liberdades sexuais e reprodutivas em todos os sistemas políticos, económicos e culturais.

Estão enunciados na “Carta dos Direitos Sexuais e Reprodutivos” (International Planned Parenthood Federation, 1995) e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/99 (Plano para uma Política Global de Família), além de outros documentos e resoluções ao nível internacional, nomeadamente das Conferências do Cairo e Pequim.

Disseminação

(Dissemination)

Divulgação de informação relevante, por escrito, oral e/ou audiovisual, para aumentar o conhecimento e promover a incorporação das lições aprendidas.

Dívida externa

(External debt)

Dívida contraída junto de credores externos e que geralmente é realizada em moeda estrangeira. Os pagamentos por capital e taxas destas dívidas implicam uma saída de divisas.

Normalmente, contraem-se dívidas externas quando se financiam importações, quando os governos assumem compromissos com bancos, organismos internacionais ou outros governos e quando as empresas – públicas ou privadas – solicitam empréstimos para fazer investimentos ou para outras necessidades. Neste último caso é frequente que as empresas contem com um aval governamental que garanta a devolução das prestações aos credores.

Muitos países em desenvolvimento, necessitados de capital, contraíram grandes dívidas externas na década de 70. Quando, no início dos anos 80, as taxas de juro aumentaram bruscamente no mercado mundial, gerou-se uma crise de pagamentos em muitos deles – a chamada “crise da dívida”. Os grandes compromissos contraídos obrigaram a medidas de saneamento fiscal, dado que grande parte da dívida tinha sido contraída pelos governos e empresas públicas, aplicando-se os fundos a projectos de escassa rentabilidade.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Desde meados dos anos 80 começaram a aplicar-se diversos mecanismos para reestruturar a dívida e encontrar formas de garantir o seu pagamento.

Termos relacionados: [reestruturação da dívida](#); [programa de ajustamento estrutural](#).

Doação global (Global donation)

Intervenção específica no quadro da [União Europeia](#) que abrange vários micro-projectos.

Doador (Donor)

Indivíduo, entidade ou organização que concede ajuda.

Documento de Orientação Estratégica

Documento denominado «A cooperação portuguesa no limiar do século XXI», aprovado pela Resolução da Presidência de Conselho de Ministros, n.º 43/1999 de 18 de Maio. Estabelece as referências de orientação estratégica para a cooperação portuguesa no limiar do Século XXI, designadamente em quatro domínios fundamentais: clarificação estratégica; controle político da cooperação; dispositivo da cooperação e financiamento.

Documento do projecto (Project document)

Documento que explica em detalhe o contexto, os objectivos, os resultados esperados, os recursos, o calendário, os riscos e o orçamento para um determinado projecto.

Documento estratégico de redução da pobreza (Poverty reduction strategy paper (PRSP))

Documento que fornece a base para a ajuda do [Banco Mundial](#) e do [FMI](#), assim como para o alívio da dívida através da iniciativa [Países Pobres Fortemente Endividados](#). Este documento, trienal, deve ser desenvolvido pelo país receptor, ter um alcance amplo e orientado para a parceria e para a participação.

Instrumento que orienta os programas de ajuda e que se centra na luta contra a pobreza. É normalmente elaborado pelos respectivo país.

Substitui o [documento-quadro das políticas](#).

Para mais informações , ver <http://www.worldbank.org/poverty/strategies/>



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Documento-quadro das políticas

(Policy framework paper (PFP))

Documento que identifica o estado da economia e estabelece as condições e o programa de acção a ser implementado pelo governo, no quadro do acordo de ajustamento estrutural estabelecido com o [FMI](#). Actualmente foi substituído pelo [Documento Estratégico de Redução da Pobreza](#).

Donativo / Doação

(Grant)

Transferência feita em dinheiro, bens ou serviços que não comporta qualquer contrapartida para o beneficiário, dado que são 100% concessionais.

Donativos às ONGD

Fundos públicos ou privados postos à disposição das [ONGD](#), as quais poderão utilizá-los de acordo com os seus critérios.

Donativos canalizados através de ONGD

Fundos públicos postos à disposição das [ONGD](#) a fim de serem utilizados a favor do sector público, com fins estabelecidos pelo sector público ou conhecidos e aprovados por ele. São, normalmente, apoios a programas/projectos do sector público que incluem a participação de ONGD pelo que a parte da Ajuda é também canalizada através das mesmas.

ECHO

(ECHO)

O Serviço de Ajuda Humanitária - ECHO - foi criado em 1992, no quadro da [União Europeia](#), com o objectivo de melhorar a ajuda imediata às pessoas em dificuldade. Concentrando os esforços nos países em desenvolvimento, o Serviço ECHO prestou ajuda desde a sua criação a mais de 85 países.

Trata-se, sobretudo, de ajuda de emergência e igualmente de actividades complementares destinadas a reduzir o sofrimento humano. A UE, sendo a maior entidade financiadora, fornece 55% da ajuda humanitária internacional, 30% da qual através do Serviço ECHO e 25% é fornecida directamente pelos Estados-membros. Caracterizada pelo curto prazo, a ajuda é concedida a fim de salvar e preservar vidas nas três situações seguintes:

- ? catástrofes naturais;
- ? conflitos violentos;
- ? crises estruturais ou de outro tipo.

O Serviço ECHO trabalha com uma rede superior a 200 parceiros. Trata-se essencialmente de organizações que assinaram um contrato-quadro de parceria com a [Comissão Europeia](#), como as



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

agências especializadas das Nações Unidas, a Cruz Vermelha, outras organizações internacionais, assim como numerosas organizações não governamentais (ONG).

A fim de garantir o bom funcionamento deste serviço, foi desenvolvida uma cultura de avaliação; todas as operações são examinadas pelos parceiros e o Serviço ECHO procede anualmente a uma avaliação independente.

Para mais informações, ver http://europa.eu.int/comm/echo/en/index_en.html.

Economia

(Economy)

Ausência de desperdício de um dado recurso.

Nota: uma actividade é económica se o custo de utilização dos recursos escassos se aproxima do mínimo necessário para atingir os objectivos previstos.

Educação global

(Global education)

Termo com significado idêntico ao de educação para o desenvolvimento, mas que incide sobre temáticas mais globais (ex., problemas ambientais).

Termo relacionado: [educação para o desenvolvimento](#).

Educação inter-pares

(Peer-Education)

Programas e/ou actividades pedagógicas e informativas baseados na aprendizagem formativa entre pessoas do mesmo escalão etário, situação social ou perante a doença.

Estes programas são facilitadores da aprendizagem e da aquisição de comportamentos saudáveis e responsáveis através da identificação de léxicos comuns e da troca de experiências dos participantes.

Implicam a formação prévia dos intervenientes, acompanhada de supervisão por profissionais, na temática específica de actuação.

Constituem uma estratégia de intervenção em Educação Sexual; Prevenção em VIH/SIDA, Prevenção das Toxicodependências, Prevenção da Violência Doméstica, Promoção da Saúde, Grupos de Auto-ajuda, entre outros.

Valorizam e promovem o trabalho de equipa, relações igualitárias e redes sociais de apoio, bem como parcerias inter-institucionais.

Educação para o desenvolvimento

(Development education)



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Abordagem que considera a educação (formal e informal) como um processo dinâmico, interactivo e participativo, orientado para a formação integral das pessoas, para a sua consciencialização e compreensão das causas locais e globais dos problemas do desenvolvimento e das desigualdades entre países e regiões. Inclui a tomada de consciência da importância da participação dos indivíduos para o processo de mudança. Inclui campanhas de sensibilização da opinião pública para as questões do desenvolvimento do “Sul”.

Educação para todos

(Education for all)

Iniciativa das [Nações Unidas](#) para promover as oportunidades de educação primária universal como uma componente necessária para a redução da pobreza. O esforço centra-se no apoio aos marginalizados, sobretudo raparigas, para assegurar o acesso a uma educação básica de qualidade.

Educação sanitária

(Sanitary education)

Educação que tem como objectivo modificar os comportamentos relativamente à saúde, centrando-se por isso nas escolas e nas mulheres. Inclui actividades variadas que não se centram apenas especificamente na saúde.

Educação sexual

(Sexual education)

Conceito global baseado na definição de Sexualidade da Organização Mundial de Saúde e na carta dos Direitos Sexuais e Reprodutivos da International Planned Parenthood Federation e que corresponde à estruturação de programas e/ou actividades educativas sobre temas de sexualidade dirigidas a crianças e jovens.

Pode ter também como população alvo intermédia os profissionais de saúde, educação, pais e mães e comunidade envolvente, no sentido de os envolver na aplicação dos programas.

Tem como valores básicos promover:

- ? o reconhecimento que a autonomia, a liberdade de escolha, a informação adequada e o acesso a serviços de SSR de qualidade, são essenciais para as atitudes e comportamentos responsáveis no relacionamento sexual e reprodutivo das pessoas;
- ? a recusa de todas as formas de exploração sexual que envolvam manifestações de violência que promovam relações pessoais/sociais de dominação, conflito e discriminatórias com base no género;
- ? o reconhecimento do direito à maternidade/paternidade livre e responsável;
- ? o reconhecimento da igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres, independentemente da sua idade, estado civil, grau de parentesco, escolaridade ou situação económica;
- ? o reconhecimento da importância da comunicação e do envolvimento afectivo e amoroso na vivência da sexualidade;
- ? a promoção da saúde dos indivíduos e dos casais na esfera sexual e reprodutiva.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Efeito (Effect)

Mudança esperada ou não, directa ou indirectamente atribuída a uma intervenção.

Termos relacionados: [resultados](#), [efeito/resultado](#).

Efeito / Resultado (Outcome)

Aquilo que uma intervenção alcançará ou alcançou no curto e no médio prazo.

Termos relacionados: [resultados](#), [produto](#), [impacte](#), [efeito](#).

Eficácia (Effectiveness)

Medida segundo a qual os objectivos da intervenção de desenvolvimento foram atingidos, ou se espera serem alcançados, tendo em consideração a sua importância relativa.

Nota: o termo também é utilizado como sistema de medida global (ou como apreciação) do mérito e do valor de uma actividade; medida segundo a qual uma intervenção atingiu, ou se espera que atinja, os seus principais objectivos pertinentes, de forma eficaz e sustentável, e com impacte positivo em termos de desenvolvimento institucional.

Eficiência (Efficiency)

Medida segundo a qual os recursos (fundos, peritos, tempo, etc.) são convertidos em resultados de forma mais económica.

Elemento donativo (Grant element)

Reflecte as condições financeiras de um compromisso: taxa de juros, maturidade (data em que deve ser feito o pagamento final de um empréstimo; medida da duração temporal de um empréstimo), período de graça (intervalo para o primeiro pagamento). Mede a concessionalidade de um empréstimo.

Em benefício dos pobres (Pro-poor)

Intervenções de desenvolvimento centradas nos pobres e no combate à [pobreza](#).



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Empréstimos APD

(Loans)

São empréstimos APD aqueles que são concedidos a mais de um ano, acordados entre as partes, reembolsáveis em moedas convertíveis ou em espécie, que tenham taxas de juro mais baixas que as do mercado e que contenham um elemento concessional, ou de liberalidade, de pelo menos 25%.

Empréstimos de ajustamento estrutural

(Structural adjustment loans)

Empréstimos de montantes elevados, concedidos pelo [BM](#) ou [FMI](#) aos países em desenvolvimento que têm associadas obrigações orçamentais e/ou financeiras severas ou exigem reformas no sentido de abertura dos países receptores ao investimento privado e aumentar a competitividade destes países na economia global. Normalmente as reformas são orientadas para a liberalização, privatização e redução das despesas públicas.

Equidade

(Equity)

Justiça adaptada às circunstâncias concretas e particulares de cada caso.

Podem distinguir-se dois tipos de equidade:

- (i) equidade horizontal como princípio que diz que todos aqueles que são idênticos estão em circunstâncias semelhantes devendo pagar os mesmos impostos e receber os mesmos benefícios.
- (ii) Equidade vertical como princípio que defende que aqueles que estão em circunstâncias diferentes relativamente a um dado aspecto devem, proporcionalmente, ser tratados de forma diferente, isto é, aqueles que têm maior capacidade económica para pagar devem pagar mais e aqueles com maior necessidade devem receber mais.

Equidade de género

(Gender equity)

Equidade entre mulheres e homens no acesso aos recursos socioeconómicos.

Equipa de avaliação

(Evaluation team)

Grupo de especialistas responsável pela elaboração de um plano detalhado e condução da avaliação. É responsável pela redacção dos relatórios de avaliação.

Termo relacionado: [avaliador](#).

Erradicação da pobreza

(Poverty eradication)



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

A [pobreza](#) além de factor de exclusão, vulnerabilidade e discriminação social, representa também a não utilização ou sub-utilização de potencial económico e de desenvolvimento das populações. Tem efeitos ao nível do acesso à educação, saúde, oportunidades económicas, emprego, acesso aos cuidados e serviços de saúde, entre outras.

O Programa de Acção da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, Cairo 1994, reconhece e dá ênfase à relação entre População e Desenvolvimento, reconhecendo que a pobreza continua a ser um desafio ao desenvolvimento.

No art.º 13 identifica a discriminação social da mulher, o acesso limitado ao serviços sociais e de saúde, incluindo os de saúde reprodutiva e planeamento familiar se encontram entre os factores que contribuem para os elevados níveis de fertilidade, doença e mortalidade, bem como baixa produtividade económica.

Escravizado na pobreza

(Enslaved in poverty)

Situação de ausência de “força anímica” que impede que as pessoas pobres consigam potenciar as suas capacidades no sentido de procurar aumentar o bem-estar e sair da [pobreza](#).

Estabelecimento da paz

(Peace making)

Processo diplomático para encontrar o fim de um conflito, principalmente através de mediação e negociação, tal como é previsto no Capítulo VI da Carta das [Nações Unidas](#).

Intervenções das NU, com o objectivo de pacificar uma situação instável e conseguir que as partes cheguem a um acordo global por meios pacíficos.

Medidas e acções no sentido de as partes beligerantes chegarem a acordo por meios diplomáticos.

Estado

(State)

Instituição na qual se concentra o poder político de uma sociedade, ou seja, o poder de tomar as decisões que afectam o conjunto da população. Como tal, o Estado detém o monopólio da violência legítima, desenvolve um conjunto de funções que o convertem num agente económico de extrema importância: cobra impostos, que constituem fonte de rendimento, e realiza despesas, que incluem o pagamento aos funcionários públicos e as aquisições de bens necessários para desempenhar as suas actividades. Fornece aos cidadãos diversos bens públicos e, em muitos casos, realiza funções de empresário pois detém e/ou administra empresas públicas.

Estado de direito

(Rule of law)



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Estado que funciona segundo os princípios da separação de poderes, do governo democrático eleito e respeitador dos [direitos humanos](#).

Estados ACP

(ACP states)

Conjunto de Estados de África, Caraíbas e Pacífico que têm um acordo de cooperação privilegiado com a União Europeia:

África: África do Sul, Angola, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Maurícia (Ilha), Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Senegal, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbabue.

Caraíbas: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Grenada, Guiana, Haiti, Jamaica, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago.

Pacífico: Fidji, Kiribati, Nova Caledónia, Papuásia Nova Guiné, Salomão (Ilhas), Samoa Ocidental, Tonga, Tuvalu, Vanuatu, Wallis e Futuna.

Termos relacionados: [Acordo de Cotonou](#), [ajuda programada](#), [Convenção de Lomé](#), [Fundo Europeu de Desenvolvimento](#).

Estratégia

(Strategy)

Conjunto de acções consideradas como meios importantes para a consecução dos objectivos da cooperação para o desenvolvimento.

Estudo, planeamento e criação dos meios necessários para atingir os objectivos estabelecidos em matéria de cooperação para o desenvolvimento.

Estratégia de ajuda por país

(Country assistance strategy)

Quadro de ajuda definido em função das necessidades do país. É uma estratégia definida em parceria com o governo e com consulta da sociedade civil e de outros parceiros. Centra-se na redução da pobreza e tem como principal objectivo identificar as áreas chave de apoio, tendo em conta o maior impacte positivo possível.

Documento que identifica o programa de reformas e os projectos a serem alvo de financiamento externo, com base numa apreciação das prioridades do país. Indica, também, o nível e composição da ajuda a ser fornecida com base nessa estratégia.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Estratégia de desenvolvimento do sector privado (Private sector development strategy)

Estratégia desenvolvida pelo [Banco Mundial](#) para reduzir as despesas do sector público relativamente aos bens essenciais e promover o seu fornecimento pelo sector privado.

Estratégia de redução da pobreza (Poverty reduction strategy)

Estratégia nacional de redução da [pobreza](#). Visa assegurar a ampla participação de todos os detentores de interesse na formulação das estratégias, melhorar a coordenação entre os parceiros do desenvolvimento e centra-se nos recursos conjuntos da comunidade internacional para alcançar os objectivos de redução da pobreza.

Estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável (National strategy for sustainable development)

Plano nacional de acção para alcançar objectivos de desenvolvimento sustentável. Após um acordo alcançado na Conferência do Rio é suposto cada país produzir um plano deste tipo.

Estudo de base / Estudo de situação prévia (Base-line study)

Análise que descreve a situação antes do lançamento de uma intervenção de desenvolvimento e relativamente à qual se podem apreciar os progressos ou fazer comparações.

Estudo de caso (Case study)

Descrição e análise detalhada e intensiva de um projecto, programa ou política no contexto da sua envolvente.

Estudo de impacte ambiental (Environment Impact Assessment)

Estudo feito para determinar o impacte ambiental e social provável de um projecto proposto, apreciar as alternativas possíveis e criar planos de mitigação ambiental para um projecto que possa ter impactes ambientais significativos.

Método sistemático para diagnosticar, normalmente *a priori*, o possível impacte de uma política, programa ou projecto de desenvolvimento sobre o ambiente.



Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

Glossário da Cooperação

Estudo longitudinal (Longitudinal study)

Estudo realizado ao longo de um determinado período de tempo.

Estudo transversal (Cross-section study)

Estudo realizado sobre um determinado momento.

Estudo de viabilidade (Feasibility study)

Estudo preliminar para apreciar a exequibilidade, utilidade e rendibilidade de um [projecto](#) ou [programa](#).

Europeaid (Europeaid)

Departamento da [Comissão Europeia](#) (CE), que centraliza e gere os contratos de assistência técnica e cooperação. Criado na sequência da reforma iniciada em 1998.

É considerado um elemento central do dispositivo da CE destinado a melhorar os sistema de gestão da cooperação e a permitir apoiar e reforçar a presença e a influência da União Europeia no mundo.

É composto por 8 Direcções: seis Direcções responsáveis pela gestão das operações (cinco para os programas de natureza geográfica e uma para os programas de natureza horizontal) e, por outro lado, duas Direcções funcionais (uma de apoio às operações e outra de apoio à organização).

As suas actividades abrangem o [Fundo Europeu de Desenvolvimento](#) e beneficiam mais de 150 Estados, territórios ou organizações.

Para mais informação, ver <http://www.europe.eu.int/comm/europeaid/>

Exame (Review)

Apreciação do desempenho de uma intervenção, feita periodicamente ou de forma *ad hoc*.

Nota: o termo “avaliação” é frequentemente aplicado para uma apreciação mais global e/ou mais profunda que um exame. O exame tende a sublinhar os aspectos operacionais. Os termos “exame” e “avaliação” são por vezes utilizados como sinónimos.

Termo relacionado: [avaliação](#).



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Execução

(Execution)

Fase do ciclo do projecto que corresponde à mobilização e gestão dos meios previstos no documento do projecto, tendo em vista alcançar os resultados e o objectivo específico do projecto. Inclui a responsabilidade pela utilização eficaz dos recursos e, ainda, a redacção dos relatórios de acompanhamento/monitorização.

Termos relacionados: [ciclo do projecto](#), [implementação](#).

Execução orçamental

(Budgetary execution)

Despesa efectuada no âmbito das verbas orçamentadas.

Executor

Entidade que executa as actividades definidas no projecto, para alcançar os resultados previstos e atingir o objectivo específico estabelecido. Para o efeito mobiliza os meios previstos no financiamento e elabora relatórios de acompanhamento.

Expatriado

(Expatriate)

Pessoa que foi condenada ao exílio ou que vive fora da sua pátria voluntária ou forçadamente.

O mesmo que exilado.

Facilidades de ajustamento estrutural reforçadas

(Enhanced structural adjustment facility)

Facilidades estabelecidas em Dezembro de 1987, pelo [FMI](#) e [BM](#), para fornecer ajuda em termos concessionais aos países de baixo rendimento confrontados com problemas prolongados na balança de pagamentos e com problemas estruturais de ajustamento macroeconómico.

Foram substituídas em 1999 pelas [facilidades de crescimento e de redução da pobreza](#) .

Ver também: [programa de ajustamento estrutural](#)

Facilidade de crescimento e de redução da pobreza

(Poverty reduction and growth facility (PRGF))

Empréstimos concessionais (taxas de juros de 0.5%, com um período de graça de 5 anos e meio e 10 anos de maturidade) do FMI, que financiam os documentos estratégicos de redução da pobreza.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Em 1999, substituíram as [facilidades de ajustamento estrutural reforçadas](#), passando a incluir a redução da pobreza como um elemento chave e mais explícito. O objectivo destas facilidades é o de apoiar programas que equilibrem de forma sustentável a balança de pagamento, promover o crescimento duradouro que conduza à melhoria dos níveis de vida das populações e a uma redução da pobreza.

Facilidade de investimento

(Investment facilities)

Linha de financiamento, prevista no [Acordo de Cotonou](#), para promover o desenvolvimento do sector privado nos [Estados ACP](#). Inclui quer o apoio ao crescimento de empresas locais quer ao investimento directo externo e dá particular atenção às pequenas e médias empresas. É gerida pelo [Banco Europeu de Investimentos](#).

Para mais informações, ver <http://www.europa.eu.int/comm/europeaid/>

Factor externo

(External factor)

Factor que influencia o sucesso de uma intervenção de desenvolvimento mas que é exterior à mesma. Embora não se podendo actuar directamente sobre ele, aquando da concepção de uma intervenção, pode fazer-se o levantamento dos factores externos que a poderão condicionar e identificar acções para os mitigar.

Fase

(Phase)

Cada uma das partes por que é constituída uma determinada acção ou intervenção de desenvolvimento.

Na avaliação existem 3 fases: trabalho de gabinete, trabalho de campo e relatório final.

No ciclo do projecto há, normalmente, as seguintes fases: [programação](#), [identificação](#), [instrução](#), [financiamento](#), [execução](#) e [avaliação](#).

Fiabilidade

(Reliability)

Coerência e consistência das informações com base nas quais se faz uma avaliação e as apreciações que daí decorrem. A fiabilidade faz referência à qualidade das técnicas, procedimentos e análises utilizadas para recolher, tratar e interpretar os dados.

Nota: a informação é fiável quando observações repetidas, utilizando os mesmos instrumentos em idênticas condições, produzem resultados semelhantes.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Finalidade (Purpose)

Objectivos enunciados para um [projecto](#) ou [programa](#) de desenvolvimento.

Financiador (Funder)

Entidade/organismo que decide e concede o apoio financeiro das intervenções de desenvolvimento.

Termo relacionado: [doador](#).

Financiamento

Fase do ciclo do projecto na qual se decide sobre o financiamento do projecto e as modalidades do mesmo, consubstanciada num acordo de financiamento.

Termo relacionado: [ciclo do projecto](#).

Financiamento público do desenvolvimento (Official development finance)

Expressão usada para medir os fluxos de recursos para os países em desenvolvimento: incluem a APD bilateral; os donativos os empréstimos concessionais e não concessionais das instituições financeiras multilaterais e outros fluxos oficiais que são considerados de desenvolvimento (incluem o refinanciamento dos empréstimos) mas que têm um elemento donativo muito baixo não podendo por isso ser considerados APD.

Financiamentos associados (Associated financing)

Combinação de [ajuda pública para o desenvolvimento](#) (donativo ou empréstimo) com qualquer outra forma de financiamento.

Fluxos equiparados a donativos (Grant-like flow)

Transacção em que o país doador retém o título formal de pagamento mas expressou, no compromisso, a intenção de reter os lucros do pagamento no país devedor, em benefício deste país.

Fluxos privados (Private flows)



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Fluxos a preços de mercado financiados pelos recursos do sector privado e os donativos privados.

Fluxos de recursos entre países, realizados pelo sector privado, por exemplo o [investimento directo externo](#).

Fontes de financiamento **(Sources of funding)**

Entidades/organismos que suportam os custos inerentes a um programa/projecto/actividade de desenvolvimento.

Fontes secundárias **(Secondary sources)**

Fontes que servem de material de base e recursos para uma [avaliação](#): relatórios periódicos de progresso, relatórios anuais, memórias, estudos sectoriais e dados da situação prévia.

Termo relacionado: [dados da situação prévia](#).

Formação **(Training)**

Capacitação dos recursos humanos para o desenvolvimento das suas actividades.

Formação de formadores em saúde sexual e saúde reprodutiva **(Training trainers on sexual health and reproductive health)**

Processo de formação teórica e prática que visa a preparação de profissionais para a formação de outros profissionais em matérias específicas.

Visa a preparação psicossocial, que envolve, designadamente, o espírito de cooperação e a capacidade de comunicação, relacionamento e adequação às características do grupo alvo por forma a prosseguir com eficácia a função cultural, social e económica da formação; e a formação científica, técnica, tecnológica e prática em matéria de Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva.

O desenvolvimento da formação, de acordo com as bases programáticas definidas, implica as dimensões científica, técnica e pedagógica (e respectiva simulação pedagógica) e proposta de intervenção futura.

Esta modalidade de formação é valorizada quando implica um módulo de desenho de projecto a ser desenvolvido durante a formação com supervisão (reforço da confiança/ segurança, clarificação de procedimentos), avaliação em autoscopia e *follow-up in loco* a 6 ou 12 meses.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Formadores (Trainers)

Pessoas que ministram a formação.

Formando (Trainee)

Pessoa que recebe formação.

Fórum do Pacífico Sul

Criado em 1973, com sede em Suva, Fidji, reúne os seguintes países: Austrália, Ilhas Cook, Fidji, Ilhas Salomão, Kiribati, Nauru, Nova Zelândia, Niue, Papua-Nova Guiné, Samoa, Tonga, Tuvalu, Vanuatu.

Tem como objectivos a promoção de consultas e da cooperação económica entre os seus membros no campo do comércio, dos transportes e comunicações, turismo e protecção do ambiente.

Fundação para Criar Capacidades Africanas (African Capacity Building Foundation (ACBF))

Fundação, criada em 1991, que tem por objectivo criar e fortalecer capacidades institucionais e humanas na análise de políticas e gestão do desenvolvimento na África a Sul do Sahara. Tem sede em Harare (Zimbabwe).

Para mais informações, ver <http://www.acfb.co.zw>

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (United Nations International Children's Emergency Fund)

Fundo das [Nações Unidas](#) criado em 1946, com sede em Nova Iorque. Originalmente criado para apoiar as crianças após a II Guerra Mundial, era conhecido como o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para as Crianças.

Tornou-se um elemento permanente do sistema das NU e tem como principal missão ajudar as crianças que vivem na pobreza nos países em desenvolvimento.

Trabalha com governos, [ONGD](#), outras agências das NU e parceiros do sector privado para proteger as crianças e ajudá-las a crescer melhor. Entre as suas actividades incluem-se a assistência ao planeamento e execução de serviços de apoio à criança e o financiamento de formação profissional no domínio da infância.

Para mais informações, ver <http://www.unicef.org>



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) (United Nations Population Fund (UNFPA))

Operacional desde 1969, o FNUAP ajuda os países em desenvolvimento a encontrar soluções para os problemas relativos à população. Cerca de ¼ da ajuda à população dos países doadores é canalizada através da FNUAP. Em 1987, o [ECOSOC](#) decidiu dar-lhe o nome de Fundo das Nações Unidas para a População, mas o acrónimo manteve-se.

Tem três áreas de actuação fundamentais:

- ? saúde reprodutiva, incluindo planeamento familiar e saúde sexual;
- ? estratégias de desenvolvimento e população;
- ? aconselhamento.

Tem como objectivo promover o direito de todos os indivíduos a desenvolver plenamente o seu potencial. Para isso, todas as pessoas, especialmente as mulheres, necessitam de ter acesso à informação e aos serviços sobre saúde reprodutiva, que lhes permitam estar informados, fazer as escolhas e tomar decisões de forma voluntária. Alcançar este objectivo é central para o trabalho da FNUAP.

Para mais informações, ver <http://www.unfpa.org/>

Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital (United Nations Capital Development Fund (UNCDF))

Fundo criado em 1966 pela [Assembleia Geral](#) das [NU](#) com o objectivo específico de apoiar investimentos de pequena escala nos países mais pobres, tendo-se tornado muito activo nos últimos anos.

Trabalha para reduzir a pobreza através de investimentos de pequena escala em duas áreas de concentração: governação local (para promover a descentralização e a participação no fornecimento de infra-estruturas básicas: saúde, educação, transportes, mercados, água potável) e micro-finanças (apoio de instituições de micro-crédito centradas nos pobres, sobretudo nas mulheres). Embora os investimentos se concentrem num número reduzido de PMA, dá aconselhamento técnico a quem o solicita a baixos custos.

Para mais informações, ver <http://www.uncdf.org>

Fundo de confiança (Trust fund)

Fundos geridos pelas Agência Especializadas das [Nações Unidas](#). Constituem um mecanismo de co-financiamento de projectos a serem concretizados nos países em desenvolvimento.

Por exemplo: entidade financeira separada estabelecida pelo Administrador do PNUD, através da qual são recebidas contribuições voluntárias para financiar os programas e actividades do PNUD, acordadas com o contribuinte, e que se adicionam aos recursos regulares.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

(UNIFEM)

Criado em 1976 como um fundo inovador e catalisador, promove a capacitação das mulheres e a equidade do [género](#).

Trabalha para assegurar o envolvimento adequado, de todas as mulheres, nas actividades de desenvolvimento, desde o planeamento à prática e actua como um catalisador no seio do sistema das Nações Unidas, apoiando os esforços que ligam as necessidades e preocupações das mulheres com os aspectos críticos das agendas nacional, regional e global.

Centra o seu trabalho ao nível do país no contexto do coordenador residente das [Nações Unidas](#). Desempenhando um papel importante no aconselhamento, concentra-se na divulgação de uma política de diálogo multilateral sobre a capacitação das mulheres.

Apoia projectos e iniciativas no mundo em desenvolvimento para promover a capacitação política, económica e social das mulheres. Estas práticas conduziram à emergência de pequenas empresas de base para a melhoria das condições de trabalho das mulheres, campanhas de educação pública e definição de novas leis e sensibilização para as questões do género.

Para mais informações, ver <http://www.unifem.undp.org>

Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)

(European Development Fund(EDF))

Instrumento financeiro das relações da [Comissão Europeia](#) (CE) com os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Financia os programas de ajuda destinados a estes países e o montante de cada FED é definido pelos Estados-membros e negociado em cada Convenção, para um período de 5 anos. É gerido pela CE comportando 3 fases distintas: decisão, compromisso e pagamento.

Termos relacionados: [Acordo de Cotonou](#), [ajuda programada](#), [Convenção de Lomé](#), [Estados ACP](#).

Para mais informação, ver <http://www.europa.eu.int/comm/>

Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

(International Fund for Agricultural development (IFAD))

O FIDA tem como fim prioritário a mobilização dos recursos financeiros para a erradicação da pobreza em zonas rurais, procurando aumentar a produção de alimentos, a produtividade e melhorar a repartição dos rendimentos da agricultura nos [países menos avançados](#).



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

A ideia da sua criação nasceu em 1974, na Conferência Mundial sobre Alimentação, vindo a ser estabelecida em 1977, com sede em Roma (Itália).

Tem 143 Estados-membros e concede empréstimos em condições bastante favoráveis. Co-financia projectos em parceria com o [BM](#), [AID](#) e vários bancos regionais de desenvolvimento.

Para mais informações, ver <http://www.ifad.org>

Fundo Monetário Internacional (FMI)

(International Monetary Fund)

Instituição financeira internacional criada em 1945, como parte dos acordos de Bretton Woods no ano anterior, e da qual fazem actualmente parte 183 países. Tem sede em Washington (EUA).

É uma agência especializada das [Nações Unidas](#), inicialmente vocacionado para promover a cooperação monetária internacional e estabilizar as taxas de câmbio, evitando o caos no sistema multilateral de pagamentos. Actualmente, como principal missão, conceder crédito a países com dificuldades estruturais nas balanças de pagamentos, procurando resolver, simultaneamente, os problemas monetários e lutar contra os desequilíbrios dessas balanças.

Concede empréstimos de curto prazo. Nos últimos anos o FMI tem cooperado no reescalamento da dívida externa de muitos países em desenvolvimento, concedendo-lhes empréstimos a longo prazo.

Para mais informação, ver <http://www.imf.org/>

Fundo para o ambiente mundial

**(Global environment facility
(GEF))**

Criado em 1991, como mecanismo experimental, foi reestruturado após a Conferência do Rio. Conta com 166 países membros.

É um mecanismo financeiro que concede donativos e fundos concessionais a projectos e actividades que protegem o ambiente global nos países em desenvolvimento e nos países com economias em transição.

Tem como objectivo forjar a cooperação internacional em áreas críticas do ambiente mundial: perda da biodiversidade, mudança climática, degradação das águas internacionais, degradação dos solos e destruição da camada do ozono.

Ajuda os países em desenvolvimento a abordar as questões da mudança ambiental global e inclui as suas obrigações nesta área.

Para mais informação, ver: <http://www.gefweb.org>



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Fundos de contrapartida

Fundos gerados pela venda de produtos ou de divisas proporcionadas por programas de [ajuda bilateral](#), com os quais se financiam actividades de desenvolvimento definidas em conjunto (doador e receptor), sob o controle de ambos.

G-5

(G-5)

Grupo das cinco maiores potências industriais, estabelecido em meados dos anos 70 para coordenar as políticas económicas da Alemanha, EUA, França, Japão e Reino Unido. Foi posteriormente suspenso com a criação do [G-7](#).

G-7

(G-7)

Grupo dos sete países líderes em termos de desenvolvimento: Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Reino Unido e Japão. Reúnem-se anualmente desde 1975, ao nível dos chefes de Estado. Substituiu o [G-5](#), em 1986-87.

Desde 1987, os Ministros da Finanças do G-7 reúnem-se anualmente para analisar a evolução da economia mundial e apreciar as políticas económicas.

G-8

(G-8)

Grupo constituído em 1994, em Nápoles, quando a Rússia participou pela primeira vez na cimeira do [G-7](#). Em 1997, em Denver, a Rússia passou a fazer parte do G-8, ao reunir-se para as discussões políticas, após a realização da cimeira económica do G-7. Em 1998, em Birmingham, a Rússia passou a ser um participante de pleno direito, o que marca o estabelecimento do Grupo dos oito. Contudo, o G-8 não substituiu o G-7, o qual continua a ser um fórum de discussão das questões económicas e financeiras dos países mais industrializados.

G-10

(G-10)

Grupo de países, estabelecido em 1962, que acordaram participar no Acordo Geral de Empréstimo – Alemanha, Bélgica, Canadá, EUA, França, Holanda, Itália, Japão, Reino Unido e Suécia. Em 1964, a Suíça associou-se, mas o nome manteve-se.

G-15

(G-15)

Grupo de 15 países estabelecido na nona Cimeira dos Não-alinhados, em Belgrado, em 1989. Inclui países da América Latina, África e Ásia com o objectivo comum de reforçar o crescimento e a prosperidade. Centra-se na cooperação entre países em desenvolvimento nas áreas do



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

investimento, comércio e tecnologia. O número de membros foi alargado para 17 mas o nome mantém-se: Argélia, Argentina, Brasil, Chile, Egipto, Índia, Indonésia, Jamaica, Nigéria, Malásia, México, Peru, Quênia, Senegal, Sri Lanka, Venezuela, Zimbábue.

Para mais informação, ver <http://www.sittec.org.my/g15/>

G-20

(G-20)

Grupo de 20 países que substituiu o Grupo dos 33, prefigurado na Cimeira de Colónia do G-7, em Junho de 1999, mas formalmente estabelecido no encontro dos Ministros das Finanças do G-7, em Setembro de 1999. O primeiro encontro deste grupo teve lugar em Berlim, em Dezembro de 1999. O G-20 constitui um novo fórum para a cooperação e a consultoria sobre matérias que dizem respeito ao sistema financeiro internacional.

Fazem parte do G-20 África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia, EUA, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia, União Europeia.

Termos relacionados: [G-22](#), [G-33](#).

Para mais informação, ver <http://www.g20.org>

G-22

(G-22)

Grupo estabelecido numa base temporal, também conhecido como o Grupo Willard, pelo presidente Clinton e outros líderes, em Vancouver, em Novembro de 1997, quando acordaram organizar uma assembleia de Ministros das Finanças e de bancos centrais para promover a reforma da arquitectura do sistema financeiro global.

O Grupo dos 22 inclui os ministros das finanças e os governadores dos bancos centrais do [G-7](#) e de outros 15 países (África do Sul, Argentina, Austrália, Brasil, China, Coreia, Hong Kong, Índia, Indonésia, Malásia, México, Polónia, Rússia, Singapura e Tailândia).

O primeiro encontro teve lugar em Washington, em Abril de 1998, e serviu para discutir aspectos relacionados com a estabilidade do sistema financeiro internacional e com o funcionamento efectivo dos mercados globais de capitais.

O G-22 foi substituído pelo [G-33](#) e, depois, pelo [G-20](#).

G-24

(G-24)

Sub-grupo do [G-77](#), estabelecido em 1971, para coordenar as posições dos países em desenvolvimento nas questões financeiras e monetárias internacionais e assegurar que os seus interesses eram adequadamente representados nas negociações sobre matérias monetárias internacionais. Embora o número de membros seja limitado a 24, qualquer membro



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

do G-77 pode juntar-se às discussões neste grupo. A China tem sido um “convidado especial” desde 1981.

Inclui África do Sul, Argélia, Argentina, Brasil, Colômbia, Costa do Marfim, (República Democrática do) Congo, Egito, Etiópia, Filipinas, Gabão, Gana, Guatemala, Índia, Irão, Líbano, México, Nigéria, Paquistão, Peru, Sri Lanka, Síria, Trindade e Tobago, Venezuela.

Para mais informação, ver <http://www.g24.org>

G-30

(G-30)

Grupo criado em 1978, com o objectivo de aprofundar o conhecimento sobre os aspectos económicos e financeiros internacionais, analisar as repercussões internacionais das decisões políticas e examinar as opções políticas para assuntos chave.

É um órgão internacional privado, sem fins lucrativos, constituído por funcionários seniores dos sectores público e privado e do mundo académico. Os membros encontram-se em reuniões plenárias, duas vezes por ano, para discutir questões políticas, económicas e financeiras.

Para mais informação, ver <http://www.group30.org>

G-33

(G-33)

Grupo que sucedeu ao [Grupo dos 22](#), no início de 1999, e foi depois substituído pelo [Grupo dos 20](#).

Do grupo dos 33 faziam parte os ministros das finanças e os governadores dos bancos centrais da Alemanha, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Coreia, Costa do Marfim, Egito, Espanha, EUA, França, Holanda, Hong Kong, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Malásia, Marrocos, México, Polónia, Reino Unido, Rússia, Singapura, Suécia, Suíça, Tailândia e Turquia.

G-77

(G-77)

Grupo estabelecido em 1964, pela “Declaração conjunta dos 77 Países” em desenvolvimento, no final da primeira sessão da Conferência das Nações Unidas Sobre o Comércio e o Desenvolvimento ([CNUCED](#)).

Teve como objectivo articular e promover os interesses económicos comuns e aumentar a capacidade de negociação dos seus membros nas principais áreas económicas discutidas no sistema das Nações Unidas.

Os membros do G-77 foi alargado para 133 países membros mas o nome original manteve-se devido ao seu significado histórico.

São membros: África do Sul, Afeganistão, Arábia Saudita, Argélia, Angola, Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Bahrain, Bangladesh, Barbados, Belize, Benin, Botão, Bolívia, Bósnia e



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Herzegovina, Botswana, Brasil, Brunei, Burkina Faço, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Camboja, Chipre, República Centro Africana, Chade, Chile, China, Colômbia, Comores, República Dem. do Congo, Rep. do Congo, Coreia, Costa Rica, Costa do Marfim, Cuba, Djibuti, Dominica, República Dominicana, Equador, Egipto, El Salvador, Emiratos Árabes Unidos, Etiópia, Filipinas, Fiji, Gabão, Gâmbia, Guatemala, Guiana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Haiti, Honduras, Iémen, Índia, Indonésia, Irão, Iraque, Jamaica, Jordânia, Jugoslávia, Kuwait, Lao, Lesoto, Líbano, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malauí, Malásia, Maldivas, Mali, Mata, Marrocos, Ilhas Marshall, Mauritânia, Maurícias, Federação de Estados da Micronésia, Mongólia, Moçambique, Myanmar, Namíbia, Nepal, Nicarágua, Níger, Nigéria, Oman, Organização de Libertação da Palestina, Paquistão, Panamá, Papua Nova Guiné, Paraguai, Qatar, Quênia, Roménia, Ruanda, Samoa Ocidental, St. Kitts e Nevis, Sta. Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seicheles, Serra Leoa, Singapura, Ilhas Salomão, Somália, Sri Lanka, Sudão, Suriname, Suazilândia, Síria, Tanzânia, Tailândia, Togo, Tonga, Trindade e Tobago, Tunísia, Uganda, Uruguai, Vanuatu, Venezuela, Vietname, Zâmbia, Zimbabwe,

Garantia de qualidade

(Quality assurance)

Inclui todas as actividades respeitantes à apreciação e melhoria dos méritos e do valor de uma [intervenção de desenvolvimento](#), ou o respeito pelas normas preestabelecidas.

Nota: exemplos de actividades de garantia de qualidade: [apreciação prévia](#), [gestão centrada nos resultados](#), exames intermédios, [avaliações](#), etc. A garantia de qualidade pode também referir-se à apreciação da qualidade de uma carteira de projectos e sua [eficácia](#) em termos de desenvolvimento.

Género

(Gender)

Termo que se refere aos papéis diferenciados, responsabilidades e oportunidades para a mulher e para o homem numa dada sociedade. Tem subjacente a construção cultural da diferenciação sexual, ou seja, o facto de que as diferentes condutas, actividades e funções das mulheres e dos homens são culturalmente construídas, mais do que biologicamente determinadas.

Gestão centrada nos resultados

(Results-based management)

Estratégia de gestão orientada para o desempenho, a obtenção de resultados, efeitos e impactes.

Termo relacionado: [quadro lógico](#).

Gestão de desastres

(Disaster management)



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Conjunto de decisões político-administrativas e de intervenções operativas que se realizam em diferentes etapas de um desastre, com vista quer à antecipação quer à resposta ao mesmo.

Gestão do ciclo do projecto (Project cycle management)

Método de gestão, com recurso a técnicas de abordagem integrada e do quadro lógico, das diferentes fases do ciclo do projecto.

Técnica que enquadra as intervenções de cooperação numa perspectiva global, inter-relacionando as diferentes fases por que passa um projecto. O principal objectivo desta abordagem é aprender com o passado para melhorar as intervenções no futuro.

Termo relacionado: [ciclo do projecto](#).

Gestão e resolução de conflitos (Conflict management and resolution)

Actividade orientada para prevenir ou conter a escalada de um conflito ou para reduzir a sua natureza destrutiva, com o fim último de alcançar uma situação em que é possível chegar a um acordo ou mesmo à resolução do próprio conflito.

Globalização (Globalization)

Não há uma definição precisa e universalmente aceite de globalização. O elemento mais presente é o da globalização económica, que assume várias formas: crescente integração do mercado internacional, crescente investimento directo externo, crescentes fluxos do mercado de capitais, tudo isto está relacionado com a globalização.

Fenómeno que consiste na integração entre os mercados produtores e consumidores de diversos países e blocos económicos.

O grau e a forma de integração na globalização não é uniforme e, por outro lado, a globalização não é um fenómeno novo – apenas se aprofundou.

Globalização da economia (mundialização) (Economic globalization)

O fenómeno da globalização da economia foi considerado pelo [Conselho Europeu](#) de Turim como um dos principais desafios que a [União Europeia](#) tem de enfrentar neste final de século.

Caracteriza-se por um processo de integração económica crescente da economia mundial, impulsionado pelos seguintes factores:

- ? liberalização do comércio internacional e dos movimentos de capitais;
- ? aceleração do progresso tecnológico e advento da sociedade da informação;
- ? desregulamentação.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Estes três elementos reforçam-se reciprocamente, já que o progresso tecnológico incentiva o comércio internacional e que o comércio internacional permite uma melhor difusão do progresso tecnológico. Paralelamente, a desregulamentação estimula o desenvolvimento das novas tecnologias e contribui para suprimir os obstáculos ao comércio. No entanto, alguns meios criticam o progresso tecnológico por proporcionar às empresas e aos particulares a possibilidade de contornar mais facilmente as regulamentações nacionais.

Governança (Governance)

Modo pelo qual o poder é exercido pelas instituições económicas, sociais e políticas de um país.

Grupo alvo / População alvo (Target group)

Pessoas ou organizações em benefício e com a participação das quais é realizada uma [intervenção de desenvolvimento](#).

Grupo controle (Control group)

Grupo tão fechado quanto possível, equivalente a um grupo experimental (um que é exposto a um programa ou projecto) e exposto a todas as condições da investigação excepto ao programa ou projecto que está a ser estudado.

Grupo do Banco Mundial (BM) (World Bank Group)

Principal instituição multilateral, encarregue de financiar o desenvolvimento económico, criado em Bretton Woods, em 1944, em conjunto com o [FMI](#).

Compreende cinco organizações: [Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento](#), [Associação Internacional para o Desenvolvimento](#), [Sociedade Financeira Internacional](#), [Agência Multilateral de Garantia de Investimentos](#) e [Centro Internacional para a Resolução de Diferendos relativos a Investimentos](#).

Para mais informação, ver <http://www.worldbank.org/>

Identificação (Identification)

Fase do ciclo do projecto que corresponde à primeira elaboração das ideias do projecto, expressas globalmente em objectivos, resultados e actividades.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Actividade técnica que, através da realização de estudos de viabilidade, define os métodos e as abordagens alternativas para as intervenções de Ajuda.

Termo relacionado: [ciclo do projecto](#).

Igualdade de género (Gender equality)

Capacidade legal, social e política das mulheres e homens para mobilizar e gerir todo o tipo de recursos em condições iguais.

Refere-se às normas, valores, atitudes e percepções necessárias para atingir um estatuto igual entre a mulher e o homem sem neutralizar as diferenças biológicas entre eles.

Impacte em termos de desenvolvimento institucional (Institutional development impact)

Efeitos de uma intervenção que afecta, mais ou menos, a capacidade de um país ou região de utilizar os seus próprios recursos (humanos, financeiros e naturais) da forma mais eficiente, equitativa e durável. Por exemplo: (a) mecanismos institucionais melhor definidos, mais estáveis, transparentes e eficazmente aplicados de forma previsível, e/ou (b) para os organismos afectados por essa mudanças institucionais, um melhor ajustamento entre o seu mandato, as suas missões e capacidades. Estes impactes podem incluir os efeitos não esperados de uma intervenção.

Impactes (Impacts)

Efeitos a longo prazo, positivos e negativos, primários e secundários, induzidos por uma [intervenção de desenvolvimento](#), directa ou indirectamente, previstos ou não.

Implementação (Implementation)

Concretização de uma [intervenção de desenvolvimento](#) através da mobilização dos meios previstos, com o objectivo de alcançar os [resultados](#) e o [objectivo específico](#) da intervenção.

Obtenção e distribuição de todos os recursos de uma [intervenção de desenvolvimento](#) e sua conversão nos produtos / resultados imediatos dessa intervenção.

Termo relacionado: [execução](#).

Imposição da paz (Peace enforcement)

Operações de paz das [Nações Unidas](#) que procuram resolver um conflito mas que, ao contrário das operações de estabelecimento da paz ou de manutenção da paz, não contam com a



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

autorização do Estado em causa e utilizam a força para impor determinado mandato do [Conselho de Segurança](#) das Nações Unidas.

Termo relacionado: [operações de paz](#).

Incidência da pobreza (Incidence of poverty)

Estimativa da percentagem de pessoas que vivem abaixo do limiar de [pobreza](#). Não indica nada sobre a gravidade ou profundidade da pobreza e não capta qualquer agravamento das condições daqueles que já estão na pobreza.

Indicador (Indicator)

Factor ou variável, de natureza quantitativa ou qualitativa, que constitui um meio simples e fiável de medir e informar sobre as mudanças ligadas à intervenção, ou ajudar a apreciar o desempenho de um actor do desenvolvimento.

Indicador de desempenho / Indicador de performance (Performance indicator)

Indicador que permite verificar as mudanças na intervenção de desenvolvimento ou mostrar os resultados obtidos relativamente ao planeado.

Termos relacionados: [acompanhamento do desempenho](#), [medição dos desempenhos](#).

Índice de desenvolvimento humano (IDH) (Human development index)

Índice composto que mede o valor médio dos progressos de um país nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, conhecimento e nível de vida condigno. As variáveis usadas para mostrar estas três dimensões são a esperança média de vida, a taxa de escolarização e o produto interno bruto per capita. A primeira vez que foi utilizado foi em 1990, pelo PNUD.

Índice de desenvolvimento relacionado com o género (Gender-related development index)

Índice que mede os progressos nas mesmas dimensões e variáveis do IDH, mas que entra em consideração com as desigualdades de progresso entre homens e mulheres.

Índice de pobreza humana (Human poverty index)



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Índice que mede a privação no desenvolvimento humano básico, nas três dimensões do IDH. As variáveis usadas para mostrar estas dimensões são a percentagem de pessoas que se espera que morram antes dos 40 anos de idade, a percentagem de adultos analfabetos e a percentagem de pessoas sem acesso aos cuidados de saúde e a água potável e a percentagem de crianças com idade inferior a 5 anos com peso a menos.

Iniciativa 20/20

Proposta concebida pelo PNUD e aprovada na Cimeira Mundial do Desenvolvimento Social de Copenhaga (1995), cujo objectivo é reorientar a cooperação internacional e os pressupostos nacionais para o apoio à intervenção social básica nos países em desenvolvimento, mediante um acordo entre países doadores e receptores através do qual 20% da APD e 20% da despesa pública do país receptor se destina aos serviços sociais básicos universais: educação básica, saúde primária, acesso a água potável, eliminação da malnutrição e acesso ao planeamento familiar.

Iniciativa de revisão participada do ajustamento estrutural

(Structural adjustment participatory review initiative)

Iniciativa conjunta do [Banco Mundial](#), governos e sociedade civil, iniciada em 1997, para analisar o impacto dos empréstimos de ajustamento estrutural em sete países: Bangladesh, Equador, Gana, Hungria, Uganda e Zimbabwe.

Para mais informação, ver <http://www.worldbank.org/research/sapri/>

Iniciativa especial para África

(Special initiative for Africa (SPA))

Iniciativa lançada pelo Sistema das [Nações Unidas](#), constituída por medidas destinadas a potenciar os esforços de desenvolvimento em África.

Iniciativa para os países pobres fortemente endividados

(Heavily indebted poor countries initiative)

Acordo para reduzir a dívida (multilateral, bilateral e do sector privado), dos países pobres muito endividados (ver [países pobres fortemente endividados](#)).

Iniciativa adoptada em 1996 para dar apoio excepcional a países elegíveis para reduzir as suas dívidas para níveis sustentáveis. Envolveu credores multilaterais, o [Clube de Paris](#) e outros credores públicos e bilaterais.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Um aspecto central nesta iniciativa é o esforço contínuo no sentido de um ajustamento macro-económico e estrutural e de reformas ao nível social. Adicionalmente, centra-se no assegurar de financiamentos para programas do sector social – sobretudo saúde e educação.

Em 1999 foi modificada por forma a fortalecer e aprofundar as relações entre alívio da dívida, redução da pobreza e políticas sociais.

Esta iniciativa destina-se apenas a países que:

- ? Se confrontam com uma dívida externa insustentável, face aos mecanismos de alívio da dívida disponíveis;
- ? Estabelecem plano global de reformas estruturais e políticas, via programas apoiados pelo [Fundo Monetário Internacional](#) e o [Banco Mundial](#).

Para mais informações, ver <http://www.imf.org/>

Inspeção

(Inspection)

Função de gestão que através de uma investigação no local, realizada por vezes de surpresa, visa resolver problemas que foram ou não detectados previamente.

Instituições de Bretton Woods

(Bretton Woods Institutions)

Designação habitual das instituições estabelecidas em 1944, em Bretton Woods, New Hampshire, nos EUA, e que são o [Grupo do Banco Mundial](#) e o [Fundo Monetário Internacional](#).

Para mais informação, ver <http://www.brettonwoodsproject.org/>

Instituições financeiras internacionais

(International financial institutions)

Nome genérico dado a todas as instituições financeiras que actuam ao nível internacional.

Instituições multilaterais

(Multilateral institutions)

Instituições internacionais com membros governamentais, que abarcam várias regiões, incluindo instituições financeiras como o [Banco Mundial](#) e o [Fundo Monetário Internacional](#), agências das [Nações Unidas](#) e instituições regionais.

Termo relacionado: [organização multilateral](#).

Instituto Camões

(Camões Institute)

Criado pelo Decreto-lei n.º 135/92, de 15 de Julho, o Instituto Camões visa dar uma resposta integrada e eficaz às exigências de defesa da língua e valorização da cultura portuguesas, reunindo funções até então dispersas por várias estruturas e departamentos governamentais.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Originariamente atribuída ao Ministério da Educação, a tutela do Instituto viria a ser cometida ao Ministério dos Negócios Estrangeiros pelo Decreto-lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, e confirmada pelo Decreto-lei n.º 52/95, de 20 de Março, que, simultaneamente, aprovou a sua lei orgânica. Procurou-se, desse modo, acentuar a vocação do Instituto para se assumir como instrumento privilegiado da política cultural externa de Portugal. A nova lei orgânica do Instituto Camões, através do Decreto-lei n.º 170/97, visa, no essencial, racionalizar os serviços e departamentos do Instituto, colhendo já a experiência do seu funcionamento.

O Instituto Camões assegura a orientação, coordenação e execução da política cultural externa de Portugal, nomeadamente a difusão da língua portuguesa, em coordenação com outras instâncias competentes do Estado, em especial os Ministérios da Educação e da Cultura. Tem como objectivo a promoção e a difusão da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro.

Para mais informações, ver <http://www.instituto-camoes.pt>

Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP)

(Institute for Portuguese Cooperation)

Organismo extinto com a criação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

Para mais informação, ver <http://www.ipad.mne.gov>.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)

(Portuguese Institute for Development Support)

Instituto público resultante da fusão do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) e da Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD), que exerce a sua actividade sob tutela e superintendência do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

É o organismo central de coordenação da política de cooperação para o desenvolvimento que assegura o planeamento, a programação, a coordenação, o controlo da execução e a avaliação dos resultados da cooperação desenvolvida pelas entidades públicas, bem como a centralização da informação sobre a cooperação promovida por entidades privadas com ou sem patrocínio público.

Para mais informação, ver <http://www.ipad.mne.gov>.

Instrução

(Instruction)

Fase do ciclo do projecto que corresponde à determinação de todos os aspectos específicos de um projecto com base num estudo de viabilidade. Análise interna efectuada pelos serviços da agência doadora relativa à oportunidade do projecto e à sua coerência com as políticas sectoriais. Culmina com a decisão de financiamento, ou não.

Termo relacionado: [ciclo do projecto](#).



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Instrumentos de análise **(Analytical tools)**

Métodos/técnicas utilizados para tratar e interpretar a informação durante uma [avaliação](#).

Instrumentos de recolha de dados **(Data collection tools)**

Métodos utilizados para identificar as fontes de informação e recolher dados, no decurso de uma [avaliação](#).

Nota: por exemplo, inquéritos formais ou informais, observação directa e participativa, entrevistas a comunidades, grupos de controlo, opinião de especialistas, estudos de caso e pesquisa documental.

Interdependência **(Interdependence)**

Termo genérico que serve para descrever as relações complexas e múltiplas que as nações modernas estabeleceram entre si. Hoje há muitos processos produtivos que se realizam atravessando várias vezes as fronteiras nacionais.

A ideia de interdependência reflecte, por outro lado, a impossibilidade de pensar num desenvolvimento sustentável e dentro das fronteiras limitadas de um país, mesmo quando se trata dos países de maiores dimensões e mais poderosos, e também expressa a importância dos acordos de integração que se têm desenvolvidos nos últimos tempos.

Intervenção de desenvolvimento **(Development intervention)**

Instrumento de ajuda utilizado por um parceiro (doador ou não) com vista à promoção do desenvolvimento.

Nota: por exemplo, projectos, programas, conselho ou parecer sobre políticas.

Intervenção humanitária **(Humanitarian intervention)**

Acções realizadas pela comunidade internacional no espaço de um determinado Estado, com o objectivo de proteger e defender a população de violações graves e massivas dos direitos humanos fundamentais, e garantir a assistência humanitária a vítimas de conflitos armados quando o governo soberano impede a sua realização.

Investimento directo **(Direct investment)**

Investimento feito para adquirir ou aumentar a capacidade produtiva de um país (maquinaria, fábricas ou serviços).



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Investimento directo externo/estrangeiro (Foreign direct investment)

Investimento externo que estabelece um interesse duradouro ou efectivo na gestão de uma empresa.

Leitor (Reader)

Professor de língua e literatura do seu país numa universidade estrangeira.

Leitorado (Readership)

Instituição, junto de uma universidade, de ensino da língua e literatura dum país estrangeiro ministrado em geral por um professor da nacionalidade.

Levantamento das necessidades (Needs assessment)

Instrumento que fornece informações sobre as diversas necessidades das pessoas, confronta os participantes com essas necessidades e fornece um quadro para hierarquizar as necessidades.

Este tipo de instrumento é parte integrante das análises de género para compreender as necessidades específicas quer dos homens quer das mulheres e fazer análise comparativa.

Lições aprendidas / Ensinamentos (Lessons learned)

Generalizações baseadas na [avaliação](#) das experiências com projectos, programas ou políticas que permitem retirar ensinamentos de circunstâncias específicas para situações mais abrangentes. Frequentemente as lições sublinham os pontos fortes e fracos na preparação, concepção e execução de intervenções que afectam o [desempenho](#), os [resultados](#) e o [impacte](#).

Limiares de pobreza (Poverty lines)

Para comparações internacionais, o [Banco Mundial](#) utiliza como limiar 1 dólar/dia/pessoa.

Esta linha de pobreza assenta no consumo de bens e serviços. Para os países da América Latina e Caraíbas é utilizado o limiar dos 2 dólares/dia/pessoa. Para a Europa de Leste e ex-URSS o limiar situa-se nos 4 dólares/dia/pessoa. Para comparações entre países industrializados o limiar de pobreza utilizado corresponde aos 14.4 dólares/dia/pessoa.



Glossário da Cooperação

Em termos nacionais, os países em desenvolvimento que estabeleceram linhas de pobreza nacionais usam o método de “pobreza alimentar”. Estas linhas indicam insuficiência de recursos económicos para satisfazer as necessidades alimentares consideradas mínimas. Nos [países desenvolvidos](#) as linhas de pobreza são usadas para medir a pobreza relativa. A [Comissão Europeia](#) sugere uma linha de pobreza como metade da mediana, ajustada ao rendimento individual.

Livros brancos

(White books)

Documentos publicados pela [Comissão Europeia](#) que contêm propostas de acção comunitária em domínios específicos. Surgem, por vezes, na sequência de Livros Verdes, cuja finalidade consiste em lançar um processo de consulta a nível europeu. A título de exemplo, refira-se os Livros Brancos sobre a realização do mercado interno, sobre crescimento, competitividade e emprego ou ainda sobre a aproximação das legislações dos Estados associados da Europa Central e Oriental nos domínios relacionados com o mercado interno. Quando o Conselho dispensa acolhimento favorável a um Livro Branco, este pode dar origem, se for caso disso, a um programa de acção da [União Europeia](#) no domínio em causa.

Livros verdes

(Green books)

Documentos publicados pela Comissão Europeia, destinados a promover uma reflexão e a lançar um processo de consulta a nível europeu sobre um assunto específico (por exemplo, a política social, a moeda única, as telecomunicações, etc.). As consultas suscitadas por um Livro Verde podem, subsequentemente, dar origem à publicação de um Livro Branco, de modo a traduzir os resultados da reflexão em medidas concretas de acção comunitária.

Em matéria de cooperação é de particular importância o Livro Verde sobre as relações entre a União Europeia e os [Estados ACP](#) no limiar do século XXI, apresentado pela [Comissão Europeia](#), em 1996. Este documento serviu de base à ampla discussão sobre o futuro da [Convenção de Lomé](#) e centrou-se em três aspectos fundamentais para a definição de uma política mais coerente, coordenada e complementar da cooperação com os ACP:

1. Dimensão económico-social
2. Dimensão institucional
3. Comércio e investimento.

Longo prazo

(Long term)

Período superior a um ano.

Macroeconomia

(Macro-economy)

Ramo da ciência económica que estuda aspectos globais de uma economia, os seus níveis de produtividade e rendimento e as relações entre os seus diferentes sectores.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Estudo do funcionamento dos sistemas económicos caracterizado pelo agrupamento dos actores em subconjuntos segundo a sua principal função e tendo em conta os fluxos económicos que circulam entre esses subconjuntos. Geralmente, a macroeconomia trata da economia de um país, nos seguintes agregados: produção nacional, consumo, investimento, poupança, importações, exportações, etc.

A macroeconomia é útil para apreciar e compreender a evolução da economia de um país e o modo como as diversas decisões públicas afectam o seu comportamento, mas pode levar a conclusões erradas se se passar por alto sobre os efeitos micro-económicos que têm as suas variações.

Manutenção da paz

(Peace-keeping)

Operações das [Nações Unidas](#), decididas pelo [Conselho de Segurança](#) (o qual determina a sua duração, alcance e mandato), orientadas para a preservação da paz em contextos de tensão. Requerem a autorização das partes envolvidas e utilizam a força apenas para defesa própria. Na maior parte dos casos incluem operações militares, como a observação de um cessar fogo, ao mesmo tempo que os negociadores procuram uma solução de longo prazo.

Actividade híbridas político-militares que visam controlar um conflito, que envolvem a presença das Nações Unidas no terreno (normalmente envolvendo pessoal civil e militar), com consentimento das partes, para implementar ou monitorizar a implementação de acordos relativos ao controlo do conflito (cessar fogo, separação de forças, etc.) e sua resolução e/ou para proteger o fornecimento de [ajuda humanitária](#).

Para mais informação, ver <http://www.un.org/Depts/dpko/>

Matriz de enquadramento lógico (MEL)

(Logical framework / logframe)

Tabela de dupla entrada com quatro colunas e quatro linhas que sintetiza a lógica vertical e horizontal de um projecto.

Termo relacionado: [quadro lógico](#).

Maturidade

Data em que é feito o último pagamento de um empréstimo. É uma medida do período de vida de um empréstimo.

Mecenato

Apoio material dado por um mecenas, sem contrapartidas directas por parte do beneficiário, a uma intervenção de desenvolvimento.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

MEDA

(MEDA)

Programa criado em 1996, na sequência da Conferência Euro-Mediterrânica de Barcelona, com o objectivo de criar parcerias nos domínios económico-financeiro, social, cultural e humano, bem como no domínio político e de segurança.

Prevê a substituição gradual dos protocolos financeiros bilaterais por uma [cooperação multilateral](#) entre a [CE](#) e os países do Magreb (Argélia, Marrocos e Tunísia), do Marraqueche (Egipto, Jordânia, Líbano e Síria), Turquia, Chipre e Malta.

Tem como áreas prioritárias a cooperação descentralizada, a assistência à transição para um maior equilíbrio socioeconómico e apoio à cooperação regional e a assistência à transição económica e criação de uma zona de comércio livre euro-mediterrânica.

Media

(Media)

Meios de difusão, distribuição ou transmissão de mensagens escritas, visuais, sonoras, tais como a imprensa, a radiodifusão, o cinema, a teledifusão, as telecomunicações, etc.

Meios de comunicação social.

Média

(Average)

Valor (ou valores) absoluto(s) que se considera representativo(s) de um conjunto de dados.

Medição dos desempenhos

(Performance measurement)

Sistema que permite apreciar os desempenhos das intervenções de desenvolvimento relativamente aos objectivos estabelecidos.

Termos relacionados: [acompanhamento/monitorização dos desempenhos](#), [indicadores](#).

Mercado

(Market)

Termo económico que designa o lugar ou meio de encontro entre a oferta e a procura de um bem ou conjunto de bens e onde se determina o preço de cedência e as quantidades trocadas.

Mercado negro / Mercado paralelo

(Black market)



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Mercado livre que se forma espontaneamente quando a lei proíbe sua formação. Quando os preços de bens e serviços são fixados administrativamente, e saem fora da lei aqueles que realizam transacções acima dos mesmos, surgem pressões económicas que obrigam as pessoas a violar a lei. Noutras palavras, as leis (ordenamento jurídico) são incapazes de mudar as leis da economia como tal.

Este tipo de mercados surge sobretudo em economias centralmente planificadas e em economias com uma intervenção estatal muito grande.

O contrabando também pode ser considerado uma forma de mercado negro na medida em que se introduzem, ou extraem, mercadorias num país sem pagar as taxas aduaneiras correspondentes.

Mercado Comum do Cone Sul - Mercosul

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai assinaram em 26 de Março de 1991 o Tratado de Assunção, criando o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. Os quatro Estados-membros procuram ampliar as dimensões dos respectivos mercados nacionais, através da integração, a qual constitui uma condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento económico com justiça social.

Assim, o objectivo primordial do Tratado de Assunção é a integração dos quatro Estados-membros, através da livre circulação de bens, serviços e factores produtivos, do estabelecimento de uma tarifa externa comum e da adopção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macro-económicas e sectoriais e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes, para alcançar o fortalecimento do processo de integração.

Na Reunião de Cúpula de Presidentes de Ouro Preto, em Dezembro de 1994, aprovou-se um Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção - o Protocolo de Ouro Preto - pelo qual se estabelece a estrutura institucional do MERCOSUL, dotando-o de personalidade jurídica internacional. Em Ouro Preto adoptaram-se os instrumentos fundamentais de política comercial comum que regem a zona de livre comércio e a união aduaneira que caracterizam hoje o MERCOSUL, encabeçados pela Tarifa Externa Comum.

Desta forma, os Estados-membros iniciaram nova etapa - de consolidação e aprofundamento - em que a zona de livre comércio e a união aduaneira constituem passos intermediários para alcançar um mercado único que gere um maior crescimento de suas economias, aproveitando o efeito multiplicador da especialização, das economias de escala e do maior poder de negociação do bloco.

Para mais informações, ver <http://www.mercosul.org/>

Mercado Comum Asiático - AFTA

Criado em 1992, entre os Estados-membros da ASEAN, com o objectivo de criar uma zona de comércio livre e de integração progressiva das suas políticas económicas e de desenvolvimento.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Metavaliação

(Meta-evaluation)

Avaliação concebida como uma síntese das constatações tiradas de várias avaliações. O termo também é utilizado para designar a avaliação de uma avaliação com o objectivo de apreciar a sua qualidade e/ou apreciar o desempenho dos avaliadores.

Microcrédito

(Micro credit)

Pequenos empréstimos a pessoas com recursos escassos e com dificuldade de aceder à banca comercial, normalmente para financiar projectos de auto-emprego que geram recursos e possibilitam a autonomia económica dessas pessoas e das suas famílias.

Micro-empresas

(Small companies)

Pequenas empresas que contam com mão-de-obra muito reduzida (muitas vezes familiar) com recursos financeiros e tecnológicos escassos e com uma produção de pequena escala.

Missão

(Mission)

Deslocação de um técnico ou mais de um país doador a um receptor para identificar, executar, acompanhar e/ou avaliar intervenções de desenvolvimento.

Missão de investigação

(Fact-finding)

Recolha de informação, por parte de um grupo oficial (sobretudo das Nações Unidas), sobre determinada situação de diferendo/conflito.

Termo relacionado: [operações de paz](#).

Mulher e desenvolvimento

(Women and development)

Designação utilizada para classificar intervenções de desenvolvimento que estejam parcial ou inteiramente consagrados à melhoria das condições de vida e de trabalho das mulheres, maximizando a sua capacidade de fazer uso e beneficiar dos recursos da sociedade.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Mundialização

Atribuição de um carácter ou dimensão mundial.

Termo relacionado: [globalização](#).

Nações Unidas

(United Nations)

Organismo internacional, criado em 1945, na sequência da experiência da Sociedade das Nações. Tem como principais órgãos o [Conselho de Segurança](#), a [Assembleia Geral](#), o [Conselho Económico e Social](#), o [Conselho de Tutela](#), o [Tribunal Internacional de Justiça](#) e o [Secretariado](#).

A Carta das Nações Unidas identifica como principal missão desta organização a manutenção da paz e da segurança internacional, mas também inclui preocupações com a promoção do progresso económico e social de todos os povos, através da cooperação internacional.

A maior parte das suas actividades visam o progresso económico e social dos países em desenvolvimento.

O sistema das Nações Unidas é constituído por uma série de organizações independentes e “organizações especializadas” que estão ligadas às Nações Unidas através de acordos de cooperação: [FMI](#), [BM](#), [OMS](#), [OIT](#), [FAO](#), [UNESCO](#), [ONUDI](#), etc. Estas agências são entidades autónomas criadas por acordos intergovernamentais.

No sistema das Nações Unidas existem vários programas, fundos e departamentos que trabalham na promoção do desenvolvimento em todo o mundo. Estas organizações têm os seus próprios orçamentos, secretariados e órgãos administrativos, estando ligadas à Assembleia Geral e ao Conselho Económico e Social das Nações Unidas. Ex.: [PNUD](#), [ACNUR](#), [UNICEF](#), etc.

Para mais informação, ver <http://www.onuportugal.pt> e <http://www.un.org>

Não desembolsado

(Undisbursed)

Verbas orçamentadas mas ainda não utilizadas nas actividades previstas.

Necessidades

(Needs)

Expressão de qualquer coisa que falta ou que é necessária para atingir um determinado nível de satisfação.

Nível de concessionalidade ou de liberalidade

(Concessionality level)



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Medida da “leveza” de um crédito, reflectindo o benefício para o receptor comparativamente às condições de mercado. Tecnicamente é calculado como a diferença entre o valor nominal de um crédito de ajuda ligada e o valor actual do serviço da dívida à data do desembolso, calculado com uma taxa de desconto aplicável à transacção e expressa numa percentagem do valor nominal.

Objectivo de desenvolvimento / Objectivo específico (Development objective)

Impacte positivo esperado, em termos físicos, financeiros, sociais, ambientais ou outros, por uma ou várias intervenções de desenvolvimento, numa sociedade, grupo ou comunidade receptora.

Objectivo do projecto ou do programa (Project or program objective)

Resultados físicos, financeiros, institucionais, sociais, ambientais ou outros que o projecto ou programa é suposto produzir.

Objectivo geral / Finalidade (Goal / Global objective)

É o objectivo de ordem mais elevada para o qual contribui uma intervenção de desenvolvimento.

Termo relacionado: [objectivo de desenvolvimento](#).

Objectivos da ajuda (CAD) (Purpose of aid)

Os objectivos da ajuda incluem 3 dimensões: o sector de destino, a forma e o tipo de ajuda e os objectivos da política de ajuda.

Objectivos internacionais de desenvolvimento (International development targets)

Conjunto de objectivos para a redução da pobreza, formulados pelas [Nações Unidas](#) que estabelecem 8 metas, até 2015:

- 1- reduzir para metade os níveis de pobreza absoluta;
- 2- universalizar o ensino primário a todas as crianças em idade de o frequentar;
- 3- fazer progressos em termos de igualdade entre sexos e autonomização das mulheres, eliminando as disparidades entre sexos no ensino primário e secundário;
- 4- reduzir em 2/3 as taxas de mortalidade infantil e juvenil;
- 5- reduzir em 2/3 as taxas de mortalidade ligadas à maternidade;
- 6- disponibilizar os serviços de saúde reprodutiva a todos os que deles necessitam e combate ao HIV/SIDA, malária e outras doenças;



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

- 7- aplicar estratégias nacionais centradas no desenvolvimento sustentável, por forma a inverter a degradação ambiental.
- 8- Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Estes objectivos têm vindo a figurar, desde então, como um aspecto central dos trabalhos desenvolvidos pelas Organizações e Conferências Internacionais, e progressivamente incorporados nos programas dos principais doadores.

Termo relacionado: [Conferência do Milénio](#).

Para mais informação, ver <http://www.developmentgoals.org>

Observação

(Observation)

Fase do método de investigação que consiste no exame atento e minucioso dos fenómenos sem intervenção activa por parte do sujeito no sentido de os modificar ou provocar.

Observação participante

(Participant observation)

Técnica de trabalho de campo utilizada por sociólogos e antropólogos para recolha de informação quantitativa e qualitativa e que fornece uma base para a hierarquização de necessidades.

Este tipo de técnica faz parte integrante das análises de [género](#).

Operações de paz

(Peace operations)

Operações de apoio à paz. Incluem operações de manutenção da paz, imposição da paz, actividades diplomáticas tais como diplomacia preventiva, estabelecimento da paz e consolidação/construção da paz, bem como ajuda humanitária, conciliação, *fact-finding* e apoio eleitoral.

Operações de restauração da paz e de mitigação de conflitos

(Peace-restoration and conflict-mitigation operation)

Conceito novo e experimental aplicado a operações multidimensionais que são forçadas pelas realidades no terreno e que são contempladas nas operações do Capítulo VII.

Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)

(Food and Agriculture Organisation of the United Nations (FAO))



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

A FAO, com sede em Roma (Itália), criada antes das [Nações Unidas](#), em 1945, mas integrando-a depois, com o mandato de elevar os níveis de vida e de nutrição, incrementar a produtividade agrícola e melhorar as condições da população rural. Integra 183 países membros e uma organização membro, a [União Europeia](#), sendo a principal agência da ONU dedicada à agricultura, à silvicultura, pesca e ao desenvolvimento rural.

As actividades da FAO orientam-se para a erradicação da pobreza e luta contra a fome, através da promoção do desenvolvimento rural e da segurança alimentar, definida como o acesso de toda a população aos alimentos necessários para uma vida activa e saudável.

Uma prioridade específica desta agência é fomentar a agricultura sustentável e o desenvolvimento rural, uma estratégia a longo prazo para incrementar a produção de alimentos e a segurança alimentar, preservando simultaneamente os recursos naturais.

Para mais informações, ver <http://www.fao.org>

**Organização das Nações Unidas para a Educação,
Ciência e Cultura (UNESCO)**

**(United Nations Educational,
Scientific and Cultural
Organisation (UNESCO))**

A UNESCO, criada em 16 de Novembro de 1945, tem como objectivo principal contribuir para a manutenção da paz e da segurança no mundo, através da educação, ciência, cultura e comunicação para a promoção da justiça, dos direitos humanos e do reforço dos laços entre os povos.

Tem sede em Paris (França). Sendo uma agência especializada das [Nações Unidas](#) conta, actualmente, com 188 Estados membros, entre eles Portugal. Na época de sua criação, em 1946, eram apenas 20 os seus Estados-membros.

Para mais informações, ver <http://www.unesco.org>

**Organização das Nações Unidas para o
Desenvolvimento Industrial (ONUDI)**

**(United Nations Industrial
Development Organisation
(UNIDO))**

A ONUDI, criada em 1967, faz parte das [Nações Unidas](#), como agência especializada, desde 1979. Com sede em Viena, Áustria, tem como objectivo contribuir para a promoção e aceleração da industrialização dos países em desenvolvimento através da assistência técnica directa e da mobilização de recursos nacionais e internacionais. Contribui para a cooperação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento no âmbito do desenvolvimento industrial mundial através da realização de encontros para contactos, consultas e negociações. Encoraja actividades de promoção de investimento.

Para mais informações, ver <http://www.unido.org>



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

(Organisation for Economic Co-operation and development)

Criada em 1961, em Paris, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) resultou da ex Organização para a Cooperação Económica Europeia (OCEE), criada para gerir o Plano Marshall e a reconstrução da Europa do pós-guerra.

Agrupa 30 países membros (Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, República Checa, Coreia, Dinamarca, República Eslovaca, Espanha, EUA, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça, Turquia) que partilham um compromisso face à governação democrática e à economia de mercado. A OCDE tem um alcance vasto, desenvolvendo relações estreitas com mais de 70 países, Organizações não-governamentais e sociedade civil.

Amplamente conhecida pelas suas publicações e estatísticas, o seu trabalho cobre áreas económicas e sociais, passando por questões macro-económicas, comércio, educação, desenvolvimento, inovação e ciência.

A OCDE desempenha um papel proeminente na promoção da boa governação tanto no sector público como no sector privado e no apoio aos Estados-membros na formulação das suas políticas económicas e sociais bem como na sua coordenação e avaliação.

Produz internacionalmente instrumentos acordados, decisões e recomendações para promover regras em áreas onde o acordo multilateral é necessário para os países individuais progredirem numa economia globalizada.

Em matéria de cooperação para o desenvolvimento é um fórum de discussão e de concertação, dispondo do [Comité de Ajuda para o Desenvolvimento](#), do Centro de Desenvolvimento, do [Clube do Sahel e África Ocidental](#) e do Centro de Cooperação com Não-membros.

Para mais informações, ver: <http://www.oecd.org/>

Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)

Organização criada em 1960, em Viena da Áustria, com o objectivo de promover a política económica, a defesa dos interesses mútuos e a unificação da política petrolífera.

São membros: Arábia Saudita, Argélia, Emiratos Árabes Unidos, Gabão, Indonésia, Irão, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Qatar, Venezuela.

Para mais informações, ver: <http://www.opec.org/>

Organização de Unidade Africana (OUA)



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Organização criada em 1963, com sede em Addis Abeba, Etiópia. Tem como membros todos os países africanos, excepto a África do Sul e Marrocos.

Tem como objectivos promover a unidade e a solidariedade entre os seus membros; coordenar esforços para defesa da soberania, integridade territorial e independência dos Estados africanos; lutar contra todas as formas de colonialismo.

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

(International Labour Organisation (ILO))

Criada em 1919, a OIT é, desde 1946, uma agência especializada das [Nações Unidas](#), com sede em Genebra (Suíça). Tem como finalidades promover a justiça social e os [Direitos Humanos](#) para os trabalhadores. Em Junho de 2001 incluía 142 países

A OIT formula normas internacionais do trabalho, que revestem a forma de convénios e recomendações, estabelecendo condições obrigatórias em matéria do Direito do Trabalho.

Presta sobretudo assistência técnica, principalmente no seguintes domínios: formação e reabilitação profissionais; política de emprego; administração do trabalho; legislação do trabalho e relações laborais; condições de trabalho; segurança social e saúde no trabalho; estatísticas laborais. Fomenta o desenvolvimento de organizações independentes de empregadores e trabalhadores, facilitando a formação e a assessoria técnica.

No seio do sistema das Nações Unidas, a OIT é a única organização que conta com uma estrutura tripartida, na qual os trabalhadores e empregadores participam em pé de igualdade com os governos nas actividades dos órgãos da administração.

Para mais informações, ver <http://www.iol.org>

Organização multilateral

(Multilateral organisation)

Uma organização é considerada como multilateral se:

1. for dotada de carácter internacional tendo por membros governos que estão representados, ao mais alto nível, por pessoas no desempenho oficial das suas funções, ou
2. for um fundo gerado de maneira autónoma por um organismo multilateral no sentido do ponto 1 e se, tanto num caso como noutro
3. ela transforma os recursos que recolhe num todo, de tal maneira que perdem a sua identidade para se tornarem parte integrante do seu activo financeiro.

Nota: Os critérios 1. e 2. definem o carácter multilateral do beneficiário da contribuição, enquanto que 3. prova o carácter multilateral da contribuição.

Termo relacionado: [instituições multilaterais](#).



Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

Glossário da Cooperação

Organização Mundial de Saúde (OMS)

**(Health World Organisation
(WHO))**

Instituição especializada das [Nações Unidas](#), fundada em 1948, com sede em Genebra: Tem como principal objectivo criar as condições de bem-estar físico, mental e social para todos os seres humanos e colocar todos os povos no nível de saúde mais elevado possível.

Em Maio de 1998 tinha 193 membros. Dá cooperação técnica em áreas relacionadas com a saúde, promove campanhas de luta contra as doenças contagiosas. É coordenadora do programa mundial de luta contra a SIDA. Trabalha com outras agências das Nações Unidas e outras organizações.

Para mais informações, ver <http://www.who.org>

Organização Mundial do Comércio (OMC)

**(World Trade Organisation
(WTO))**

Organização criada em 1995, na sequência do “*Uruguai round*” do GATT. Tem como objectivo a liberalização do comércio através da: administração de acordos de comércio; actuação como um fórum de negociações; resolução de diferendos comerciais; revisão das políticas comerciais nacionais; assistência técnica e formação nos países em desenvolvimento em matérias comerciais, cooperação com outras organizações internacionais.

Em 1997, na sequência de uma reunião de alto nível, colocou a assistência técnica aos países em desenvolvimento no centro das suas preocupações.

Tem mais de 130 membros, que representam mais de 90% do comércio mundial. Cerca de ¾ dos seus membros são países em desenvolvimento. Outros 30 estão em fase de negociação para passarem a ser membros.

Termo relacionado: [Acordo geral sobre tarifas aduaneiras de comércio](#) (GATT).

Para mais informações, ver <http://www.wto.org>

Organização não governamental de desenvolvimento (ONGD)

**(Non-governmental
organisation for development)**

Organização sem fins lucrativos, activa no domínio da cooperação para o desenvolvimento, educação para o desenvolvimento e ajuda humanitária de emergência. Inclui duas categorias:

- ? ONGD nacionais – são organizações sem fins lucrativos, incluindo os organismos religiosos, as sociedades cooperativas e os sindicatos activos no domínio do desenvolvimento, cujos fundos de que dispõem provêm integral ou principalmente da economia do país doador. Os organismos *ad hoc* criados para recolher fundos para um objectivo específico (por exemplo, ajuda em caso de catástrofe ou fome) e que poderão desaparecer uma vez cumprido o objectivo, são também incluídos.
- ? ONGD internacionais – são organismos activos no domínio do desenvolvimento que possuem sede em determinado país e uma ou várias associações congéneres noutros países.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Organizações da sociedade civil

(Civil society organisations)

A sociedade civil engloba o conjunto de cidadãos unidos pela sua consciência cívica, embora não partilhando laços políticos, sociais ou culturais.

As organizações da sociedade civil vão desde os grupos religiosos aos grupos de defesa do ambiente, às colectividades locais e sindicatos.

Outorga

Acção de conceder, de dar ou conferir, legalmente um bem ou um benefício, fazendo uso do poder ou da autoridade que detém.

Outros fluxos oficiais

(Other official flows)

Transacções do sector oficial com países da lista de receptores do [CAD](#) que não preenchem as condições para serem incluídas na [APD](#), quer porque não têm como principal objectivo o desenvolvimento, quer porque têm um elemento donativo inferior a 25%.

Outros países de baixo rendimento

**(Other low-income countries
(LIC))**

Países e Territórios em desenvolvimento, que não são classificados como [PMA](#) mas com um PNB per capita inferior a 760 dólar, em 1998.

Fazem parte desta categoria: Arménia, Azerbaijão, Camarões, China, Costa do Marfim, Gana, Honduras, Índia, Indonésia, Moldava, Mongólia, Nicarágua, Nigéria, Paquistão, Quénia, República Democrática da Coreia, República da Kirguísia, República do Congo, Tadjiquistão, Timor Leste, Tu rquemenistão, Vietname, Zimbabwe.

Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)

**(Portuguese Speaking African
Countries)**

Países africanos que, após a independência, adoptaram a língua portuguesa como língua oficial: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Países desenvolvidos

(Developed countries)



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Países de rendimento elevado, nos quais a maior parte da população tem um nível de vida elevado. De acordo com a classificação do Banco Mundial, incluem-se nesta categoria todos as economias de rendimento elevado excepto Hong-Kong, Israel, Kuwait, Singapura e Emiratos Árabes Unidos.

Dependendo de quem os define, os países desenvolvidos podem também incluir os países de rendimento médio com economias em transição, porque são muito industrializados. Os países desenvolvidos representam cerca de 15% da população mundial e por vezes são referidos como “o Norte”.

Países do Norte

(Northern countries)

Países de elevado rendimento. Também conhecidos como [países desenvolvidos](#).

Países do Sul

(Southern countries)

Inclui os países que são habitualmente designados por países em desenvolvimento e países menos avançados da África, Ásia e América Latina.

Termo relacionado: [países em desenvolvimento](#).

Países e territórios receptores

(Recipient countries and territories)

Conjunto de países e territórios que são elegíveis para receber ajuda, agrupados por categorias, de acordo com o rendimento. Desde 1994 esta lista foi modificada passando a incluir duas partes:

- 1) a Parte I apresenta os países por categoria de rendimento: LLDC, LIC, LMIC, UMIC, HIC.
- 2) a Parte II inclui os países e territórios em transição, ou seja, os países mais avançados da Europa Central e Oriental e os Novos Estados Independentes da ex-URSS.

Países em desenvolvimento (PED)

(Developing countries)

Definição utilizada pelo [Banco Mundial](#) para catalogar os países elegíveis para a [APD](#).

De acordo com a classificação do Banco Mundial, são os países com níveis de PNB per capita baixo ou médio, incluindo as 5 economias em desenvolvimento de elevado rendimento – Hong-Kong, Israel, Kuwait, Singapura e Emiratos Árabes Unidos – devido à estrutura das suas economias ou devido às opiniões dos seus governantes.

Vários países de economia em transição são por vezes incluídos nesta classificação devido aos seus níveis baixos ou médios de rendimento per capita e por vezes nos países



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

desenvolvidos, devido ao seu grau de industrialização. Mais de 80% da população mundial vive cerca de 100 países em desenvolvimento.

Países em desenvolvimento, de rendimento alto (High income countries (HIC))

Países e Territórios em desenvolvimento, com um PNB per capita superior a 9 360 dólares, em 1998.

Integram esta categoria a Eslovénia e Malta.

Países em desenvolvimento, de rendimento médio alto (Upper middle-income countries (UMIC))

Países e Territórios em desenvolvimento, com um PNB per capita entre os 3 030 dólares e os 9 360 dólares, em 1998.

Fazem parte deste grupo: Brasil, Botswana, Chile, Croácia, Gabão, Grenada, Ilhas Cook, Ilhas Palau, Líbano, Malásia, Maurícias, Mayotte, México, Nauru, Panamá, Santa Helena, Santa Lúcia, Trindade e Tobago, Turquia, Uruguai, Venezuela.

Inclui, ainda, para elegibilidade aos empréstimos do BM (5280 dól. em 1998) Anguilla, Antigua e Barbuda, Arábia Saudita, Argentina, Barbados, Barein, Caicos, Ilhas Turks, Monserrat, Oman, Seycheles, St. Kitts e Nevis.

Países em desenvolvimento, de rendimento médio baixo (Lower middle income countries (LMIC))

Países e Territórios em desenvolvimento com PNB per capita entre os 761 dólares e os 3 030 dólares, em 1998.

Incluem-se nesta categoria: Albânia, África do Sul, Argélia, Belize, Bolívia, Bósnia Herzegovina, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, Egípto, El Salvador, Estados Federados da Micronésia, Fidji, Filipinas, Geórgia, Guatemala, Guiana, Ilhas Marshall, Irão, Iraque, Jamaica, Jordânia, Kasaquistão, Macedónia, Marrocos, Namíbia, Niue, Papua Nova Guiné, Paraguai, Peru, República Dominicana, República Federal da Jugoslávia, Sri Lanca, S. Vicente e Granadinas, Síria, Suriname, Suazilândia, Tailândia, Territórios Palestinos sob administração, Tokelau, Tonga, Tunísia, Uzbequistão, Wallis e Futuna.

Países menos avançados (PMA) (Least developed countries (LLDC))

Grupo definido pelas [Nações Unidas](#). Os países incluídos nesta categoria têm rendimento, diversificação económica e desenvolvimento social abaixo de um limiar estabelecido. No caso de alteração deste grupo é feita imediatamente uma actualização na lista do [CAD](#).



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Muito vulneráveis, estes países têm um rendimento per capita anual menor que 1 dólar por dia. Têm rendimento baixo com constrangimentos de longo prazo ao crescimento económico, como a fraqueza institucional e o baixo nível de desenvolvimento dos recursos humanos.

Actualmente são incluídos neste grupo 48 países e territórios: Afeganistão, Angola, Bangladesh, Benin, Botão, Burkina Faso, Burundi, Camboja, Cabo Verde, Chade, Comores, Djibuti, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Iémen, Ilhas Salomão, Kiribati, Laos, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malauí, Maldivas, Mali, Mauritânia, Moçambique, Myanmar, Nepal, Níger, Ruanda, República Centro Africana, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanzânia, Togo, Tuvalu, Uganda, Vanuatu, Zâmbia.

Países pobres fortemente endividados

(Heavily indebted poor countries (HIPC))

Conjunto de 42 países muito endividados (dívida que se considera insustentável) que estabeleceram um acordo com os credores oficiais para obterem o alívio da dívida.

Incluem-se neste grupo: Angola, Benin, Bolívia, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiana, Guiné, Guiné-Bissau, Honduras, Iémen, Lao, Libéria, Madagáscar, Malauí, Mali, Mauritânia, Moçambique, Myanmar (Burma), Nicarágua, Níger, Quênia, Ruanda, República Centro Africana, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanzânia, Togo, Uganda, Vietname, Zâmbia.

Paradigma

(Paradigm)

Em termos epistemológicos é um conceito introduzido por Thomas Khun, que se pode traduzir como uma constelação de crenças, valores técnicos, etc., partilhados pelos membros de uma determinada comunidade, ou, ainda, segundo Levy-Garboua, é o quadro intelectual no interior do qual se desenrola o debate científico. Este autor distingue 3 paradigmas: marxista, neoclássico e keynesiano.

Um paradigma deve ser contextualizado em termos históricos, intelectuais e metodológicos.

Parceiros

(Partners)

Pessoas e/ou organizações que colaboram para alcançar objectivos estabelecidos em conjunto.

Nota: o conceito de parceria evoca os objectivos comuns, as responsabilidades partilhadas no que diz respeito aos efeitos, aos compromissos recíprocos e à obrigação de prestar contas de forma clara. Os parceiros podem ser organizações governamentais, da sociedade civil, ONG, universidades, associações profissionais, organizações multilaterais, empresas privadas, etc.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Parceria

(Partnership)

Acto de estabelecer um acordo mutuamente benéfico entre duas ou mais partes, com co-responsabilidades aos mais diversos níveis.

Parceria estratégica para África

(Strategic partnership for Africa)

Principal instrumento de coordenação da ajuda para África. Grupo de doadores bilaterais e credores multilaterais que fornecem recursos para os países africanos.

Parceria para a paz

(Partnership for peace)

Associação de estatuto transitório que oferece aos ex-membros do Pacto de Varsóvia e aos países não-alinhados a oportunidade de cooperar com a NATO em operações de [manutenção da paz](#), de [ajuda humanitária](#) e outras operações similares.

Parlamento Europeu

(European Parliament)

O Parlamento Europeu reúne os representantes de 370 milhões de cidadãos da [União Europeia](#). Os deputados são eleitos por sufrágio universal directo desde 1979 e o seu número eleva-se, actualmente, a 626, repartidos em função da população de cada Estado-membro.

As principais funções do Parlamento Europeu são as seguintes:

- ? Examinar as propostas da Comissão estando associado ao Conselho no processo legislativo segundo diferentes modalidades (processo de co-decisão, de cooperação, etc.);
- ? Exercer um poder de controlo das actividades da União Europeia através da investidura da Comissão (e da possibilidade de apresentar uma moção de censura sobre as actividades da Comissão), bem como por meio das perguntas escritas e orais que pode dirigir à Comissão e ao Conselho;
- ? Partilhar o poder orçamental com o Conselho ao votar o orçamento anual e ao controlar a sua execução.

Além disso, o Parlamento Europeu nomeia um Provedor de Justiça que tem poderes para receber as queixas dos cidadãos da União Europeia no que respeita às situações de má administração na acção das instituições ou dos órgãos comunitários. Finalmente, pode criar comissões temporárias de inquérito cujos poderes não se limitam à actividade das instituições comunitárias, podendo igualmente incidir sobre a actuação dos Estados-membros na realização das políticas comunitárias.

O Tratado de Amsterdão simplificou os procedimentos legislativos, uma vez que prevê que o procedimento de cooperação seja suprimido quase completamente (continua a ser aplicado apenas em alguns casos previstos no título consagrado à União Económica e Monetária) e que a aplicação do procedimento de co-decisão seja consideravelmente alargada.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Participação

(Participation)

Processo em que as comunidades ou os diferentes sectores da sociedade, sobretudo os mais marginalizados e desfavorecidos, com interesses legítimos numa intervenção, projecto, programa ou política de desenvolvimento, influenciam na tomada de decisões, nos diferentes níveis, sendo assim actores do seu próprio desenvolvimento.

Patrocinador

(Sponsor)

Pessoa, grupo ou organização que concede apoio material ou técnico para a execução de uma [intervenção de desenvolvimento](#).

Período de graça

(Grace period)

Ver: [elemento donativo](#).

Peritos

(Experts)

Pessoas que são especialistas em determinada actividade.

Pesquisa/investigação

(Research)

Investigação e estudo metódico e sistemático a fim de enriquecer o conhecimento em determinada área de saber, de descobrir novos dados.

Pessoal

(Personnel)

Conjunto de pessoas que trabalham na mesma intervenção ou estão encarregues do mesmo serviço.

PHARE

(PHARE)

O programa PHARE foi lançado em 1989, pela Comissão Europeia, após o colapso dos regimes comunistas na Europa Central e Oriental. Tem por finalidade ajudar estes países a reconstruir as suas economias. Inicialmente, abrangia apenas a Polónia e a Hungria, mas foi progressivamente alargado, englobando actualmente treze países da Europa Central e Oriental (Albânia, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Estónia, ex-República Jugoslava da Macedónia



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

(FYROM), Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Roménia, República Checa, Eslováquia e Eslovénia).

Paralelamente, o programa PHARE constitui o principal instrumento financeiro da estratégia de pré-adesão para os dez países da Europa Central e Oriental (PECO) candidatos à adesão à União Europeia. Desde 1994, as actividades do programa PHARE foram adaptadas às prioridades e necessidades de cada PECO.

O programa PHARE reformulado, cujo orçamento ascende a mais de 10 mil milhões de € para o período de 2000-2006, prende-se essencialmente, na fase actual, com duas prioridades específicas, a saber:

- ? reforço das instituições e das administrações (*institutionnal building*);
- ? financiamento dos investimentos.

Na sequência das propostas elaboradas pela Comissão na sua Comunicação de Julho de 1997, intitulada «Agenda 2000», novas ajudas de pré-adesão foram acrescentadas às verbas já previstas no quadro do programa PHARE. Trata-se de:

- ? medidas estruturais destinadas a aproximar o nível de protecção ambiental e de desenvolvimento das infra-estruturas de transporte dos países candidatos ao da União Europeia (ISPA);
- ? ajudas ao sector agrícola (SAPARD).

Planeamento

(Planning)

Preparação e estabelecimento de um plano no qual é definido o conjunto de intervenções coordenadas a efectuar pela cooperação, através da selecção de objectivos e do estabelecimento hierárquico dos fins e dos meios.

Planeamento familiar

(Family planning)

Conjunto de cuidados de saúde que visa ajudar as mulheres e os homens a planearem o nascimento dos seus filhos e a viverem a sua sexualidade de uma forma gratificante, sem o receio de uma gravidez que naquele momento não desejem. Para além disso, o planeamento familiar ajuda os casais que têm problemas de infertilidade, actua na prevenção das infecções sexualmente transmissíveis e ajuda no diagnóstico precoce do cancro da mama e do colo do útero.

Constitui uma forma de assegurar que as pessoas têm acesso à informação, métodos de contracepção eficazes e seguros, serviços de saúde adequados que permitam a vivência da sexualidade segura e saudável, bem como a uma gravidez e parto nas condições mais adequadas promovendo uma sexualidade saudável e segura.

Entre outros, são objectivos do planeamento familiar:

- ? Informar e aconselhar sobre a saúde sexual e reprodutiva;
- ? Reduzir a incidência das infecções de transmissão sexual e as suas consequências, nomeadamente a infertilidade;
- ? Reduzir a mortalidade e a morbilidade materna, perinatal e infantil;



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

- ? Permitir que o casal decida quantos filhos quer, se os quer e quando os quer, ou seja: planear a sua família;
- ? Preparar e promover uma maternidade e paternidade responsável;
- ? Melhorar a saúde e o bem estar da família e daquela pessoa. em particular;
- ? Rastreamento de doenças com prevalência na população, nomeadamente, rastreio do cancro do colo do útero e mama;
- ? Promoção de comportamentos saudáveis (sexuais e reprodutivos) ao nível individual e social.

Plataforma das ONGD

(NGO platform)

A Plataforma Portuguesa das [ONGD](#), fundada em Março de 1985, congrega todas as Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento nela aceites, de acordo com critérios explicitados no Regulamento Interno da Organização. As suas áreas fundamentais de intervenção são: a Cooperação para o Desenvolvimento, a Ajuda Humanitária e de Emergência e a Educação para o Desenvolvimento. Iniciada por um grupo de 13 associações, a Plataforma conta hoje com 45 membros.

Para mais informações, ver <http://plataformaongd.esoterica.pt/>

Pobreza

(Poverty)

Situação de uma pessoa cujo grau de privação está abaixo do nível que a sociedade em que se integra considera mínimo para manter a dignidade.

Carência de bens e serviços necessários para satisfazer as necessidades básicas.

Pobreza crónica

(Chronic poverty)

Situação em que um indivíduo é pobre em consequência de factores estruturais de longo prazo.

Política de cooperação

(Co-operation policy)

Estabelecimento de: princípios e prioridades de actuação, critérios de selecção das intervenções prioritárias, princípios de partilha de responsabilidades, poderes de tomada de decisões e das principais linhas de organização em matéria de cooperação.

Política externa e de segurança comum (PESC)



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

A PESC foi instituída e é regida pelo Título V do Tratado da [União Europeia](#). Substituiu a Cooperação Política Europeia (CPE) e prevê a definição, a prazo, de uma política comum de defesa que poderá conduzir oportunamente a uma defesa comum.

Os objectivos deste segundo pilar da União Europeia são definidos no artigo 11º (antigo artigo J.1) e são concretizados mediante o recurso a instrumentos jurídicos próprios (acção comum, posição comum), adoptados por unanimidade no âmbito do Conselho. Na sequência da entrada em vigor do Tratado de Amsterdão, a União pode recorrer a um novo instrumento: a estratégia comum, que é mencionada no novo artigo 12º.

Ponto de referência / Padrão / Índice de Comparação / Marco (Benchmark)

Ponto de referência ou padrão em relação ao qual o desempenho ou os resultados obtidos são apreciados.

Nota: o padrão refere-se ao desempenho alcançado no passado recente por outras organizações comparáveis ou ao que se poderia pensar atingir de forma razoável num determinado contexto.

Posição comum (PESC)

A posição comum no âmbito da PESC tem por objectivo fazer com que a cooperação neste domínio seja mais sistemática e mais coordenada. Os Estados-membros devem seguir e defender estas posições comuns que adoptaram por unanimidade no Conselho.

Pressupostos / Hipóteses (Assumptions)

Hipóteses/suposições sobre factores ou riscos que podem ter repercussões na evolução ou no sucesso da intervenção de desenvolvimento.

Nota: este termo também se pode aplicar a factores que condicionam a validade da própria avaliação, por exemplo as características da população em que é retirada a amostra de um inquérito. Numa abordagem “teórica” da avaliação, as hipóteses levantadas são sistematicamente verificadas em relação à cadeia de resultados prévia.

Prevenção de conflitos (Conflict prevention)

Conjunto de acções empreendidas a curto, médio e longo prazo com o objectivo de evitar a emergência de um conflito latente ou, no caso de este se manifestar, impedir a sua passagem para uma situação de violência aberta ou seu reaparecimento.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

**Prevenção e programas VIH/SIDA e outras IST
(infecções sexualmente transmissíveis)**

**(Prevention and programmes
on HIV/AIDS and others STI's)**

A infecção por VIH é actualmente responsável pela existência de aproximadamente 34 Milhões de pessoas infectadas com VIH. Em cada 10 pessoas que vivem com o vírus 9 são provenientes de um país em vias de desenvolvimento; destas 6 vivem na África Subsariana.

A expansão do VIH/SIDA exerce uma grande pressão sobre as despesas de saúde pública dos países em vias de desenvolvimento, diminuindo a esperança de vida das pessoas, e assim, ameaçando reverter o crescimento económico e o progresso social conquistado.

Os programas de prevenção contemplam além da prevenção primária, a prestação de cuidados a pessoas e famílias afectadas pelo VIH e a integração social das mesmas.

Evitando medidas discriminatórias de qualquer tipo e promovendo a formação e o auto-cuidado de profissionais e população afectada. Estes programas incluem todos os pressupostos acordados pelas agências internacionais, nomeadamente as Nações Unidas (OMS, UNAIDS, FNUAP) e International Planned Parenthood Federation.

A par de outros grupos, a mulher deverá ser alvo específico na luta contra a transmissão do VIH, baseada em estratégias de promoção da saúde e de direitos humanos, tendo em vista não só a prevenção individual, mas também o seu papel de educadora dos comportamentos dos mais jovens.

Um programa orientado para as mulheres reforçará o seu poder de garantir sexo mais seguro e a utilização de preservativo pelo seu parceiro.

Produto / Resultado imediato

(Outputs / Product)

Bens, equipamentos ou serviços que resultam da intervenção de desenvolvimento. O termo pode aplicar-se às mudanças induzidas pela intervenção que podem conduzir a efeitos.

Programa

(Program)

Grupo de actividades ou projectos que visam um objectivo ou um conjunto de objectivos, onde uma organização coerente de recursos humanos, financeiros e materiais é usada para produzir bens e serviços e para produzir mudanças no sentido de satisfazer certas necessidades.

Programa Alimentar Mundial (PAM)

(World Food Programme (WFP))

Agência das [Nações Unidas](#), criada em 1963, pela FAO e pela [Assembleia Geral](#) das Nações Unidas, mandatada para combater a fome, que afecta um em cada sete pessoas no mundo.

Tem sede em Roma, na Itália. Trabalha em situações de emergência, fornecendo alimentos para salvar vítimas da guerra, conflitos civis e desastres naturais. No pós-emergência o PAM usa a [ajuda alimentar](#) para ajudar as populações a reconstruir as suas vidas.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Os recursos do PAM resultam das contribuições voluntárias, dos governos e privados, quer em dinheiro, quer em espécies (alimentos e outros bens básicos para produzir, armazenar e cozinhar alimentos).

Para mais informações, ver <http://www.wfp.org>

Programa anual de cooperação (Annual co-operation program)

Conjunto de projectos negociados/acordados anualmente com cada país parceiro.

Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) (United Nations Environment Programme (UNEP))

Programa estabelecido em 1972, com sede em Nairobi, no Quênia. Trabalha para promover o desenvolvimento sustentável através de práticas ambientais correctas. As suas actividades cobrem um leque muito variado de aspectos desde a atmosfera aos ecossistemas terrestres, a divulgação de informação e promoção da ciência ambiental, para uma capacidade de alerta prévio e de resposta de emergência em situações de desastre ambiental.

Lidera e encoraja parcerias na área ambiental para melhorar a qualidade de vida das populações sem pôr em causa o futuro das gerações vindouras.

As suas prioridades actuais incluem:

- ? Informação ambiental, investigação e pesquisa, incluindo capacidade de resposta em situações de emergência ambiental e fortalecimento das funções de alerta prévio.
- ? Reforço da coordenação das convenções ambientais e desenvolvimento de instrumentos de política.
- ? Água potável.
- ? Transferência de tecnologia e indústria.
- ? Apoio a África.

Para mais informações, ver <http://www.unep.org>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (United Nations Development Programme (UNDP))

È a principal agência de cooperação do sistema das [Nações Unidas](#), coordenando a maior parte da assistência técnica multilateral. Criada em 1965, pela fusão de duas agências (o Programa Ampliado de Assistência Técnica, de 1950, e o Fundo Especial para o Desenvolvimento, de 1956).

Tem como objectivo a erradicação da [pobreza](#), a promoção de um crescimento acelerado e equitativo e o [desenvolvimento sustentável](#), através do reforço das capacidades humanas e institucionais.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Desenvolve actividades em mais de 170 países, dando apoio financeiro e técnico nas mais diversas áreas, das quais são prioritárias: a governação democrática, a redução da pobreza, a [prevenção de conflitos](#) e [reabilitação](#), energia e ambiente, informação e [tecnologias de informação](#) e VIH/SIDA.

Frequentemente assume o papel de promotor e coordenador de mesas redondas de doadores nos países onde trabalha.

Desde 1990, publica o Relatório do Desenvolvimento Humano, difundindo e aprofundando o conceito de [Índice de Desenvolvimento Humano](#). Publica, também, relatórios nacionais sobre os progressos feitos em matéria de desenvolvimento humano, nos países onde trabalha.

Para mais informação, ver <http://www.undp.org>

Programa das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos - Habitat

(Habitat – United Nations Settlement Programme)

Programa das [Nações Unidas](#) que tem como missão promover o desenvolvimento de estabelecimentos humanos sustentáveis, social e ambientalmente, e conseguir abrigos adequados para todos.

Anteriormente conhecido como o Centro das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos, foi criado em 1978 e é a agência das NU que coordena as actividades em matéria de povoamentos humanos.

É o ponto focal para a implementação da Agenda habitat – um plano global de acção adoptado pela comunidade internacional na Conferência Habitat II, em Istambul, Turquia, em 1996.

As suas actividades contribuem para o objectivo global de redução da pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável, num contexto de mudanças e rápida urbanização mundial.

Para mais informações, ver <http://www.unhabitat.org>

Programa de Ajustamento Estrutural (PAE)

(Structural Adjustment Program)

Conjunto de medidas que têm como objectivo a redução dos défices internos e externos, a diminuição das despesas do governo e o aumento da eficácia da economia. Os PAE surgem na sequência da crise da dívida dos anos 80. As instituições internacionais, sobretudo FMI e Banco Mundial, propõem aos países em desenvolvimento com problemas graves de dívida externa políticas de estabilização que têm objectivos imediatos: a desvalorização da moeda, o agravamento dos impostos, a limitação da impressão da moeda, a contracção das despesas públicas, a limitação do crédito.

Outras medidas incluem: a privatização ou desmantelamento das empresas estatais, o aumento dos preços dos produtos agrícolas para a exportação e a redução dos subsídios destinados aos bens de consumo.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Termo relacionado: [facilidades de ajustamento estrutural reforçadas](#)

Programa de luta contra a Oncocercose

(Oncocercose)

Programa criado em 1974 para a África Ocidental. Resultou da iniciativa conjunta da USAID/OCGE/ OMS e é gerido pelo Banco Mundial. É suportado por fundos da Comunidade de Doadores e pelo apoio dos Países participantes.

Nota: A Oncocercose, vulgarmente conhecida, como a cegueira dos rios, é uma endemia produzida por uma larva veiculada por uma mosca negra particularmente virulenta, constituindo uma das maiores causas de cegueira no mundo em desenvolvimento.

Programa indicativo de cooperação

**(Indicative co-operation
programme)**

Programa de cooperação trienal, negociado com cada país parceiro.

O Programa Indicativo de Cooperação é orientado pelos princípios da cooperação portuguesa, tendo em conta a estratégia de desenvolvimento definida pelos Governos dos países beneficiários, em articulação com as orientações definidas pelo conjunto dos doadores, pelo Banco Mundial e pela União Europeia, fixando uma dotação indicativa global a afectar para o triénio, e o respectivo envelope financeiro para os domínios de intervenção definidos em função das prioridades identificadas.

Este Programa deverá ser executado por Planos Anuais, integrando programas e projectos concretos, sempre que possível com uma rigorosa identificação dos custos e da respectiva fonte de financiamento, devendo ser objecto de ajustamentos decorrentes da avaliação periódica da sua execução, a efectuar no âmbito de uma comissão de acompanhamento bilateral.

Par mais informação, ver <http://www.instcoop.pt>

Programa indicativo nacional

**(National indicative
programme)**

Programa negociado entre a CE e cada país parceiro.

Programa indicativo regional

**(Regional indicative
programme)**

Programa negociado entre a CE e cada grupo regional.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Programa integrado de cooperação (PIC)

(Integrated co-operation programme)

Documento que apresenta, para o período coincidente com o do Orçamento do Estado, a programação das actividades de cooperação a desenvolver e as correspondentes fontes de financiamento, quer nos [PALOP](#) quer noutros países objecto de acções de cooperação. Inclui todos os projectos que os diferentes Ministérios se propõem desenvolver, identificando as principais opções e prioridades.

Os programas integrados da cooperação anuais inscrevem os compromissos que, em cada ano, resultam da execução dos programas indicativos em vigor, de outros projectos isolados que se assumam no âmbito da cooperação com outros países e da [cooperação multilateral](#).

O PIC é submetido à apreciação da Assembleia da República para debate no momento da discussão e aprovação do Orçamento de Estado.

Conjunto de programas e/ou projectos, anual, de toda a cooperação portuguesa, com a identificação das respectivas fontes de financiamento.

Par mais informação, ver <http://www.instcoop.pt>

Programa país

(Country programme)

Ver: [programa indicativo de cooperação](#).

Programação

(Programming)

Fase do ciclo do projecto em que se definem as orientações e princípios gerais da ajuda com um país e/ou região. Fase em que se definem os sectores de intervenção num determinado país receptor, podendo já incluir algumas ideias de programas/projectos a executar.

Termo relacionado: [ciclo do projecto](#).

Programação deslizando

(Rolling programme)

Inovação introduzida no Acordo de Cotonou, nas relações entre a União Europeia e os Estados ACP. Significa que a ajuda a ser concedida no futuro terá como base uma avaliação das necessidades e do desempenho de cada país. Depois de uma tranche inicial, as seguintes só serão desbloqueadas após uma avaliação “objectiva e transparente” da performance do receptor. Ao contrário do que acontecia nas Convenções de Lomé, o envelope financeiro indicativo para cada país não fica cativo, podendo ser redireccionado para outro país que evidencie melhor desempenho.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Projecto

(Project)

Conjunto de operações articuladas para produzir um determinado produto, que visam alcançar um objectivo, num horizonte temporal delimitado.

Projectos de investimento/equipamento

(Investment project)

Tipo de ajuda que inclui os programas de investimento destinados a aumentar e/ou melhorar o stock de capital físico do país beneficiário e os financiamentos para aprovisionamento em bens e serviços indispensáveis a esses programas.

Promoção / Educação para a saúde

(Health Promotion and Education)

A Promoção da Saúde é o processo que visa aumentar a capacidade dos indivíduos e das comunidades para controlarem a sua saúde, no sentido de a melhorar.

Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, o indivíduo ou o grupo devem estar aptos a identificar e realizar as suas aspirações, a satisfazer as suas necessidades e a modificar ou adaptar-se ao meio. Assim, a saúde é entendida como um recurso para a vida e não como uma finalidade de vida.

A saúde é um conceito positivo, que acentua os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Em consequência, a Promoção da Saúde não é uma responsabilidade exclusiva do sector da saúde, pois exige estilos de vida saudáveis para atingir o bem-estar.

Esta definição incluída na Carta de Ottawa (1986), foi baseada nos progressos decorrentes da Declaração sobre os Cuidados de Saúde Primários de Alma-Ata e no documento

As Metas da Saúde para Todos da Organização Mundial de Saúde bem como no debate sobre a acção intersectorial para a saúde, realizado na Assembleia Mundial de Saúde.

A Saúde Sexual e Reprodutiva é parte integrante da Saúde. Assim os pré-requisitos (condições e recursos básicos) para a Saúde, nomeadamente: paz, abrigo, educação, alimentação, recursos económicos, ecossistema sustentável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade são comuns à Saúde Sexual e Reprodutiva.

A promoção da saúde pretende reduzir as desigualdades existentes nos níveis de saúde das populações e assegurar a igualdade de oportunidades e recursos, com vista a capacitá-las para a completa realização do seu potencial de saúde. Para atingir este objectivo, torna-se necessária uma sólida implantação num meio favorável, acesso à informação, estilos de vida e oportunidades que permitam opções saudáveis.

As populações não podem realizar totalmente o seu potencial de saúde sem que sejam capazes de controlar os factores que a determinam. A este princípio deve aplicar-se a perspectiva de género.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Prospectiva

(Prospective)

Reflexão sobre o futuro desenvolvimento de uma sociedade tendo em conta a situação actual e os factores que a afectam.

Publicidade

(Publicity)

Acto de tornar público, de dar a conhecer um facto, um acontecimento. Acto ou efeito de publicar.

Conjunto de meios e acções utilizados para chamar a atenção sobre determinado produto, bem ou situação. A publicidade tem um elemento informativo que incrementa o conhecimento do público sobre determinada realidade ou situação.

Público alvo / População alvo

(Reach)

Beneficiários e outras partes detentoras de interesse (*stakeholders*) numa intervenção de desenvolvimento.

Termo relacionado: [beneficiários](#).

Quadro de resultados

(Results framework)

Representação lógica que explica como um objectivo de desenvolvimento pode ser alcançado tendo em conta as relações causais e os pressupostos.

Termos relacionados: [cadeia de resultados](#), [quadro lógico](#).

Quadro lógico

(Logical framework)

Instrumento que visa melhorar a concepção das acções, mais frequentemente ao nível dos projectos. Isso inclui a identificação dos elementos estratégicos (recursos, resultados imediatos, efeitos, impactes) e suas relações causais, dos indicadores, assim como dos factores externos (riscos) que podem influenciar o sucesso ou fracasso da intervenção. Facilita, assim, a concepção, execução e avaliação de uma intervenção de desenvolvimento.

Termo relacionado: [gestão centrada nos resultados](#).

Ratio

(Ratio)



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Operação matemática que relaciona entre si dados quantitativos.

Reabilitação / Reconstrução

(Rehabilitation/Reconstruction)

Processo de reconstrução pós-conflito ou pós desastre natural que serve de ponte entre a fase de emergência e a de desenvolvimento, ou seja, serve para criar as bases que permitam o desenvolvimento, aproveitando a experiência e os trabalhos realizados na fase de emergência.

Receitas totais

(Total receipts)

Receitas dos países receptores: APD, outras transacções oficiais, fluxos multilaterais e do sector privado.

Receptor

(Recipient/ beneficiary)

País, região ou grupo ao qual se destina a Ajuda. Em termos estatísticos os países receptores são agrupados por categorias de rendimento.

Recomendações

(Recommendations)

Propostas que têm por objectivo promover a eficácia, qualidade ou eficiência de uma intervenção de desenvolvimento, reorientar os objectivos, e/ou redistribuir/reaffectar recursos. As recomendações devem estar relacionadas com as conclusões.

Recursos

(Inputs)

Meios financeiros, humanos e materiais usados numa intervenção de desenvolvimento, para produzir determinados resultados.

Recursos concessionais

(Concessional resources)

Recursos concedidos em condições mais favoráveis que as condições de mercado (ver [nível de concessionabilidade](#)).

Recursos financeiros

(Financial resources)

Quantidade de recursos materiais e monetários disponíveis para produzir bens e serviços.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Recursos humanos (Human resources)

Qualidade e quantidade do esforço humano disponível para produzir bens e serviços.

Recursos locais (Local resources)

Quantidade e qualidade dos recursos locais utilizados numa intervenção de desenvolvimento.

Recursos / Meios (Inputs)

Meios financeiros, humanos e materiais usados para a intervenção de desenvolvimento.

Rede (Network)

Interligação de diversos actores, instituições ou sectores de cooperação.

Redes de segurança social (Social safety nets)

Medidas do sector público para proteger os pobres e os vulneráveis e que incluem esquemas de trabalho público, segurança alimentar, benefícios para os desempregados, etc.

Há também redes de segurança do sector privado implementadas por Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS) e/ou por ONG.

Reestruturação da dívida (Debt reorganisation)

Qualquer acção oficial acordada entre credor e devedor que altera os termos previamente estabelecidos para o pagamento. Isto pode incluir perdão da dívida (extinção do empréstimo), ou redefinição do calendário de pagamentos que pode ser implementado quer revendo o calendário quer fazendo novo empréstimo de refinanciamento.

Processo que se realiza quando um devedor não está em condições de pagar os compromissos assumidos ou quando ambas as partes, por motivos diversos, preferem modificar os termos da dívida previamente contraída.

A reestruturação da dívida inclui, quase sempre, a modificação dos prazos de vencimento, fazendo com que se elimine assim a acumulação de dívidas a curto prazo e estas de convertam em dívidas consolidadas a longo prazo; o reescalamento da dívida, ou seja, a mudança dos montantes anuais a pagar, por forma a que estes se tornem mais uniformes ou graduais; a modificação das taxas de juro e outras cláusulas semelhantes. Também se procede



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

por vezes ao refinanciar da dívida previamente contraída, ou seja, emitem-se novos empréstimos, em condições mais acessíveis, com os quais se pagam os anteriores.

O processo de reestruturação da dívida foi frequente nos anos 80, quando muitos países em desenvolvimento se encontravam em incapacidade técnica de honrar os seus compromissos, devido à subida das taxas de juro e ao escasso retorno dos projectos financiados pelos empréstimos internacionalmente contraídos. Nestas actividades participaram activamente o FMI e o BM.

É também utilizado o termo renegociação da dívida.

Reforma organizacional / Reestruturação interna (Downstream organizational review)

Processo de revisão que visa mudar determinadas actividades e serviços; reestruturação detalhada de uma determinada agência.

Refugiados (Refugees)

Pessoas que devido a razões de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade ou pertença a determinado grupo, se encontram fora do seu país e não podem ou não querem voltar, por temer pela sua sobrevivência.

Relatório (Report)

Documento escrito que relata determinado processo (concepção, acompanhamento, avaliação, missão, etc.).

Relatório de actividades (Activities report)

Exposição escrita e minuciosa do conjunto de acções de cooperação desenvolvidas pelos respectivos organismos no âmbito da sua actividade.

Relatório de contas (Count report)

Documento referente a um determinado período em que figuram o balanço e a demonstração dos resultados, bem como os anexos destes.

Relatório inicial/prévio (Inception report)



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Documento sobre a finalização da definição de um projecto.

Relevância / Pertinência

(Relevance)

Medida segundo a qual os objectivos de uma intervenção de desenvolvimento correspondem às expectativas dos beneficiários, às necessidades do país, às prioridades globais, às políticas dos parceiros e dos doadores.

Nota: retrospectivamente, a questão da relevância consiste frequentemente em colocar a questão de saber se os objectivos da intervenção ou a sua concepção continuam adequados tendo em conta a evolução do contexto.

Rentabilidade

(Profit)

Indicador da capacidade de um projecto para gerar rendimento, a todos os níveis.

Reportar / Elaborar relatórios

(Reporting)

Dar conta dos resultados de uma investigação. Descrever. Passar a escrito detalhes de procedimento, para registo ou publicação.

Investigar, observar, examinar, verificar.

Termo relacionado: [acompanhamento / monitorização](#)

Reprodução/efeito multiplicador

(Replication)

Efeito de repetição de um acontecimento ou facto sem alterar o essencial.

Resolução de conflitos

(Conflict resolution)

Processo através do qual um conflito é resolvido por meios não violentos e de forma relativamente estável, primeiro através da análise e identificação das causas subjacentes ao conflito e, depois, pelo estabelecimento de condições estruturais em que as necessidades e interesses de todas as partes envolvidas possam ser satisfeitas simultaneamente.

Responsabilidade de prestar contas / Transparência

(Accountability)

Obrigações de demonstrar que o trabalho foi conduzido de acordo com as regras e as normas estabelecidas, ou obrigação de demonstrar de forma clara e imparcial os resultados e o



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

desempenho face ao estipulado e/ou aos objectivos fixados. Isto pode exigir uma demonstração precisa, eventualmente jurídica, de que o trabalho foi realizado segundo os termos do contrato.

Nota: no contexto do desenvolvimento, o termo pode referir-se à obrigação dos parceiros de agir segundo as responsabilidades claramente estabelecidas, respectivos papéis e expectativas de desempenhos, muitas vezes no respeito de uma gestão prudente dos recursos. No que diz respeito aos avaliadores, o termo está relacionado com a responsabilidade de fornecer apreciações do desempenho e relatórios de acompanhamento/monitorização precisos, imparciais e credíveis. Para os decisores e gestores do sector público, o dever de prestar contas efectua-se perante os contribuintes e os cidadãos.

Resultados

(Results)

Produtos, efeitos ou impactes (esperados ou não, positivos e/ou negativos) de uma intervenção de desenvolvimento.

Termos relacionados: [efeito](#), [impacte](#).

Retorno

(return/regress)

Regresso ao seu local de origem dos refugiados que estiveram noutra país ou noutra região em consequência de um conflito ou de um desastre de origem natural, após o fim do conflito ou criadas as condições de estabilidade para o seu regresso.

Retroacção / Assimilação de ensinamentos

(Feedback)

Transmissão das constatações resultantes do processo de avaliação a todos os que podem tirar lições úteis e pertinentes com o objectivo de facilitar a aprendizagem. Isto pode implicar reunir e difundir as constatações, conclusões, recomendações e lições aprendidas.

Saúde reprodutiva e saúde sexual

(Reproductive health and sexual health)

Termo que se refere aos direitos relativos à protecção contra a doença e o abuso, acesso a contraceptivos e ao direito da mulher fazer escolhas relativamente à gravidez e ao parto.

Estado geral de bem-estar físico, mental e social, e não de mera ausência de doenças, em todos os aspectos relacionados com o sistema reprodutivo suas funções e processos. A saúde reprodutiva é o estado de completo bem-estar físico, mental e social.

É um termo holístico que inclui informação e serviços de planeamento familiar, cuidados de saúde materna, prevenção e monitorização das infecções sexualmente transmissíveis, VIH/SIDA e o desencorajamento da mutilação genital feminina.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

A prevenção e tratamento das Infecções Sexualmente Transmissíveis, incluindo o VIH/SIDA, é parte integrante da saúde reprodutiva.

A Saúde Reprodutiva corresponde à integração dos aspectos somáticos, emocionais, intelectuais e sociais, em formas positivas e enriquecedoras para as pessoas contribuindo para a (OMS, 1995).

A perspectiva de género, o acesso a serviços de saúde reprodutiva, a métodos contraceptivos seguros e a reposição atempada de *stocks* e o envolvimento masculino devem ser incluídos nos objectivos destes programas.

Secretariado

(Secretariat)

Órgão das [Nações Unidas](#), dirigido pelo Secretário Geral, que é o mais alto funcionário da Organização e que é nomeado pela [Assembleia Geral](#), por recomendação do [Conselho de Segurança](#).

Constituído por 7 departamentos e vários gabinetes onde trabalham cerca de 8 900 funcionários, originários de 160 países.

Os serviços do Secretariado têm centros de informação das Nações Unidas nas principais cidades do Mundo (exemplo, Lisboa).

Para mais informações, ver <http://www.onuportugal.pt> e <http://www.un.org>

Sector

(Sector)

Grupo interligado de actividades quer ao nível macro, quer micro, bem delimitado em termos orçamentais e institucionais e para o qual o governo desenvolve uma política.

Sector formal

(Formal sector)

Ver: [sector](#).

Sector informal

(Informal sector)

Parte da economia de um país constituída por trabalhadores por conta própria e pequenas empresas que não estão plenamente integradas no quadro institucional que regula as actividades económicas. No sector informal não só não se cumprem as leis do trabalho nem outras regras que o Estado impõe ao sector privado como não se pagam impostos e taxas que as finanças exigem.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

O sector informal tem grande amplitude nos países em desenvolvimento e é muito importante para as estratégias de sobrevivência de muitas famílias que frequentemente desenvolvem actividades no sector formal mas, devido aos baixos salários, necessitam de completar o rendimento familiar com outras actividades.

Sector produtivo

(Productive sector)

Termo utilizado para a produção de bens e serviços. Num contexto de desenvolvimento cobre as actividades secundárias (manufatura ou pequena escala) e as actividades terciárias (ou serviços).

No contexto da cooperação inclui a produção orientada para as actividades (muitas vezes de pequena escala) que criam emprego e geram rendimento através da venda de bens e serviços nos sectores primário, secundário e terciário.

Segurança alimentar

(Food security)

Acesso físico, económico e social aos alimentos necessários para uma vida activa e saudável, por todos os membros de uma comunidade, em qualquer momento e sem risco de o perder.

Sensibilização / Lobby

(Advocacy)

Defesa de uma política, causa ou ideia.

Serviço da dívida

(Debt service)

Pagamento feito pelo devedor ao credor, de acordo com o estipulado no contrato de empréstimo. Inclui uma ou todos os pagamentos de taxas de juros e o pagamento das prestações do empréstimo. Quando o empréstimo é a muito longo prazo a maior parte do serviço da dívida são as taxas de juros.

Sistema da cooperação

(Co-operation system)

Conjunto de elementos da cooperação, reunidos de maneira a formar um todo intimamente relacionado.

Sistema de alerta prévio

(Early warning)

Instrumento de prevenção de conflitos baseado na aplicação sistemática de procedimentos padronizados de recolha, análise e processamento de dados relativos a situações



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

potencialmente violentas, destinado a alertar os centros de decisão política para a adopção atempada de medidas que evitem o eclodir do conflito assim como a sua intensificação ou alastramento.

Sociedade civil (Civil society)

Ver: [Organizações da sociedade civil](#).

Sociedade Financeira Internacional (SFI) (International Finance Corporation (IFC))

Instituição financeira, criada em 1955, que faz parte do [Grupo do Banco Mundial](#), destinada a mobilizar fundos para o investimento no sector privado dos países em desenvolvimento, sobretudo através da mobilização de capitais no mercado financeiro internacional.

Também dá apoio técnico e aconselhamento a governos e empresários nos Países em desenvolvimento.

Todos os seus créditos são concessionais. A lista de países elegíveis é estabelecida pelo Banco Mundial.

Para mais informação, ver <http://www.ifc.org/>

Subsídio (Subsidy)

Quantia concedida pelo [Estado](#) ou por entidades e organismos públicos a organizações de utilidade pública para assegurar o prosseguimento das actividades que exercem.

Subvenção (Subvention)

Ver: [subsídio](#).

Sucesso (Success)

Resultado positivo de um projecto ou programa apreciado do ponto de vista da [eficácia](#), do [impacte](#), da [sustentabilidade](#) e da sua contribuição para o reforço das capacidades locais.

Sumário executivo (Executive summary)



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Síntese não técnico elaborado com o objectivo de fornecer uma visão rápida do conteúdo do respectivo relatório.

Supervisão (Supervision)

Revisão de um trabalho realizado ou acompanhamento de uma intervenção em fase de elaboração, exercida por um supervisor.

Sustentabilidade (Sustainability)

Continuação dos benefícios resultantes de uma intervenção de desenvolvimento, após a sua conclusão.

Probabilidade de os benefícios perdurarem a longo prazo. Situação em que as vantagens líquidas são susceptíveis de resistir aos riscos ao longo do tempo.

TACIS (TACIS)

Programa de assistência técnica e financeira aos Novos Estados Independentes (Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Federação Russa, Geórgia, Moldava, Quirguistão, Tadjiquistão, Turquemenistão, Ucrânia e Uzbequistão) e à Mongólia. Procura desenvolver as competências locais.

Taxa de inscrição/matricula (Enrolment ratio)

Relação entre o número de inscritos num determinado grau de ensino e a população em idade de o frequentar.

Tecnologias de informação e comunicação (TIC) (Information and communication technologies (ICT))

Todos os meios de recolha, conservação, processamento, transmissão e apresentação de informação (voz, dados, texto, imagem).

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) são cada vez mais centrais no esforço de redução da pobreza. As TIC possibilitam o acesso a informação que pode criar oportunidades acrescidas, melhorar o acesso aos serviços básicos ou aumentar o impacto das intervenções na educação e na saúde. As TIC também dão aos pobres uma voz para exigir reformas e apoio governamental.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Termos de Referência

(Terms of Reference)

Documento escrito que apresenta o objectivo e âmbito da avaliação, os métodos a serem utilizados, as referências que permitem apreciar o desempenho ou conduzir a análise, os recursos e o tempo necessários, assim como as condições de apresentação e difusão dos resultados. Dito de outra forma, trata-se do caderno de encargos da avaliação.

Tranche

(Tranche)

Empréstimo ou donativo emitido em datas sucessivas.

Parcela de uma ajuda financeira. Por vezes, é necessário respeitar certas condições para que nova tranche seja disponibilizada.

Transferência líquida

(Net transfer)

Fluxos líquidos menos o pagamento das taxas de juros.

Transparência

(Transparency)

Deixar transparecer a realidade sem a alterar.

Triangulação

(Triangulation)

Utilização de pelo menos três teorias, fontes ou tipos de informação, ou tipos de análise para verificar e sustentar uma apreciação ou um ponto de vista.

Nota: através da combinação de várias fontes, métodos, análises ou teorias, os avaliadores visam superar os enviesamentos que surgem quando se trabalha com uma única fonte de informação, um único observador, um único método ou uma única teoria.

Tribunal Internacional de Justiça

(International Court of Justice)

Principal órgão judiciário das [Nações Unidas](http://www.un.org). Resolve conflitos jurídicos entre Estados e dá opiniões consultivas em matéria jurídica, quando solicitadas pela [Assembleia Geral](http://www.un.org), [Conselho de Segurança](http://www.un.org) e/ou outro órgão das Nações Unidas.

Com sede em Haia, é constituído por 15 juizes, independentes dos Estados de origem, eleitos por 9 anos e reelegíveis pela Assembleia Geral.

Para mais informações, ver <http://www.onuportugal.pt> e <http://www.un.org>



Glossário da Cooperação

União Africana

(African Union)

A União Africana (UA) nasceu formalmente a 26 de Maio de 2001, devendo substituir, em 2002, a Organização de Unidade Africana (OUA), criada em 1963 na cidade de Addis-Abeba.

Esta nova entidade foi proclamada em Março de 2002, na terra natal de Khadafi, Sirta, durante uma cimeira extraordinária da OUA, em que participaram os 53 Estados-membros. Terá igualmente sede em Addis-Abeba. Depois de se ter verificado que a OUA não estava a conseguir objectivos tão essenciais como a paz e o bem-estar dos povos do continente, decidiu-se promover a UA, como uma federação de países que eventualmente viesse um dia a chamar-se Estados Unidos da África.

Os princípios da nova União consagram o respeito pelas fronteiras existentes e a não ingerência de uns países nos assuntos dos outros, condenando de igual modo "as mudanças de regime que sejam anticonstitucionais".

A UA será dirigida por um órgão supremo, a Conferência da União, congregando Chefes de Estado e de Governo. E terá tanto uma Comissão, de carácter executivo, como um Conselho de Ministros para tratar de assuntos tais como o comércio, a energia, os transportes, a educação, a saúde e a cultura. Os textos que a constituem prevêem o desenvolvimento de uma comunidade económica africana, já preconizada pela OUA em 1991 mas que nunca chegou a concretizar-se.

Termo relacionado: [Organização de Unidade Africana](#)

Para mais informações, ver <http://www.oau-oua.org/>

União Económica e Monetária da África do Oeste (UEMOA)

A União Económica e Monetária da África do Oeste (UEMOA) foi criada em 1994, através do Tratado assinado em Dakar pelos Chefes de Estado e de Governo de sete países da África Ocidental, que têm em comum o Franco Francês. Trata-se do Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. Em 1997, a Guiné-Bissau tornou-se o 8º membro da União.

Tem como objectivos:

- reforçar a competitividade das actividades económicas e financeiras dos Estados Membros no quadro de um mercado aberto e competitivo e de um ambiente jurídico harmonizado;
- assegurar a convergência das performances e das políticas económicas dos Estados Membros;
- criar um mercado comum baseado na livre circulação das pessoas, serviços, capitais e pelo direito de estabelecimento das pessoas que exercem uma actividade independente ou assalariada, bem como sobre uma Tarifa Externa e uma política comercial comuns;
- instituir a coordenação das políticas sectoriais nacionais e, eventualmente, de políticas comuns, nomeadamente nos seguintes domínios: recursos humanos, gestão do território, agricultura, energia, indústria, minas, transportes, infra-estruturas e telecomunicações;



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

- harmonizar, para o bom funcionamento do mercado comum, as legislações dos Estados Membros particularmente, o regime da fiscalidade.

Para mais informações, ver <http://www.uemoa.int/Index.htm>

União Europeia

(European Union)

A União Europeia (UE) resulta do processo de integração europeia que foi lançado a 9 de Maio de 1950, quando França propôs oficialmente a criação da "primeira fundação concreta de uma federação europeia". Foram seis os países fundadores (Bélgica, Alemanha, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos). Após quatro vagas de adesão (1973: Dinamarca, Irlanda e Reino Unido; 1981: Grécia; 1986: Espanha e Portugal; 1995: Áustria, Finlândia e Suécia). Actualmente reúne quinze Estados-membros e prepara-se para a adesão de treze países da Europa de Leste e do Sul.

A União Europeia assenta no princípio do Estado de direito e na democracia. Não se trata nem de um novo Estado que pretende substituir os Estados actuais, nem é comparável com outras organizações internacionais. Os seus Estados-membros delegam soberania em instituições comuns que representam os interesses de toda a União em questões de interesse comum, entre as quais a da cooperação para o desenvolvimento internacional. Todas as decisões e procedimentos decorrem dos tratados de base, ratificados pelos Estados-membros.

Os principais objectivos da União são:

- ? *Instituir uma cidadania europeia* (Os direitos fundamentais; Liberdade de circulação; Direitos civis e políticos);
- ? *Criar um espaço de liberdade, de segurança e de justiça* (Cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos);
- ? *Promover o progresso económico e social* (Mercado Único; Euro, a moeda comum; Criação de emprego; Desenvolvimento regional; Protecção do ambiente);
- ? *Afirmar o papel da Europa no mundo* ([Política externa e de segurança comum](#); A União Europeia no Mundo).

A UE é gerida, com base no princípio do Estado de direito, por cinco instituições, desempenhando cada uma delas o seu papel específico:

- ? o [Parlamento Europeu](#) (eleito pelos cidadãos dos Estados-membros);
- ? o *Conselho da União* (composto pelos governos dos Estados-membros);
- ? a [Comissão Europeia](#) (força motora e órgão executivo);
- ? o *Tribunal de Justiça* (garante do respeito pela legislação);
- ? o *Tribunal de Contas* (garante da boa gestão do orçamento da UE).

Também fazem parte da União Europeia os seguintes órgãos:

- ? *Comité Económico e Social Europeu* (que representa as posições da sociedade civil organizada sobre questões económicas e sociais);
- ? *Comité das Regiões* (que representa as posições das autoridades regionais e locais em matéria de política regional, de ambiente, de educação, etc.);
- ? *Provedor de Justiça Europeu* (que instrui as queixas dos cidadãos acerca de casos de má administração por parte de uma instituição ou órgão da UE);
- ? [Banco Europeu de Investimento](#) (que contribui para a realização dos objectivos da UE através do financiamento de investimentos públicos e privados a longo prazo);



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

? *Banco Central Europeu* (responsável pela política monetária e pelas operações de câmbio).

O sistema é completado por uma série de agências e organismos.

Utilidade (Usefulness)

Em que medida uma avaliação produz e dissemina relatórios com informação relevante a todos os que podem beneficiar dessa informação no seu trabalho futuro.

Validade (Validity)

Disposição segundo a qual as estratégias e os instrumentos de recolha de informação permitem medir o que é suposto medirem.

Verificação (Verification)

Função administrativa independente da gestão que é realizada para assegurar que a execução é feita de acordo com as regras e os procedimentos sendo capaz de avaliar a qualidade da gestão.

Viabilidade (Feasibility)

Até que ponto os recursos disponíveis permitem a realização de determinada actividade ou [intervenção de desenvolvimento](#).

Volume (Volume)

Dados sobre os fluxos de [ajuda](#), normalmente expressos em dólares, para comparações internacionais. Dão uma ideia real da evolução dos fluxos ao longo do tempo. São normalmente expressos a preços e taxas de câmbio constantes, com a referência a um ano específico.

Voluntariado (Voluntary)

Ação realizada por um voluntário.

Conjunto de organizações que trabalham com voluntários.



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Voluntários

(Volunteers)

Pessoas que trabalham na cooperação para o desenvolvimento sem que lhes seja imposto e sem receber remuneração salarial.

Voluntários das Nações Unidas (VNU)

**(United Nations Volunteers
(UNV))**

Programa das Nações Unidas que apoia o desenvolvimento humano global através da promoção do voluntariado e da mobilização de voluntários, considerando que o voluntarismo dá um importante contributo, económico e social, para a coesão das sociedades na construção/reforço da confiança e reciprocidade entre cidadãos.

É administrado pelo PNUD. Cada ano cerca de 5 000 voluntários originários de mais de 150 países diferentes apoiam activamente o trabalho dos programas, fundos e agências especializadas das Nações Unidas.

Par mais informações, ver <http://www.unv.org/>

Zona do Franco

Grupo de países do qual fazem parte a França e suas actuais e antigas colónias.

Tem como objectivo o estabelecimento de acordos bilaterais entre a França e cada país ou grupo de países membros para a vinculação das suas moedas ao franco francês.



Glossário da Cooperação

Índice

Abordagem.....	1
Abordagem integrada do desenvolvimento.....	1
Abordagem sectorial ampla.....	1
Aborto inseguro.....	1
Acompanhamento / Monitorização.....	2
Acompanhamento/monitorização dos desempenhos.....	2
Aconselhamento de Jovens.....	2
Acordo de assistência.....	3
Acordo de Cotonou.....	3
Acordo Geral sobre o Comércio e os Serviços (GATT).....	3
Actividade.....	3
Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI).....	4
Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD).....	4
Agenda 21.....	4
Agregado familiar / Família.....	4
Ajuda.....	4
Ajuda a programas.....	4
Ajuda alimentar.....	5
Ajuda alimentar de emergência.....	5
Ajuda aos refugiados, repatriados e deslocados.....	5
Ajuda bilateral.....	5
Ajuda de emergência.....	6
Ajuda humanitária.....	6
Ajuda ligada.....	6
Ajuda multilateral.....	6
Ajuda não ligada / ajuda desligada.....	6
Ajuda parcialmente ligada.....	7
Ajuda programada.....	7
Ajuda projecto.....	7
Ajuda pública (AP).....	7
Ajuda pública líquida.....	7
Ajuda pública para o desenvolvimento (APD).....	7
Alcance da avaliação.....	8
Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).....	8
Amortização.....	9
Análise.....	9
Análise / Revista / Levantamento.....	9
Análise custo-benefício.....	9
Análise de custos.....	9
Análise de riscos.....	10
Aperfeiçoamento.....	10
Apoio à balança de pagamentos.....	10
Apoio à exportação.....	10
Apoio à importação.....	10
Apreciação.....	10
Apreciação da pobreza.....	11
Apreciação de necessidades.....	11
Apreciação prévia.....	11
Apropriação.....	11
Aquisição.....	11



Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

Glossário da Cooperação

Áreas transversais	12
Asilo	12
Assembleia Geral.....	12
Assistência técnica.....	12
Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID)	13
Atelier / grupo de trabalho em sala	13
Atribuição / Imputação	13
Auditoria	13
Auto-avaliação.....	14
Avaliabilidade	14
Avaliação.....	14
Avaliação a meio percurso.....	14
Avaliação conjunta.....	15
Avaliação de conjunto(s).....	15
Avaliação de impacte	15
Avaliação de processos.....	15
Avaliação de programa	15
Avaliação de programa nacional / Avaliação da ajuda a um país	16
Avaliação de programa sectorial.....	16
Avaliação de projecto.....	16
Avaliação externa	16
Avaliação final / Avaliação ex-post.....	16
Avaliação formativa	16
Avaliação independente.....	17
Avaliação interna	17
Avaliação no percurso.....	17
Avaliação participativa	17
Avaliação prévia / Pré-avaliação / Avaliação ex-ante	17
Avaliação qualitativa.....	18
Avaliação sectorial	18
Avaliação sumativa	18
Avaliação temática	18
Avaliador.....	18
ASEAN.....	18
Balança comercial.....	19
Balança de pagamentos.....	19
Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD).....	19
Banco Asiático de Desenvolvimento (BAfD)	19
Banco Europeu de Investimento (BEI)	20
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIAD).....	20
Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD)	20
Banco Mundial (BM).....	21
Bancos de desenvolvimento multilateral	21
Beneficiários.....	21
Bens públicos internacionais.....	21
Boa governação.....	223
Bolo comum.....	223
Bolsa de estudo.....	222
Bolseiro	222
Bons ofícios	222
Cabimentação	222
Cadeia de resultados.....	23



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Cansaço da ajuda.....	23
Capacidade.....	233
Capacidade de absorção.....	233
Capacitação /empoderamento.....	233
Capacitação/empoderamento de género.....	24
Capacitação/empoderamento de jovens e mulheres.....	24
Capital humano	244
Capital social	244
Cenário em ausência de intervenção	25
Centro das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos - Habitat.....	25
Centro Internacional para a Resolução de Diferendos relativos a Investimentos (CIADI)	255
Ciclo do projecto.....	255
Clube de Paris	255
Clube do Sahel	266
Coerência	26
Cofinanciamento	266
Colaboração	266
Comércio justo.....	266
Comida ou dinheiro por trabalho	266
Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (CEPAL)	27
Comissão Económica para África (CEA).....	27
Comissão Europeia (CE)	28
Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC)	28
Comité de Ajuda para o Desenvolvimento (CAD)	288
Comité de Ligação.....	29
Comité permanente inter-Estados de luta contra a desertificação do Sahel	29
Competências	29
Complementaridade.....	299
Compromisso.....	30
Comunidade Britânica.....	30
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)	300
Comunidade Económica da África Oriental	300
Comunidade Económica da África Ocidental (CEAO)	311
Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)	311
Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)	311
Comunidade Francesa.....	311
Comunidade para o desenvolvimento da África Austral (SADC)	32
Concepção do projecto.....	322
Conclusões (de uma avaliação)	322
Condicionabilidade	322
Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED)	33
Conferência do Milénio	333
Conferência Intergovernamental (CIG)	333
Conselho da União Europeia	344
Conselho de Segurança.....	35
Conselho de Tutela	355
Conselho Económico e Social (ECOSOC).....	355
Conselho Europeu.....	36
Consolidação/construção da paz.....	366
Consolidação da democracia	366
Consórcio	37
Constatações / Achados	377



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Consultores	377
Consultoria	377
Contrato	377
Contribuições voluntárias	377
Controle financeiro	38
Convenção de Lomé	38
Cooperação bilateral.....	388
Cooperação descentralizada.....	388
Cooperação financeira	39
Cooperação intermunicipal	39
Cooperação institucional.....	39
Cooperação multilateral.....	39
Cooperação para o desenvolvimento.....	39
Cooperação técnica.....	40
Cooperante.....	400
Cooperar	400
Coordenação.....	400
Corporações transnacionais	41
Credibilidade	41
Crédito	411
Créditos à exportação.....	411
Créditos de ajuda ligada.....	411
Créditos mistos	411
Crescimento económico.....	42
Crescimento económico a favor dos pobres.....	422
Criação/reforço de capacidades	422
Critério	422
Curto prazo	43
Custo directo.....	43
Custo indirecto	43
Custo local.....	433
Custo-eficácia	433
Custos recorrentes.....	433
Dados da situação prévia	433
Declaração de Petersberg (Missões de Petersberg).....	44
Democracia	444
Democratização.....	444
Descabimentação	45
Descativação.....	455
Desembolsos.....	455
Desembolsos líquidos.....	455
Desempenho / Performance	455
Desenvolvimento	455
Desenvolvimento de capacidades	46
Desenvolvimento dirigido pelas comunidades	466
Desenvolvimento económico.....	466
Desenvolvimento humano.....	466
Desenvolvimento humano sustentável.....	47
Desenvolvimento institucional.....	477
Desenvolvimento participativo.....	477
Desenvolvimento sustentável.....	477
Deslocados	488



Glossário da Cooperação

Desmilitarização.....	488
Detentores de interesse.....	488
Diagnóstico rural rápido	488
Diagramas de árvores.....	49
Diplomacia preventiva.....	49
Directrizes / normas.....	49
Direitos Humanos.....	49
Direitos Sexuais e Reprodutivos.....	50
Disseminação.....	500
Dívida externa	500
Doação global.....	51
Doador.....	51
Documento de Orientação Estratégica	511
Documento do projecto.....	511
Documento estratégico de redução da pobreza.....	511
Documento-quadro das políticas.....	52
Donativo / Doação.....	52
Donativos às ONGD.....	522
Donativos canalizados através de ONGD.....	522
ECHO.....	522
Economia	53
Educação global.....	533
Educação inter-pares	533
Educação para o desenvolvimento.....	533
Educação para todos.....	54
Educação sanitária	544
Educação sexual.....	544
Efeito.....	55
Efeito / Resultado.....	55
Eficácia	555
Eficiência.....	555
Elemento donativo.....	555
Em benefício dos pobres.....	555
Empréstimos APD.....	56
Empréstimos de ajustamento estrutural.....	56
Equidade.....	566
Equidade de género	566
Equipa de avaliação.....	566
Erradicação da pobreza	566
Escravidão na pobreza	57
Estabelecimento da paz.....	577
Estado.....	577
Estado de direito.....	577
Estados ACP.....	58
Estratégia	588
Estratégia de ajuda por país	588
Estratégia de desenvolvimento do sector privado.....	59
Estratégia de redução da pobreza	59
Estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável.....	59
Estudo de base / Estudo de situação prévia	59
Estudo de caso.....	59
Estudo de impacte ambiental.....	59



Glossário da Cooperação

Estudo longitudinal.....	60
Estudo transversal.....	60
Estudo de viabilidade	60
Europeaid	600
Exame	600
Execução	61
Execução orçamental.....	61
Executor.....	61 1
Expatriado	61 1
Facilidades de ajustamento estrutural reforçadas	61 1
Facilidade de crescimento e de redução da pobreza	61 1
Facilidade de investimento.....	62
Factor externo.....	622
Fase.....	622
Fiabilidade.....	622
Finalidade	63
Financiador	63
Financiamento	63
Financiamento público do desenvolvimento.....	633
Financiamentos associados	633
Fluxos equiparados a donativos	633
Fluxos privados.....	633
Fontes de financiamento.....	64
Fontes secundárias.....	64
Formação.....	644
Formação de formadores em saúde sexual e saúde reprodutiva.....	644
Formadores	65
Formando	65
Fórum do Pacífico Sul.....	65
Fundação para Criar Capacidades Africanas	655
Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).....	655
Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP)	66
Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital.....	666
Fundo de confiança.....	666
Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.....	67
Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)	677
Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA).....	677
Fundo Monetário Internacional (FMI).....	68
Fundo para o ambiente mundial.....	688
Fundos de contrapartida.....	69
G-5.....	69
G-7	69
G-8.....	69
G-10.....	69
G-15.....	69
G-20.....	70
G-22.....	700
G-24.....	700
G-30.....	71
G-33.....	71 1
(G-33).....	71 1
G-77.....	71 1



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Garantia de qualidade.....	722
Género.....	722
Gestão centrada nos resultados.....	722
Gestão de desastres.....	722
Gestão do ciclo do projecto.....	73
Gestão e resolução de conflitos.....	733
Globalização.....	733
Globalização da economia (mundialização).....	733
Governança.....	74
Grupo alvo / População alvo.....	744
Grupo controle.....	744
Grupo do Banco Mundial (BM).....	744
Identificação.....	744
Igualdade de género.....	75
Impacte em termos de desenvolvimento institucional.....	755
Impactes.....	755
Implementação.....	755
Imposição da paz.....	755
Incidência da pobreza.....	76
Indicador.....	766
Indicador de desempenho / Indicador de performance.....	766
Índice de desenvolvimento humano (IDH).....	766
Índice de desenvolvimento relacionado com o género.....	766
Índice de pobreza humana.....	766
Iniciativa 20/20.....	77
Iniciativa de revisão participada do ajustamento estrutural.....	777
Iniciativa especial para África.....	777
Iniciativa para os países pobres fortemente endividados.....	777
Inspecção.....	788
Instituições de Bretton Woods.....	788
Instituições financeiras internacionais.....	788
Instituições multilaterais.....	788
Instituto Camões.....	788
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).....	79
Instrução.....	79
Instrumentos de análise.....	80
Instrumentos de recolha de dados.....	80
Interdependência.....	800
Intervenção de desenvolvimento.....	800
Intervenção humanitária.....	80
Investimento directo.....	80
Investimento directo externo/estrangeiro.....	81
Leitor.....	81
Leitorado.....	811
Levantamento das necessidades.....	811
Lições aprendidas / Ensinamentos.....	811
Limiares de pobreza.....	811
Livros brancos.....	821
Livros verdes.....	822
Longo prazo.....	822
Macroeconomia.....	822
Manutenção da paz.....	83



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Matriz de enquadramento lógico (MEL)	833
Maturidade.....	833
Mecenato.....	833
MEDA.....	84
Media	844
Média	844
Medição dos desempenhos.....	844
Mercado.....	844
Mercado negro / Mercado paralelo	844
Mercado Comum do Cone Sul - Mercosul.....	855
Mercado Comum Asiático - AFTA	855
Metavaliação.....	86
Microcrédito	86
Micro-empresas.....	866
Missão.....	866
Missão de investigação	866
Mulher e desenvolvimento.....	866
Mundialização	87
Nações Unidas.....	87
Não desembolsado.....	877
Necessidades.....	877
Nível de concessionalidade ou de liberalidade.....	877
Objectivo de desenvolvimento / Objectivo específico	88
Objectivo do projecto ou do programa	888
Objectivo geral / Finalidade.....	888
Objectivos da ajuda (CAD)	888
Objectivos internacionais de desenvolvimento.....	888
Observação.....	89
Observação participante.....	89
Operações de paz.....	89
Operações de restauração da paz e de mitigação de conflitos.....	89
Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)	89
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).....	90
Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI).....	90
Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)	91
Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).....	911
Organização de Unidade Africana (OUA)	911
Organização Internacional do Trabalho (OIT)	92
Organização multilateral.....	922
Organização Mundial de Saúde (OMS).....	93
Organização Mundial do Comércio (OMC).....	93
Organização não governamental de desenvolvimento (ONGD)	933
Organizações da sociedade civil.....	944
Outorga.....	94
Outros fluxos oficiais	944
Outros países de baixo rendimento	944
Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)	944
Países desenvolvidos.....	944
Países do Norte.....	95
Países do Sul.....	95
Países e territórios receptores	955
Países em desenvolvimento (PED).....	955



Glossário da Cooperação

Países em desenvolvimento, de rendimento alto.....	96
Países em desenvolvimento, de rendimento médio alto.....	96
Países em desenvolvimento, de rendimento médio baixo.....	966
Países menos avançados (PMA).....	966
Países pobres fortemente endividados.....	97
Paradigma.....	977
Parceiros.....	977
Parceria.....	988
Parceria estratégica para África.....	98
Parceria para a paz.....	98
Parlamento Europeu.....	988
Participação.....	99
Patrocinador.....	99
Período de graça.....	99
Peritos.....	99
Pesquisa/investigação.....	99
Pessoal.....	99
PHARE.....	99
Planeamento.....	1000
Planeamento familiar.....	1000
Plataforma das ONGD.....	101
Pobreza.....	1011
Pobreza crónica.....	1011
Política de cooperação.....	1011
Política externa e de segurança comum (PESC).....	1011
Ponto de referência / Padrão / Índice de Comparação / Marco.....	102
Posição comum (PESC).....	102
Pressupostos / Hipóteses.....	1022
Prevenção de conflitos.....	1022
Prevenção e programas VIH/SIDA e outras IST (infecções sexualmente transmissíveis).....	103
Produto / Resultado imediato.....	1033
Programa.....	1033
Programa Alimentar Mundial (PAM).....	1033
Programa anual de cooperação.....	104
Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA).....	104
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).....	1044
Programa das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos - Habitat.....	1055
Programa de Ajustamento Estrutural (PAE).....	1055
Programa de luta contra a Oncocercose.....	106
Programa indicativo de cooperação.....	1066
Programa indicativo nacional.....	1066
Programa indicativo regional.....	1066
Programa integrado de cooperação (PIC).....	107
Programa país.....	1077
Programação.....	1077
Programação deslizando.....	1077
Projecto.....	108
Projectos de investimento/equipamento.....	108
Promoção / Educação para a saúde.....	1088
Prospectiva.....	109
Publicidade.....	109
Público alvo / População alvo.....	109



Glossário da Cooperação

Quadro de resultados	109
Quadro lógico	109
Ratio	109
Reabilitação / Reconstrução.....	110
Receitas totais	110
Receptor.....	1100
Recomendações.....	1100
Recursos	1100
Recursos concessionais.....	1100
Recursos financeiros.....	1100
Recursos humanos	111
Recursos locais	111
Recursos / Meios.....	1111
Rede.....	1111
Redes de segurança social.....	1111
Reestruturação da dívida	1111
Reforma organizacional / Reestruturação interna.....	1122
Refugiados	1122
Relatório	1122
Relatório de actividades.....	1122
Relatório de contas	1122
Relatório inicial/prévio	1122
Relevância / Pertinência	113
Rentabilidade	1133
Reportar / Elaborar relatórios	1133
Reprodução/efeito multiplicador.....	1133
Resolução de conflitos.....	1133
Responsabilidade de prestar contas / Transparência.....	1133
Resultados.....	1144
Retorno	1144
Retroacção / Assimilação de ensinamentos.....	1144
Saúde reprodutiva e saúde sexual	1144
Secretariado	1155
Sector	1155
Sector formal.....	1155
Sector informal.....	1155
Sector produtivo.....	116
Segurança alimentar.....	1166
Sensibilização / Lobby.....	1166
Serviço da dívida.....	1166
Sistema da cooperação.....	1166
Sistema de alerta prévio	1166
Sociedade civil	117
Sociedade Financeira Internacional (SFI).....	1177
Subsídio	1177
Subvenção.....	1177
Sucesso	117
Sumário executivo	1177
Supervisão.....	118
Sustentabilidade	1188
TACIS.....	1188
Taxa de inscrição/matricula	1188



*Ministério dos Negócios Estrangeiros
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

Glossário da Cooperação

Tecnologias de informação e comunicação (TIC)	1188
Termos de Referência	119
Tranche	119
Transferência líquida	119
Transparência	119
Triangulação	119
Tribunal Internacional de Justiça	119
União Africana	120
União Económica e Monetária da África do Oeste (UEMOA)	1200
União Europeia	121
Utilidade	122
Validade.....	1222
Verificação.....	1222
Viabilidade.....	1222
Volume	1222
Voluntariado	1222
Voluntários.....	123
Voluntários das Nações Unidas (VNU)	123
Zona do Franco.....	1233
Índice.....	124